

SAMBAQUIS E MUSEUS:
Relações entre acervos *in situ* e *ex situ*

Christianne Coelho de Souza Reinisch Coelho

Christianne Coelho de Souza Reinisch Coelho

**SAMBAQUIS E MUSEUS:
Relações entre acervos *in situ* e *ex situ***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para cursar a Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Msc. Luciana Silveira Cardoso

Co-orientadora: Prof^ª. Dra. Deisi Scunderlick Eloy de Farias

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Coelho, Christianne Coelho de Souza Reinisch
Sambaquis e Museus : relações entre acervos in
situ e ex situ / Christianne Coelho de Souza
Reinisch Coelho ; orientador, Luciana Silveira
Cardoso, coorientador, Deisi Scunderlick Eloy de
Farias, 2017.
159 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em
Museologia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. sambaqui. 3. sítio arqueológico.
4. museu, I. Cardoso, Luciana Silveira. II.
Farias, Deisi Scunderlick Eloy de. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Museologia. IV. Título.

Christianne Coelho de Souza Reinisch Coelho

**SAMBAQUIS E MUSEUS:
Relações entre acervos *in situ* e *ex situ***

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Museologia” e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria Especial do Curso de Museologia.

Florianópolis, 03 de julho de 2017

Prof^ª. Luciana Silveira Cardoso, Msc.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof^ª. Luciana Silveira Cardoso, Msc.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Luciane Zanenga Scherer, Msc.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Diego Lemos Ribeiro, Dr.
Universidade Federal de Pelotas

Aos meus avós, Maria Francisca
(Nenê) Fagundes Coelho de Souza,
Djalma Coelho de Souza, Luiza
Reinisch Coelho e Amaro do
Patrocínio Coelho

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este TCC, inicio agradecendo ao dom da vida e todas as experiências e os ensinamentos que tive até o momento. Ter a oportunidade de poder fazer uma segunda graduação em Museologia foi uma alegria e uma benção para mim.

Agradeço aos professores do Curso de Museologia na pessoa do Professor Valdemar de Assis Lima pela sua disponibilidade, auxílio e ensinamentos.

Agradeço à Professora Luciana Silveira pela confiança e por ter aceitado orientar este TCC.

À Professora Deisi Scunderlick Eloy de Faria, minha eterna gratidão pela sua amizade, incentivo, apoio e orientação nos momentos cruciais deste trabalho.

Ao Prof^o. Diego e à Prof^a Luciane, sou grata por terem aceitado participar da banca e colaborado com sugestões preciosas a este TCC.

Ao longo do curso foi possível fazer alguns amigos: Agatha, Anna Julia, Cristina, Enedina, Felipe, Kátia, Lucia, Patrícia, Roberta, Sergio, Telma. Gratidão pelos momentos que passamos e todos os trabalhos e projetos que sonhamos juntos. Que possamos nos encontrar muitas vezes para continuar sonhando juntos.

Agradeço às amigas que, de perto ou de longe, me incentivaram e partilharam essa caminhada comigo: Augusta, Andrea, Betita, Dalal, Débora, Dida, Elaine, Eleonora, Gertrudes, Gisele, Fernanda, Juliane, Ida, Lia, Lourdes, Marcia Batistella, Marcia Carlson, Marisa, Roberta, Sayonara, Simone, Soraya, Susan e Vanessa.

Agradeço à Rejane por ter aceitado o convite de me levar a conhecer os sambaquis do Rio de Janeiro e à minha mãe Yara que me acompanhou nesta trajetória.

Sou grata à minha família pelo incentivo ao longo desta caminhada: Olavo, Luciana, Monica, Lalinha, Gustavo, Daniela, Guilherme, Soninha, Bernardo, Eduardo, Teresa, Jali, Jaçanã, Luiz, Carla, Eduardo, Aline, Itabajara e Renan (in memoria).

Agradeço ao Knack Mac meu eterno e fiel companheiro, por estar ao meu lado, sempre pronto a expressar o seu amor incondicional.

E por fim agradeço a meu amado Chico pelo incentivo e por suportar os longos períodos em que ficava estudando.

Guardar uma coisa não é escondê-la
ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la,
mirá-la por admirá-la,
isto é, iluminá-la ou ser por ela
iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é,
fazer vigília por ela,
isto é, velar por ela, isto é, estar
acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.
Por isso, melhor se guarda o voo de
um pássaro
Do que de um pássaro sem voos. [...]”
(Antônio Cícero)

RESUMO

Os sambaquis são sítios arqueológicos e, como tais, são considerados patrimônio nacional e protegidos pela Lei Federal nº 3.924/1961. A partir de uma perspectiva museológica, propomos visualizar os sítios arqueológicos, do tipo sambaqui, a partir de dois tipos de acervos: os acervos *in situ*, relacionados às áreas dos sítios arqueológicos, propriamente ditas, e os acervos *ex situ* constituídos pelos vestígios arqueológicos provenientes dessas áreas, que foram retirados ao longo do tempo e estão dispersos em coleções particulares, reservas técnicas e instituições museológicas. O presente trabalho compreende uma pesquisa bibliográfica associada a um levantamento de campo com o intuito de descrever as relações e as possibilidades de articulação entre os acervos *in situ* e *ex situ* dos sítios arqueológicos e os museus, visando auxiliar nos programas de interpretação, pesquisa e educação dessas áreas de maneira a ampliar a comunicação com os públicos e, conseqüentemente, contribuindo para a preservação dos sambaquis. A pesquisa bibliográfica versou sobre os temas “sambaquis”, “patrimônio cultural”, “museus e Museologia” e “conservação, interpretação e apresentação de sítios do patrimônio cultural”. A pesquisa de campo compreendeu a visita a dois museus com exposições sobre sambaquis e a três sítios arqueológicos com informações ou estrutura para visitação. A análise dos sítios arqueológicos compreendeu os seguintes tópicos: identificação da instituição vinculada e outras instituições partícipes, características atuais do sítio e seu entorno, estrutura de apresentação e interpretação, entre outros. Ao final do trabalho procuraremos descrever por meio de um diagrama como observamos a situação dos sítios arqueológicos e os caminhos que seus acervos *ex situ* podem seguir até chegar aos museus.

PALAVRAS-CHAVE: sambaqui, sítio arqueológico, museu de arqueologia, acervo *in situ*; acervo *ex situ*.

ABSTRACT

Shell Mounds (*sambaquis*) are archaeological sites and, as such, are considered as National Patrimony and protected by Brazilian Federal Law No. 3,924/1961. From a *museological* perspective, we propose to visualize sambaqui (shell mound) archaeological sites as two types of collections: the *in-situ* collections, related to the areas of the archaeological sites, and the *ex-situ* collections constituted by the archaeological remains of these areas, which have been removed over time and are scattered in private collections, technical reserves, or museum institutions. The present work comprises a bibliographical research associated to a field survey with the purpose of describing the relations and the possibilities of articulation between archeological sites *in-situ* and *ex-situ* collections and the museums, aiming to help in the interpretation, research and education programs concerning these areas, to enhance and improve communication with the public and, consequently, contribute to "shell mounds" preservation. The bibliographic research focused on keywords such as "shell mounds", "cultural heritage", "museums and Museology" and "conservation, interpretation and presentation of cultural heritage sites". The field research included a visit to two museums with exhibitions on shell mounds and three archaeological sites with information or structure for visitation. The analysis of archaeological sites comprised the following topics: identification of the linked institution and other participating institutions, current characteristics of the site and its environment, structure of presentation and interpretation, among others. At the end of the work we will try to describe by means of a diagram how we observe archaeological sites situation and the different paths that *ex-situ* collections follow until arriving at the museums and from there on.

Keywords: shell mound, archaeological site, archaeological museum, in-situ collections; ex-situ collection

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sambaqui Cabo de Santa Marta I, Laguna- SC.....	36
Figura 2: Vitrine com Zoólitos – Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, SJ.....	39
Figura 3: Artefatos em pedra – MarquE.....	40
Figura 4: Sambaqui da Cabeçuda durante pesquisa de Castro Farias, década de 1950	42
Figura 5: Distribuição dos sambaquis no território brasileiro	43
Figura 6: Imagem da página do CNSA/IPHAN na internet	61
Figura 7: IPHAN e seu papel na proteção do Patrimônio Arqueológico	65
Figura 8: Hierarquia Epistemológica da Museologia	73
Figura 9: Processo da Carta de Burra (2013).....	84
Figura 10: Diagrama de relações entre temáticas do referencial teórico.....	90
Figura 11: Indicação da localização dos sítios arqueológicos visitados na Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro	94
Figura 12: Estrutura de apresentação do Sambaqui da Beirada que consiste de dois módulos.....	96
Figura 13: Sede da Praça do Sambaqui da Beirada	96
Figura 14: Sala para educação patrimonial detalhe do expositor com artefatos provenientes de sambaqui	97
Figura 15: Área de restinga na Praça do Sambaqui da Beirada.....	97
Figura 16: Vista da Lagoa de Saquarema (final da rua do Sambaqui da Beirada)	97
Figura 17: Representação parcial do recôncavo de Saquarema, observando-se os ambientes litorâneos, lagunar e fluvial (rios Roncador ou do Mato Grosso, Tingui, Jundiá e Seco) de encosta e interflúvio. Sambaquis: 1-Saquarema, 2- Hotel Yatch Club, 3-Manitiba I, 4-Manitiba II, 5-Beirada, 6-Moa, 7-Pontinha, 8-Saco, 9-Madressilva e 10-Jaconé	98
Figura 18: Vista da área cercada do Sambaqui da Beirada (módulo maior).....	99

Figura 19: Sepultamento de adulto jovem, de braços, com conchas e sedimentos (modulo menor).....	99
Figura 20: Casa da Cultura de Rio das Ostras	101
Figura 21: Estrutura de visitação do Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba	102
Figura 22: Trincheira escavada no Sambaqui da Tarioba	103
Figura 23: Pintura mural que procura reconstituir a paisagem do local na época dos sambaquis	103
Figura 24: Setor 5 da escavação do Sambaqui da Tarioba	104
Figura 25: Placa com descrição do perfil do Setor 5 da escavação do Sambaqui da Tarioba	104
Figura 26: Busto de homem sambaqueiro	105
Figura 27: Artefatos líticos lascados e polidos	105
Figura 28: Maquete - vida cotidiana no entorno do Sambaqui da Tarioba	106
Figura 29: Indivíduo feminino, jovem em posição semi-fletida com acompanhamentos funerários: 1 lâmina de machado, 2 batedores e 3 pigmentos vermelho e amarelo	106
Figura 30: Local de ocorrência do sítio arqueológico Duna Grande...	109
Figura 31: Vista da Praia de Itaipu	109
Figura 32: Vista da Lagoa de Itaipu	109
Figura 33: Vista do S.A. Duna Grande (I)	110
Figura 34: Vista do S.A. Duna Grande (II)	110
Figura 35: Placa de Advertência S.A. Duna Grande	111
Figura 36: Placa Informativa S.A. Duna Grande (I).....	112
Figura 37: Placa Informativa S.A. Duna Grande (II)	112
Figura 38: Placa Informativa S.A. Duna Grande (III)	112
Figura 39: Apresentação da Exposição Oreretama	116
Figura 40: Primeiro módulo da exposição Oreretama, representação de um paredão da Serra da Capivara	117
Figura 41: Segundo módulo da exposição Oreretama (I).....	117

Figura 42: Segundo módulo da exposição Oreretama (II).....	118
Figura 43: Segundo módulo da exposição Oreretama (III)	118
Figura 44: Vestígios do passado brasileiro	119
Figura 45: Linha do tempo	119
Figura 46: Fotografia Sambaqui de Camboinhas.....	120
Figura 47: Artefatos líticos (machados) coletados no S.A. Duna Grande. Acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu/ 6º SR/IPHAN.....	121
Figura 48: Almofariz e fragmento de almofariz coletados no S.A. Duna Grande. Acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu/ 6º SR/IPHAN..	121
Figura 49: Sítio arqueológico pré-histórico em duna. Caracterizado por colinas de areia onde há pouca quantidade de conchas de moluscos. .	123
Figura 50: Sítio arqueológico pré-histórico (sambaqui). Vestígios de grupos humanos caracterizados pela predominância de conchas de moluscos por colinas de areia onde há pouca quantidade de conchas de moluscos.....	124
Figura 51: Exposição PERCURSOS DO TEMPO: Revelando Itaipu (I)	125
Figura 52: Exposição PERCURSOS DO TEMPO: Revelando Itaipu (II)	125
Figura 53: O povoamento litorâneo e seus testemunhos culturais	125
Figura 54: Pré-história: legado e tradição	126
Figura 55: Antigo Recolhimento de Santa Teresa, Dunas Sambaqui e dependência do Museu de Arqueologia de Itaipu (1976)	127
Figura 56: Sítio arqueológico Duna Grande (1976)	127
Figura 57: Blocos testemunhos do Sambaqui de Camboinhas Coleção Pesquisa de Salvamento em Itaipu (1979)	128
Figura 58: Pré-história: história em movimento e vitrine com reconstrução de sepultamento em duna.....	128
Figura 59: Relações entre os sítios arqueológicos, seus acervos in situ e ex situ e informações correlatas: Caso do sítio arqueológico Duna Grande e Sambaqui de Camoinhas	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação dos sítios arqueológicos visitados.....	92
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.P. – Antes do presente

BPA - Banco de Portarias de Arqueologia

CNA - Centro Nacional de Arqueologia

CNIGP - Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa

CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

DNA - Deoxyribonucleic acid (ADN ácido desoxirribonucleico)

GRUPEP - Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia

IBRAM - Instituto Brasileiros de Museus

ICOM – International Council of Museums

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites

INCA - Inventário Nacional das Coleções Arqueológicas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAE-USP - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

MAI - Museu de Arqueologia de Itaipu

MARquE - Museu de Arqueologia e Etnologia

MASJ - Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville

MINC – Ministério da Cultura

MNH - Museu Histórico Nacional

MN/UFRJ - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

PPA/RPA - Projetos e Relatórios de Pesquisa Arqueológica

SGPA - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	25
1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO.....	25
1.2 - OBJETIVOS	27
1.2.1 - OBJETIVO GERAL.....	27
1.2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS	28
1.3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
1.3.1 - EXPLORAÇÃO.....	29
1.3.2 - LEVANTAMENTO DE CAMPO.....	29
1.3.3 - PROCESSAMENTO.....	30
1.3.4 - RESULTADOS	30
1.4 - JUSTIFICATIVA.....	30
1.5 - ESTRUTURA DO TRABALHO.....	30
2 - REFERENCIAL TEÓRICO	32
2.1 - SAMBAQUI	32
2.2 - PATRIMÔNIO CULTURAL.....	44
2.2.1 - PROTEÇÃO LEGAL DOS BENS ARQUEOLÓGICOS NO BRASIL.....	50
2.2.2 - O IPHAN E SEU PAPEL NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.....	58
2.3 MUSEU E MUSEOLOGIA	68
2.3.1 - MUSEALIZAÇÃO COMO PROCESSO	73
2.3.2 - MUSEOLOGIA E ARQUEOLOGIA	76
2.4 - CONSERVAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE SÍTIOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL	79
3 - LEVANTAMENTO DE CAMPO E RESULTADOS	91
3.1 - DELINEAMENTO DO LEVANTAMENTO DE CAMPO... 91	
3.1.1 - VISITA A SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM ESTRUTURA PARA VISITAÇÃO.....	91
3.1.2 - VISITA AOS MUSEUS	93
3.2 - VISITA AOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.....	93

3.2.1	- SÍTIO ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI DA BEIRADA	94
3.2.2	- SÍTIO ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI DA TARIOBA	99
3.2.3	- SÍTIO ARQUEOLÓGICO DUNA GRANDE – UM ESTUDO DE CASO 106	
3.3	- VISITA AOS MUSEUS COM EXPOSIÇÕES SOBRE SAMBAQUIS.....	115
3.3.1	- MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (MHN).....	115
3.3.2	. MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU -MAI	122
3.4	- ANÁLISE DOS DADOS PROVENIENTES DO LEVANTAMENTO DE CAMPO.....	128
3.4.1	- VISITA AOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.....	129
3.4.2	- SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS, SEUS ACERVOS <i>IN SITU</i> E <i>EX SITU</i> E INFORMAÇÕES CORRELATAS	130
4	- CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
5	REFERÊNCIAS.....	139

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO

A ideia desse Trabalho de Conclusão de Curso - TCC surgiu após o estágio curricular realizado no primeiro semestre de 2016, no Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia – GRUPEP¹, no âmbito do projeto “Programa de Arqueologia e Extroversão do Patrimônio Arqueológico²”, executado no sambaqui localizado nas dependências do Parque Ambiental Encantos dos Sul³, no município de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina.

O estudo dos sambaquis me sensibilizou profundamente. Para além dos conteúdos científicos e técnicos, fui tocada pela beleza dos locais onde estão situados, pela maestria de suas esculturas em pedra, os zoólitos, e pelo sentimento amoroso que brotou em mim ao ver o sepultamento de uma criança envolta em artefatos de conchas, como se fosse uma oferenda à Mãe Terra.

Com a oportunidade da realização do TCC, resolvi voltar a estudar esses lugares e os grupos que o construíram. Vários foram os caminhos trilhados sem, a princípio, conseguir estabelecer um rumo. Elaborei um procedimento metodológico para observação de exposições e áreas de sambaquis com estruturas de visitação. Visitei as exposições e os lugares, mas não conseguia preencher todos os itens elencados. Dados levantados, não havia jeito de saírem as descrições, me sentia engessada, meio mareada. A sensação era como se eu entrasse num lugar insalubre, fechado e que há muito tempo não via a luz do sol. Enquanto isso, o prazo do TCC estava correndo.

Resolvi parar tudo, tinha alguma coisa errada no caminho. Deixei conta que minha forma de pensar pedia uma estrutura formal para o trabalho, meu coração queria mostrar a beleza e a paz desses lugares.

Então percebi que, mesmo sem saber, a minha vida estava ligada de alguma forma ao modo de viver desses grupos, tão distantes no tempo, mas tão presentes na minha memória.

Na minha infância, dos seis aos onze anos, passava minhas férias de verão na localidade de Sambaqui, em Florianópolis, uma praia de

¹ da Universidade do Sul de Santa Catarina- UNISUL, Unidade Universitária Tubarão

² proposto pela Associação Jorge Lacerda e aprovado pelo Ministério da Cultura, PRONAC 135022

³ Anteriormente denominado Parque Ambiental Tractebel.

baía que fica de frente para a Avenida Rubens de Arruda Ramos, conhecida como Beira Mar Norte, local que moro atualmente. A diversão era nadar, pescar, colher berbigões e no final da tarde quando a maré baixava, íamos comer ostras nas pedras. O descanso depois do almoço era sempre na área com uma vista privilegiada da baía. À noite, era a hora das conversas, sempre na área com a vista para as luzes da cidade e da ponte Hercílio Luz. Em algumas noites, nosso vizinho, o Senhor Geraldino, pescador da localidade, vinha nos contar sobre suas pescarias e viagens.

Por muito tempo, a palavra sambaqui designava para mim, apenas uma localidade que me é tão querida. Hoje, usando, um termo cunhado por Pierry Levy (1993), posso dizer que esta mesma palavra consiste numa “rede hipertextual de significados”. Assim, neste TCC, a partir de uma perspectiva da Museologia procuro delinear esta rede procurando relacionar os sítios arqueológicos com seus acervos *ex situ*, que hoje estão presentes nos museus, e suas informações correlatas.

Os sambaquis (palavra de origem Tupi que significa, literalmente, «monte de conchas») podem ser definidos como sítios arqueológicos em forma de montes, construídos com uma composição variada de restos faunísticos (conchas, ossos de peixes e mamíferos), terra e areia, onde são encontrados sepultamentos e vestígios da cultura material dos grupos pré-históricos que ocuparam parte do litoral brasileiro. O período de ocupação desses grupos é bastante controverso e varia em torno de 6.000 a 600 anos⁴.

Esses sítios arqueológicos, assim como os demais sítios no Brasil, são considerados patrimônio nacional e protegidos pela Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

Durante o estágio, foi possível identificar que as informações referentes aos sambaquis presentes no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, disponível na internet estão incompletas e desatualizadas e não há indicação da localização do acervo proveniente das pesquisas arqueológicas. A ausência de informação dificulta ou impossibilita o acesso e a reconstituição da história dos diferentes tipos de intervenções realizadas em um determinado sítio arqueológico, bem como a localização dos materiais retirados dos mesmos.

Outra questão detectada é que algumas instituições museológicas não tem documentação atualizada dos seus acervos arqueológicos. As exposições museológicas, que tratam do tema sambaquis, focam preferencialmente nos artefatos, desvinculando-os dos sítios

⁴ (Gaspar, 2000, p.47)

arqueológicos propriamente ditos, os contextos em que foram encontrados e das coleções e pesquisas que lhes deram origem. Por outro lado, os sambaquis, em sua maioria estão abandonados, sem sinalização e informações sobre o seu acervo *ex situ* e estudos realizados.

A partir de uma perspectiva museológica propomos visualizar os sítios arqueológicos do tipo sambaqui a partir de dois tipos de acervos: os acervos *in situ*, relacionados às áreas dos sítios arqueológicos, propriamente ditas, e os acervos *ex situ* constituídos pelos vestígios arqueológicos provenientes dessas áreas, que foram retirados ao longo do tempo e estão dispersos em coleções particulares, reservas técnicas (GRUPEP-Arqueologia) e instituições museológicas, tais como: Museu Nacional - UFRJ, Museu Histórico Nacional (MNH), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville (MASJ), Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARquE), entre outros.

A vontade de conhecermos um pouco mais sobre os grupos sambaquieiros e a dificuldade do acesso às informações nos motivaram a aproveitar a oportunidade da elaboração deste TCC para entender as relações e as possibilidades de articulação entre os acervos *in situ* e *ex situ* dos sítios arqueológicos e os museus para a preservação dos sambaquis.

A partir do contexto apresentado estabeleci a seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as relações e as possibilidades de articulação entre os acervos *in situ* e *ex situ* dos sambaquis e os museus com o fim de auxiliar nos programas de interpretação, pesquisa e educação destes sítios de maneira a ampliar a comunicação com os públicos e, conseqüentemente, contribuir para a sua preservação?

1.2 OBJETIVOS

A seguir são descritos os objetivos gerais e específicos desse estudo.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar possibilidades de articulação dos acervos *in situ* e *ex situ* dos sambaquis e os museus com o fim de auxiliar nos programas de interpretação, pesquisa e educação destes sítios de maneira a ampliar a comunicação com os públicos e, conseqüentemente, contribuir para a sua preservação.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar os sítios arqueológicos, do tipo sambaqui e levantar informações sobre a distribuição destes sítios no Brasil;
- b) Identificar relações entre a Museologia e a Arqueologia no tratamento dos acervos provenientes dos sambaquis;
- c) Identificar elementos que são utilizados na comunicação do patrimônio arqueológico dos sambaquis em exposições museológicas.
- d) Levantar exemplos de infraestrutura e estratégias de apresentação e interpretação em sítios arqueológicos do tipo sambaqui, a partir de visitas de campo;
- e) Demonstrar, por meio de um diagrama, as diferentes relações institucionais que envolvem a proteção dos sítios arqueológicos do tipo sambaqui.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com a forma de estudo do objeto da pesquisa, esta pode ser classificada como descritiva do tipo bibliográfica associada à pesquisa de campo. Segundo Barros e Lehfeld neste tipo de pesquisa “não há a interferência do pesquisador” e “procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos”. (BARROS E LEHFELD, 2007, p.84)

Barros e Lehfeld referem-se à pesquisa bibliográfica como aquela que “se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado”. (BARROS E LEHFELD, 2007, p.85)

Já na pesquisa de campo, segundo Barros e Lehfeld, o investigador “assume o papel de observador e explorador, coletando diretamente os dados no local (campo) em que se deram ou surgiram os fenômenos.” (BARROS E LEHFELD, 2007, p.90)

Quanto à classificação da pesquisa, segundo os seus fins, esta pode ser entendida como pesquisa aplicada, a qual, de acordo com Barros e Lehfeld é “aquela em que o pesquisador é movido pela necessidade de conhecer para a aplicação imediata dos resultados. Contribui para fins práticos, visando à solução imediata de problemas concretos do cotidiano.” (BARROS E LEHFELD, 2007, p.93)

O processo de pesquisa deste TCC foi dividido em quatro fases que denominamos, com base em Alves (2016), em: exploração,

levantamento de campo, processamento e produto. As fases da pesquisa são apresentadas a seguir.

1.3.1 Exploração

Correspondeu à fase inicial da pesquisa e consistiu do entendimento do contexto da pesquisa e da compreensão do problema por meio da revisão de literatura (pesquisa bibliográfica) que fundamentou a pesquisa de campo e a elaboração da proposta final.

Nesta fase ocorreu, também, a identificação do problema; definição da questão pesquisa, a elaboração do referencial teórico do TCC, o delineamento da pesquisa de campo, os museus com exposições sobre sambaquis e os sítios arqueológicos com estrutura para visitação. O referencial teórico teve como objetivo aprofundar os conhecimentos relacionados a Sambaquis; Patrimônio Cultural; Museus; Museologia e sua relação com a Arqueologia. Foi realizada, também, uma visita à Superintendência do IPHAN em Santa Catarina, localizada em Florianópolis, para tirar algumas dúvidas referentes ao CNSA/IPHAN, autorização de pesquisas arqueológicas e de patrimonialização de sítios arqueológicos.

Os museus com exposições sobre sambaquis identificados nesta etapa foram:

- a) o Museu Histórico Nacional, vinculado ao IBRAM, com perfil histórico;
- b) o Museu de Arqueologia e Etnografia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;
- c) o Museu de Arqueologia de Itaipu, vinculado ao IBRAM;
- d) o Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, SJ pertencente ao Colégio Catarinense, Rede Jesuíta de Educação, onde se localiza a Coleção João Alfredo Rohr, cujo acervo arqueológico é tombado em nível nacional;
- e) Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville – MASJ.

Os sítios arqueológicos com estrutura para visitação identificados nesta etapa foram:

- a) o Sambaqui da Tarioba, Rio das Ostras, RJ;
- b) o Sambaqui da Beirada, Saquarema, RJ;
- c) o Sambaqui Morro do Ouro, Joinville, SC.

1.3.2 Levantamento de campo

Esta fase correspondeu à elaboração dos roteiros de visita aos museus e sítios arqueológicos, o contato com as instituições e as visitas

a campo, propriamente ditas, no sentido de levantar o contexto de aplicação da pesquisa e identificar os atores envolvidos. O detalhamento desta atividade é apresentado no Capítulo 3.

1.3.3 Processamento

Esta fase teve como objetivo compilar as diferentes informações colhidas no levantamento de campo, organizando as informações nas fichas previstas, buscando elencar as características das instituições museológicas e suas respectivas exposições, bem como dos sítios arqueológicos visitados. Nesta etapa também foi realizada a seleção das fotografias e imagens que comporiam a apresentação dos resultados e respectiva análise.

1.3.4 Resultados

Nesta fase apresentamos a compilação dos dados referente ao levantamento de campo, bem como sua análise. A compilação dos dados foi elaborada em dois blocos: os sítios arqueológicos, configurando os acervos *in situ* e as exposições museológicas, demonstrando os acervos *ex-situ*. Ao final, escolhemos o sítio arqueológico Duna Grande para fazer uma descrição detalhada e uma análise mais aprofundada do seu contexto, relacionando esse sítio (acervo *in situ*) com o seu acervo *ex situ* presente nos museus.

1.4 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho procura chamar a atenção da importância de se abordar os acervos arqueológicos em contexto, tanto *in situ* como *ex situ* relacionando-os com os diferentes estudos arqueológicos e as informações por eles geradas. Tais informações são relevantes para a significação e valoração tanto das coleções abrigadas em museus como aquelas preservadas *in situ* e suas correlações, ampliando as possibilidades de pesquisa nas áreas de Arqueologia e Museologia.

Outra questão relevante que procuramos apontar neste trabalho é a importância da manutenção e atualização do sistema de informações do IPHAN para a pesquisa arqueológica e sua extroversão. A ausência destas atividades impossibilita a reconstituição da história da pesquisa de um determinado sítio arqueológico, a localização do material retirado do mesmo e as pesquisas realizadas com este material.

1.5 - ESTRUTURA DO TRABALHO

O Capítulo 1 compõe a introdução deste trabalho onde está descrita a contextualização do trabalho e a pergunta da pesquisa; os

objetivos, procedimentos metodológicos e a presente estrutura do trabalho.

No Capítulo 2 é apresentado o referencial teórico que dá suporte ao desenvolvimento deste TCC. Os temas abordados foram Sambaquis; Patrimônio Cultural; Museus, Museologia e Arqueologia. No item Patrimônio Cultural abordamos a sua evolução enquanto conceito, os diferentes tipos de patrimônio, a proteção legal dos bens arqueológicos no Brasil e a instituição governamental responsável pelo patrimônio no país, bem como as ações de proteção do patrimônio arqueológico e as ferramentas utilizadas por esta instituição. Ao final apresentamos um diagrama onde se procurou estabelecer relações entre os temas abordados neste referencial.

No Capítulo 3 estão descritos os procedimentos relacionados ao levantamento de campo, com a relação das instituições museológicas e os sítios arqueológicos visitados, bem como a indicação dos roteiros de visita propostos para este trabalho. Foram visitadas duas instituições museológicas Museu Histórico Nacional (MNH), Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) e três sítios arqueológicos, Duna Grande, Sambaqui da Beirada e Sambaqui da Tarioba, todos localizados no estado do Rio de Janeiro. É apresentada, também, a análise dos dados proveniente do levantamento de campo e apresentamos uma perspectiva quanto às relações entre os sítios arqueológicos, seus acervos *in situ* e *ex situ* e informações correlatas. Para isso tomamos como exemplo dois sítios arqueológicos: Duna Grande e o Sambaqui de Camboinhas (já destruído), ambos localizados em Niterói, Rio de Janeiro.

No capítulo 4 são apresentadas as considerações finais da pesquisa e as sugestões para futuros trabalhos.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os tópicos a serem desenvolvidos, que compreendem o conceito de Sambaqui e as pesquisas arqueológicas desenvolvidas nesses tipos de sítios. Dissertar-se-á sobre o conceito de Patrimônio Cultural inserindo o sambaqui como um elemento tutelado pelo IPHAN, sendo, portanto, legalmente um patrimônio. Além disso, serão apresentados temas referentes à legislação e fiscalização dos sítios arqueológicos e o entendimento do IPHAN como um órgão que, além de responsável pela proteção desses sítios é também, o gerenciador das principais informações geradas pelas diversas pesquisas arqueológicas que ocorrem em todo o território nacional. Por fim, apresentar-se-á a Museologia e sua integração com a Arqueologia.

2.1 SAMBAQUI

Este subcapítulo tem como objetivo levantar informações sobre os sambaquis, para que possamos ter um referencial para fazer uma avaliação dos conteúdos apresentados nas exposições, durante a fase da pesquisa de campo.

O termo sambaqui, de origem Tupi (*Tamba* significa conchas e *ki* amontoado). Segundo Gaspar (2000) estes termos descrevem as características mais marcantes do principal vestígio deixado pelos grupos pescadores e coletores que se instalaram no litoral brasileiro a partir de 6500 anos A.P⁵.

Este vestígio também é identificado no CNSA/IPHAN como concheiro e berbigueiro. Embora o nome escolhido pelos pesquisadores brasileiros seja de origem Tupi, este tipo de sítio segundo Almeida e Suguio (2011) também é referido em várias línguas, com termos relacionados a monte de conchas como, por exemplo: “*shell mound* (em inglês), *amas de coquilles* (em francês) ou *kaizuka* (em japonês)”. O sambaqui é também conhecido por termos que sugerem “resto de cozinha” *kitchen midden* (em inglês) e *Kjökkenmödding* (em dinamarquês)” (ALMEIDA e SUGUIO, 2011, p.117).

⁵ AP significa “antes do presente”, que, por convenção é 1950. trata-se de uma menção à descoberta da técnica de datação através do Carbono 1⁴, que se deu em 1952. Assim o evento mencionado ocorreu em 6500 anos antes de 1950. As referências cronológicas obtidas através de métodos físicos são sempre acompanhadas de suas respectivas margens de erro, que são expressas com o sinal positivo e negativo (±).(…) A data mencionada acima equivale 4.550 anos.

As informações sobre a presença dos sambaquis no mundo são bastante variadas e incluem o Canadá⁶, Estados Unidos, Dinamarca, Portugal, Austrália, entre outros.

Apresentarei a seguir algumas definições de sambaquis encontradas:

Sambaqui é o testemunho da ocupação de caçadores-coletores que colonizaram a região costeira do Brasil. É uma elevação construída com restos de animais (conchas, ossos de peixes, aves, mamíferos e répteis), dispostos junto com esqueletos humanos, restos de fogueiras e, eventualmente, evidências de habitação. Os sepultamentos humanos geralmente são cobertos com conchas para que o material calcário preserve o que foi ali deixado. Há ainda estatuetas que geralmente reproduzem animais e cujo acabamento indica aprimorado sentido estético de quem as fez. A semelhança entre estas estatuetas encontradas em sítios distantes (chamadas de zoólitos) sugerem que estes grupos trocavam informações entre si. Artefatos utilizados para pescar, caçar e preparar alimentos e corantes também aparecem nos sítios que variam de dimensão. Os maiores sambaquis, com mais de 30 metros de altura, estão em Santa Catarina, em locais estratégicos da costa brasileira, próximo a enseadas, desembocadura de rios ou canais, lagunas, restingas, manguezais e florestas. (MUSEU NACIONAL, 2017)⁷

(...) montes artificiais de conchas, qualquer que seja o seu volume, a sua forma e localização, dentro dos quais encontraram-se fragmentos de carvão, depósitos de cinzas, espinhas de peixe, peças de adorno, utensílios de pedra de uso variado e quase sempre grande número de esqueletos humanos. (CASTRO FARIA, 1999, p. 201-2, apud CRUZ, 2012)

⁶ Shell Middens. The Canadian Encyclopedia. Disponível em: <http://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/shell-middens/>. Acessado em 20/05/2017.

⁷ <http://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/7/sambaquis.htm>

Sambaquis (palavra de origem Tupi que significa, literalmente, «monte de conchas») são sítios arqueológicos monticulares distribuídos por toda a costa brasileira, ocupando principalmente zonas de tons ecológicos cambiantes, como regiões lagunares e áreas recortadas de baías e ilhas. Estes sítios (também chamados de concheiros) variam bastante de tamanho e, especialmente no litoral sul catarinense, podem atingir dimensões impressionantes, alcançando até 70 metros de altura e 500 metros de comprimento. Em geral exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada: camadas de conchas mais ou menos espessas intercaladas por numerosos estratos finos e escuros, ricos em materiais orgânicos, com muitas estruturas distribuídas em áreas específicas. As mais significativas são sepultamentos, reportados na maior parte dos sambaquis descritos, em geral dispostos cerimonialmente em locais especificamente preparados para isso, frequentemente acompanhados de artefatos, oferendas alimentares e fogueiras. (DEBLASI et al, 2007, p.29)

Os sítios são caracterizados basicamente por serem uma elevação de forma arredondadas que, em algumas regiões do Brasil, chega a ter mais de 30m de altura. São construídos basicamente com restos faunísticos como conchas, ossos de peixes e mamíferos. Ocorrem também frutos e sementes, sendo que determinadas áreas dos sítios foram espaços dedicados ao ritual funerário e lá foram sepultados homens, mulheres e crianças de diferentes idades. Contam igualmente com inúmeros artefatos de pedra e de osso, marcas de estacas e manchas de fogueira, que compõem uma intrincada estratigrafia. Os restos que mais sobressaem na composição dos sambaquis são as conchas de berbigão ou vôngole, cujo nome científico é *Anomalocardia brasiliana* (Gmelin, 1971), diferentes espécies de ostras, a almejoa ou *Lucina pectinata* (Gmelin, 1971), e os mariscos. (GASPAR, 2000, p.9-10)

Das quatro definições apresentadas, apenas a do Museu Nacional refere-se aos sambaquis como testemunhos da ocupação de caçadores-coletores⁸. As demais estão centradas na forma e na composição dos sítios arqueológicos, onde destacam-se as conchas, os artefatos de pedra e de osso, manchas de fogueiras e sepultamentos. DeBlasis et al e o Museu Nacional indicam os lugares de ocorrência dos sambaquis como aqueles que tem proximidade com os ambientes litorâneos: enseadas, regiões lagunares, baías, restingas e manguezais. De alguma forma, eles refletem a maneira como tem se encaminhado as pesquisas referentes a esses sítios arqueológicos, um olhar para dentro dos sambaquis.

Segundo Gaspar (2000), historicamente a natureza da formação dos sambaquis foi percebida de diferentes maneiras pelos pesquisadores. Inicialmente, esta formação foi percebida como um fenômeno natural, tal qual o concheiro, era “resultado do recuo do mar e da ação do vento exercida sobre as conchas lançadas à praia”, a presença de vestígios humanos era considerado como o resultado de naufrágios (GASPAR, 2010, p.12). Esta corrente ficou conhecida como “naturalista”. Com a realização de pesquisas em vários sítios e a descoberta de muitos indícios de atividade humana, a corrente “naturalista” perdeu totalmente a sua força. Outra corrente é a “artificialista” que percebia este tipo de formação de duas maneiras distintas: a primeira entendia esta formação como um local de descarte de restos de cozinha de bandos de coletores, devido a grande quantidade de restos faunísticos que o compõem e a segunda percebe-os como monumentos funerários, devido a presença de muitos sepultamentos. A terceira maneira foi a “mista” que percebe os sambaquis como uma combinação de elementos naturais e humanos, sendo considerado “resultado de ordenado trabalho social que tinha por objetivo, entre outras coisas, construir um imponente marco paisagístico” (GASPAR, 2010, p.10).

Apesar de grande parte do debate ter sido feita em torno da natureza da formação dos sambaquis, Gaspar (2000) descreve que desde o final do século XIX já existiam contribuições sobre a temática dos sambaquis como: “observações pontuais sobre o processo de formação dos sítios, implantação ambiental, composição, cronologia, subsistência e características físicas da população”. (GASPAR, 2000, p. 14)

Segundo DeBlasis et al, apesar de já se ter literatura arqueológica brasileira sobre os sambaquis desde o século XIX, ainda permanecem pouco explorados “o significado dos sambaquis enquanto estrutura arqueológica e a elaboração de modelos de ocupação para as áreas

⁸Gaspar (2000) caracteriza os sambaquieiros também como pescadores.

costeiras do litoral meridional do Brasil”. (DEBLASIS et al, 2007, p. 30)

DeBlasis (2007) comenta, ainda, que apesar destes sítios terem sido tradicionalmente considerados como “vestígios de acampamentos sucessivos de bandos coletores de moluscos e pescadores”, nos últimos anos estes sítios vem sendo considerados como “estruturas intencionalmente construídas (Gaspar e DeBlasis, 1992), plenas de significação simbólica para seus construtores.” (DEBLASIS, 2007, pg.30-31). DeBlasis (2007) exemplifica essa mudança de foco apresentando a temática de alguns trabalhos: i. sambaquis como espaços habitacionais (Kneip et al. 1991; Kneip 1992; Barbosa et al. 1994); ii. sambaquis tidos como estruturas essencialmente funerárias (Duarte 1968; Fish et al. 2000; DeBlasis 2005); iii. sambaquis como sítios que tem várias funções (Prous 1992; Gaspar 1998, 2000; Lima 2000). A Figura 1 apresenta a imagem de um sambaqui localizado no sul do Estado de Santa Catarina.

Figura 1: Sambaqui Cabo de Santa Marta I, Laguna- SC



Fonte: <http://sosfaroldesantamarta.blogspot.com.br/>

Em 2000, Maria Dulce Gaspar lança o livro “Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro”, onde, a partir de informações bibliográficas e os dados contidos no cadastro do IPHAN procura trazer uma visão mais abrangente e integrada sobre o estudo dos sambaquis. Dentre as questões abordadas destacamos: ocupação do litoral brasileiro; o tipo de ocupação: nômades ou sedentários?; tempo de ocupação dos sambaquis; tecnologia, arte e domínio do mar; sambaquis próximos, moradores vizinhos, entre outros.

Para tratar da **ocupação do litoral brasileiro**, Gaspar (2000) se utiliza de informações bibliográficas e dados contidos no cadastro do

IPHAN⁹, onde obteve informações referentes a 958 sítios. A questão que orientou sua pesquisa foi “saber se os sítios arqueológicos denominados sambaquis são o vestígio deixado por grupos sociais que compartilhavam a mesma tradição cultural ou se representam diferentes realidades sociais.”(p.33) Aponta como objetivo do trabalho “delimitar a região ocupada pelos sambaquieiros para entender o processo de colonização do litoral”. (p.33) Neste estudo considera que a unidade social representada pelos sambaquis é caracterizada pelo seu volume na paisagem, sendo que nestas áreas ocorria a “associação de três importantes domínios da vida cotidiana: o espaço de moradia, o local dos mortos e o de acumulação de restos faunísticos relacionados com a dieta de seus construtores” (GASPAR, 2000, p.33).

Inspirada no conceito de “individualidade coletiva”, de Marcel Mauss, a partir da tripla associação espacial, Gaspar (2000) “considera que os construtores de sambaquis formavam um grupo étnico, no sentido de que se tratava de uma população cujos membros se identificavam e eram identificados como tais, constituindo, portanto uma categoria distinta das outras que lhe eram contemporâneas” (p.34). Baseada nesta perspectiva constata que o litoral sul e o sudeste do Brasil foram “ocupados por grupos que compartilhavam a mesma tradição cultural, muito embora os vestígios deixados por eles apresentem particularidades regionais”. Indica, também, a presença de sambaquis no litoral baiano, em Alagoas, Piauí, Maranhão, Pará, baixo Amazonas e Xingu. Desconsiderando os dados do norte e nordeste, por falta de estudos detalhados, e apoiando-se em datações, afirma de que

por volta de 6.500 anos AP os sambaquieiros já estavam ocupando o litoral do Paraná e dali teriam partido seguindo dois eixos: um em direção ao norte e outro, ao sul do país. No sul há sambaquis até Torres, no Rio Grande do Sul, e para o norte os sítios ocorrem numa faixa contínua até a Bahia, sendo que estudos sistemáticos restringem-se ao norte do Rio de Janeiro. (GASPAR, 2000, p.39)

Gaspar (2000), sob o ponto de vista do tipo de ocupação, configura a população construtora dos sambaquis como sedentárias em virtude dos locais escolhidos para moradia terem abundância de recursos e a inexistência de hiatos na estratigrafia dos sítios que indicavam a utilização contínua dessas áreas. Os locais de moradia escolhidos eram

⁹ O estudo foi realizado entre os anos de 1992-93.

em áreas de interseção ambiental com a proximidade de enseada, canal, rio, laguna, manguezal e floresta, sendo possível aos habitantes alcançar diferentes fontes de recursos. E exemplifica:

Se o mar estivesse bravo ou se o peixe não encostasse, o alimento poderia ser conseguido nas lagunas ou no mangue. As matas garantiam uma eventual caça e uma séria de frutos e sementes. A ocupação de pontos estratégicos permitia o acesso a diferentes ambientes e, assim, o estabelecimento de uma população sedentária. (GASPAR, 2000, p. 42)

Para estimar o **tempo de ocupação dos sambaquis**, Gaspar (2000) investigou a permanência desses grupos nas áreas dos sítios. Considerou os que tinham mais de uma datação. De uma população de 147 sítios com datações, resultou um conjunto de 28 sítios. Apesar das restrições apontadas, os dados indicaram um longo período de atividade, sendo que a maioria deles funcionou por mais de 100 anos ininterruptamente. Destacou dois casos: o sambaqui Jaboticabeira II, em Jaguaruna - SC, onde as pesquisas indicaram que ele se manteve ativo por mais de 1000 anos; e os sambaquis Ilha da Boa Vista- I, II, III e IV, no Rio de Janeiro, onde os moradores permaneceram lá por mais de 350 anos.

O tema “**Tecnologia, arte e domínio do mar**”, envolve três subtemas que se entrelaçam. Para falar do domínio do mar pelos sambaquieiros Gaspar (2000) refere-se à robustez dos ossos encontrados, denotando que “essa população parece estar relacionada ao uso de embarcação, sendo que o hábito de mergulhar também deixou seus traços” (p.48); a presença de peixes grandes entre os restos faunísticos, indicando destreza e familiaridade com as águas; e de vestígios de um “eficiente arsenal tecnológico para captura de pescado”, que inclui uma variedade de pontas ósseas e anzóis. Acredita-se que os sambaquieiros também “dispunham de algum tipo de embarcação para garantir as rotineiras idas e vindas entre os diferentes pontos do continente e as ilhas” (GASPAR, 2000, p.48).

Quanto à tecnologia, segundo Gaspar (2000), além do arsenal para captura de pescado e embarcações, foram encontrados “pequenos blocos e lascas de quartzos, que preparadas através de percussão direta e bipolar, garantia fios cortantes para inúmeras tarefas” (p.49). As conchas resistentes eram usadas para raspar ou podiam ser transformadas em adorno. O arsenal tecnológico contava, também, com objetos para triturar e moer alimentos. Os almofarizes, feitos em pedra, estavam

relacionados com o processamento de vegetais e os quebra-coquinhos, entre outras funções, facilitava o consumo de diferentes tipos de nozes. “Seixos de formato quadrangular eram também colhidos para a fabricação de lâminas de machado e, se necessário, afinado através de lascamentos, o gume sendo finamente polido. Os locais para preparação de lâmina de machados são denominados oficinas de polimento”. (GASPAR,2000, p.52)

A arte pode ser percebida por meio da confecção de adornos, a partir de conchas e dentes de animais, e das esculturas de osso e pedra, estes últimos conhecidos por zoólitos (zoo=animal, lito=pedra). Para Gaspar (2000), os zoólitos são “objetos que impressionam pela beleza e pelo equilíbrio das formas” (p.52) e faz uma crítica a essa denominação, já que essas esculturas “também são feitas em osso e não se restringem a representar animais. Rodas dentadas, espécie de engrenagens, e peças fálicas¹⁰ também integram esse universo, além de peixes, aves, homens e figuras geométricas.” (p.52-53) As Figuras 2 e 3 apresentam alguns exemplos de zoólitos e outras esculturas em pedra.

Figura 2: Vitrine com Zoólitos – Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, SJ



Fonte: Autora

¹⁰ Entendemos que estas peças podem ser melhor definidas como “peças com formas geométricas”

Figura 3: Artefatos em pedra – MarquE



Fonte: Autora

No tema “**Sambaquis próximos, moradores vizinhos**”, a partir do estudo de 62 sítios na Região dos Lagos, estado do Rio de Janeiro, Gaspar (2000) obteve várias informações sobre o sistema de assentamento dos sambaquieiros. No estudo das técnicas empregadas na produção de artefatos, as marcas de uso e formas recorrentes nestas indústrias, Gaspar observou

uma alta similaridade na forma final e na maneira de fazer os objetos. Essa análise, associada ao estudo do próprio processo de construção dos sítios, evidenciou uma cultura material produzida por pessoas que circulavam entre os sítios e que viajavam pelo litoral de uma maneira capaz de disseminar e manter o modo de resolver os seus problemas e fazer suas coisas. (GASPAR, 2000, p. 56)

Segundo Gaspar (2000, p.57), “a análise da distribuição espacial dos sítios e o estudos dos restos faunísticos indicaram também que os assentamentos estavam tão próximos que ocorria a sobreposição de áreas de captação de recursos”. Essa informação aliada a dos ossos humanos sem indícios de disputa e a ausência de arsenal tecnológico voltado para guerra, Gaspar considera que “a sobreposição de territórios aponta para a exploração conjunta do ambiente” (GASPAR, 2000, p.57).

Ainda segundo esses estudos, Gaspar (2000) observou que:

- a) a ocupação da área não se deu através de sítios isolados;
- b) esses agrupamentos de sítios são as unidades que tem significados para a vida social dos sambaquieiros e compunham o núcleo de interação da comunidade;

- c) na Região dos Lagos esses agrupamentos funcionariam com um número mínimo de três sítios, sendo que os maiores adensamentos poderiam conter até o dobro de sítios;
- d) a distância de localização entre os sítios (em média da ordem de 500 m) permitia o controle visual e comunicação gestual entre seus moradores;
- e) a distância entre os sítios sugere dois tipos de interação social: relações rotineiras entre os moradores de sítios que compunham esses agrupamentos e relações mais esporádicas entre sambaquis mais distantes;
- f) quanto às dimensões dos sítios, foram identificadas duas categorias: os grandes, que chegam a ter cerca de 6m de espessura de camada arqueológica e os pequenos, que não ultrapassam 2m;
- g) o tamanho dos sítios pode ser decorrente de dois fatores: o tempo de duração do assentamento ou no número de pessoas envolvidas na sua construção;
- h) os locais preferidos para o estabelecimento de agrupamentos foram os pontos de interseção ambiental, próximos do mar, da lagoa, do canal, do manguezal, da restinga e da florestas.

A partir das informações trazidas por Gaspar (2000) podemos verificar que o estudo dos sambaquis vai além dos materiais que os compõem, trazendo informações sobre o modo de ser e fazer desses grupos.

Outro tópico importante a ser tratado aqui é a destruição dos sambaquis ao longo do tempo. Segundo Almeida e Suguio (2011) o interesse pelas conchas de moluscos deve-se a que elas são compostas essencialmente por carbonato de cálcio (CaCO_3) e enumera diferentes motivos para a sua destruição.

Além da fabricação de cal pela simples queima, as conchas dos sambaquis já foram moídas e adicionadas em rações para avicultura ou no combate à acidez dos solos, colocadas no estado bruto nos leitos de estradas arenosas litorâneas sem pavimentação para melhoria da condição de tráfego ou teriam sido destruídas por vândalos inconsequentes. (ALMEIDA e SUGUIO, 2011, p.119).

Segundo Gaspar (2000), a década de 50 foi marcada por um intenso movimento da intelectualidade brasileira “visando proteger os sambaquis, que desde o século XVI vinham sendo destruídos

sistematicamente, já que as conchas eram utilizadas para a fabricação de cal”. (GASPAR, 2000, p.18). Destaca, também, o papel de Castro Faria, J. Loureiro Fernandes e Paulo Duarte para a promulgação da Lei Federal nº 3.924/1961 que protege os sítios arqueológicos brasileiros. A Figura 4 mostra o Sambaqui da Cabeçada, Município de Laguna, Estado de Santa Catarina.

Figura 4: Sambaqui da Cabeçada durante pesquisa de Castro Farias, década de 1950



Fonte: Lima, 2009

Esta lei ficou conhecida como a “Lei dos Sambaquis” por ser a primeira a incluí-los como monumentos arqueológicos de valor patrimonial; prever procedimentos para permissão das escavações e apontar medidas punidoras para a destruição ou mutilação destes monumentos. É importante salientar que esta Lei, ainda hoje é o principal instrumento de preservação dos sítios arqueológicos no Brasil.

O número de sambaquis que ainda existe hoje no litoral do Brasil é uma incógnita. Segundo Gaspar (2000), nos anos de 1992 a 1993 realizou um estudo onde foi possível levantar informações de 958 sambaquis, a partir do cadastro de sítios do IPHAN. A partir de um levantamento na base de dados do CNSA/IPHAN, de 2017, identificamos o registro de 1097 sambaquis, sendo que destes 88 aparecem como destruídos ou praticamente destruídos. Embora o cadastro esteja bastante desatualizado, esta é a única base de dados disponível sobre a ocorrência de sítios arqueológicos no Brasil como um todo. A Figura 5 apresenta a distribuição dos sambaquis ao longo do território brasileiro¹¹, onde podemos verificar uma ocupação mais densa numa faixa que vai do Estado do Rio Grande do Sul até o Estado do

¹¹ Para a elaboração deste mapa consideramos os 1097 registros.

Espírito Santo. O aparecimento de sítios fora do litoral indica a presença de sambaquis fluviais.

Figura 5: Distribuição dos sambaquis no território brasileiro



Fonte dos dados: CNSA/IPHAN-2017

Elaborado: Olavo Coelho Arantes

É importante registrar que a ausência de informação atualizada sobre os sítios arqueológicos afetam a pesquisa arqueológica na medida em que não se tem acesso a real situação dos sítios arqueológicos, os estudos que já foram realizados e onde estão os acervos *ex situ*. Tal situação além de impedir uma efetiva gestão do patrimônio arqueológico pelo órgão competente ela também impacta na disponibilidade de informações para as atividades de extroversão do patrimônio arqueológico.

Mesmo sem saber a causa real do desaparecimento da população sambaqueira, acreditamos na importância da preservação dos sítios arqueológicos existentes, bem como dos materiais provenientes destes sítios, os acervos *ex situ*, presentes nas diferentes instituições de pesquisa e museológicas, como estratégia para a reconstrução e a preservação da nossa pré-história.

No próximo sub-capítulo abordaremos o tema patrimônio cultural focando na sua evolução enquanto conceito, os diferentes tipos de patrimônio, a proteção legal dos bens arqueológicos no Brasil e a instituição governamental responsável pelo patrimônio no país, bem como as ações de proteção do patrimônio arqueológico e as ferramentas utilizadas por esta instituição.

2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Segundo Lima, o termo Patrimônio, *Patrimonium*, de origem latina (*patri*, pai + *monium*, recebido), está historicamente ligado ao conceito de herança, remonta à era republicana (510 a.C. - 27 d.C.) do mundo romano, e refere-se ao

conjunto de bens transmitidos ao filho pelo pai de família, *pater familias* (Faria, 1962, p. 708), consignando ao primogênito o direito à herança pela via da sucessão e respaldada na Lei das XII Tábuas (462-450 a.C.) que, no contexto das fundações do Direito Romano, estabeleceu em lei escrita os princípios do direito de família e das sucessões (Nóbrega, 1968, p. 123-154) embasados nos antigos padrões do modelo consuetudinário. (LIMA, 2012, pg.33)

A ideia de patrimônio diz respeito a algo que tem sido transmitido a nós por nossos antepassados e que, de alguma forma, também deixaremos para os nossos descendentes.

A partir da Revolução Francesa (final do século XVIII), pela necessidade de preservação dos monumentos franceses das ações de vandalismo e saques, ocorreu um alargamento do conceito de patrimônio, que segundo Desvalées e Mairesse (2013, p.73) “passou a designar essencialmente o conjunto de bens imóveis, confundindo-se geralmente com a noção de monumentos históricos”.

O monumento, em seu sentido original, é uma construção condenada a perpetuar a lembrança de alguém ou de alguma coisa. Aloÿs Riegl distingue três categorias de monumentos: aqueles que foram concebidos deliberadamente para “comemorar um momento preciso ou um acontecimento complexo do passado” [monumentos intencionais], “aqueles cuja escolha é determinada por nossas preferências subjetivas” [monumentos históricos], e, enfim, “todas as criações do homem, independentemente de sua significação ou de sua destinação originais” [monumentos antigos] (Riegl, 1903). As duas últimas categorias irão convergir, essencialmente, segundo os princípios da história, da história da arte e da arqueologia, na concepção de patrimônio imóvel. (DESVALÉSS E MAIRESSE, 2014, p.73-74)

Além disso, segundo Lima (2012) a noção de patrimônio, que anteriormente era relacionada “à condição do agente individual romano, o ‘senhor do patrimônio’”, agora passa para o âmbito de “um ‘novo senhor’ e sob forma grupal: o agente coletivo emanando da nova figura do Estado francês, representando a nação, ‘o povo’, determinando caráter de ordem nacional para o Patrimônio.” (LIMA, 2012, p. 34)

Bo (2002) descreve sobre a sedimentação histórica do conceito de patrimônio na França apresentada por Babelon e Chatstel (1994). Esses autores sugerem que a construção da noção de patrimônio apresenta diferentes camadas de significados, associadas a distintos estágios, que podem ser estruturados em torno de seis eixos explicativos: o religioso, o monárquico, o familiar, o nacional, o administrativo e o científico, os quais “detalham as circunstâncias em que se forjaram os sentidos atribuídos ao patrimônio” BO (2002, p.22).

Assim, no campo religioso, a idéia de patrimônio encontra sua origem no “conceito cristão de patrimônio sagrado da Fé”. A sacralidade incorporada aos objetos aos quais se atribui o testemunho dos primórdios do cristianismo as relíquias justifica o culto e a devoção a esses objetos. Preservados em espaços definidos, sejam templos, tumbas ou locais sagrados, tais fragmentos simbolizam a presença de uma memória, associada à prática social da religião. Juntamente com corpos de santos e mártires, também conservados como patrimônio religioso, terminam por irradiar, pela própria força da piedade popular, o patrimônio mais precioso da comunidade secular (Babelon, Chastel, 1994, p. 13 e 17). (...)

O eixo monárquico de formação do conceito de patrimônio decorre, a exemplo do religioso, da necessidade da eleição de objetos e lugares como instâncias de mediação entre o soberano e seus súditos. (...) Inicialmente imbricado com a religião, o patrimônio monárquico evolui para considerações de ordem cultural são bibliotecas e arquivos reais a proteger e, posteriormente, monumentos e castelos, nestes últimos incluindo-se coleções de obras-de-arte. (...)

O patrimônio monárquico não deixa de ser um patrimônio familiar. A nobreza, por seu turno, organiza-se igualmente a fim de proteger seus

bens e propriedades. Além dos castelos, signos exteriores de riqueza e poder, a noção de bem patrimonial também pode ser ligada, sob o *Ancien Régime*, a objetos de arte, objetos de recordação, a arquivos. (...)

Babelon e Chastel chamam de “nacional” à etapa que se inaugura com a Revolução. Reconhecer e classificar o patrimônio o que foi feito pelos Comitês revolucionários de 1790 a 1792 foi uma das materializações do sentimento nacional que se forma no novo sistema político(...). Com a Revolução Francesa, indicam os autores, firma-se junto à noção de patrimônio a idéia de serem necessárias políticas públicas para preservar e valorizar os bens representativos da nação. Tal processo leva, no século 20, à consolidação dos instrumentos legais de proteção ao patrimônio, já agora classificado como bem público. (...)

Babelon e Chastel referem-se aos estágios administrativo e científico como etapas nas quais, tendo a noção de patrimônio se consolidado, o Estado e a sociedade procuraram corrigir assimetrias e desequilíbrios na administração do patrimônio, explicitados com intensidade no curto intervalo histórico da Revolução Francesa. Tais etapas cobriram o século 19 e as primeiras décadas do século 20. BO (2002, p.22-25) Grifo nosso.

O processo de incorporação sistemática dos bens da nobreza e do clero pelo Estado francês fez com que surgisse o instituto da Patrimonialização, como “resultado da ação dos comitês e assembleias populares (CHOAY, 2001,p.97) e através da institucionalização dos bens reais que estabeleceu, alicerçada na noção de tutela com suas regras para a prática da custódia, a legitimação do ato de patrimonializar.” (LIMA, 2012, p. 34)

Segundo Lima (2012, p.34) o instituto da Patrimonialização “configurou-se como o ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade de Preservação”. Isso faz com que a conservação e a salvaguarda do patrimônio passem a ser, também, responsabilidade do Estado.

Conservação a ser praticada por instância tutelar, portanto, dotada de responsabilidade (competência) para custodiar os bens. E conservar,

conceito que sustenta o Patrimônio, consiste em proteger o bem de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com intuito não só de mantê-lo no presente, como de permitir sua existência no futuro, ou seja, preservar. E a palavra salvaguarda, tão usada pelas entidades competentes nos seus documentos normativos, exprime, adequadamente, o pensamento e a ação que aplicam. (LIMA, 2012, p. 34)

Para Lima (2012), o desejo de preservar vai além da preservação física do bem, mas está implícita também a preservação dos significados que estes bens representam dentro de uma determinada cultura.

O desejo por preservar extrapola a forma física do objeto, do território ou do exemplar patrimonializado. Preserva-se pelo interesse que suscita a representação culturalmente construída que tais signos-significações encerram e que é gerada no extrato da intangibilidade. A representação do imaterial, evidenciada nos traços mnésicos culturalmente construídos, estabelece os liames da contextualização como moldura para a imagem concreta, tangível, materializada do bem e instala-se como elemento interpretativo à forma cultural a ser estudada e salvaguardada. (LIMA, 2012, p. 35) Grifo nosso.

Na perspectiva de Lima o sentido de sucessão do Patrimônio como modelo coletivo, chega à contemporaneidade consolidado e como “transmissão de um valor aplicado aos grupos sociais, a sua vez compreendida na qualidade de legítimos sucessores de um processo de referências culturais particulares procedentes de seus ascendentes, e que se transmite às gerações futuras”. (LIMA, 2012, p. 34)

No que tange ao desenvolvimento da noção de patrimônio no Brasil, Costa (2004) faz uma síntese destas transformações. Na primeira década do Século XX a ideia de patrimônio está relacionada à formação de nação, sendo que a partir da criação do SPHAN, em 1937, o patrimônio começa a ver os monumentos como um artefato cultural construído para representar o passado e não constituído para celebrar o presente. Durante a década de 1950, a “problemática” do patrimônio e sua visão particular perde o interesse tanto para o governo como para a sociedade, ocasionado pelas propostas desenvolvimentistas. Em 1960 ocorre uma revalorização onde o patrimônio transfigura-se em um tipo de instrumento de integração nacional e turístico (inclusive com o

surgimento da Embratur em 1966). Após 1970 é que modificações mais profundas começam a ocorrer tanto na formulação da ideia de patrimônio como em seus agentes, com a valorização das culturas regionais e a mudança do discurso – que acaba por abarcar a multiplicidade e a diversidade dos fazeres cotidianos da população. O discurso do patrimônio, após 70, incorpora complexidade cultural suscitando questões também sobre o conjunto cultural, o patrimônio ambiental e os produtos de práticas culturais e lugares de memória. (COSTA 2004, p.333-334)

Na perspectiva de Costa (2004), estas transformações ocorridas na noção de patrimônio variam com o tempo e passa a se consolidar com “os processos de formação dos Estados Nacionais, onde serve como justificativa ideológica para a construção de uma identidade nacional”. (COSTA, 2004, p. 334)

Para Lima (2012), em virtude da constituição formal de campos de conhecimento o contexto do Patrimônio vai sofrendo modulações, a partir do século XIX, levando a um movimento de apropriação pelas áreas do conhecimento que vieram a definir

os territórios de ação indicados pelos títulos e, conforme a mesma fonte, permitem perceber o domínio do saber ao qual estão ligados: ‘Bens Arqueológicos’, ‘Monumento Geológico’, ‘Patrimônio Arquitetônico’, ‘Patrimônio Etnográfico’, ‘Patrimônio Urbanístico’, ‘Patrimônio Paleontológico’, ‘Patrimônio Científico’(LIMA, 2012, p. 35)

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em 1972 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em seu Artigo 1º, considera como patrimônio cultural:

Os *monumentos*. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os *conjuntos*. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

No que tange ao objeto deste TCC o foco está centrado no patrimônio arqueológico. O patrimônio arqueológico é definido por Mendonça de Souza e Souza (1983) como:

o conjunto de locais em que habitaram as populações pré-históricas, bem como toda e qualquer evidência das atividades culturais destes grupos pretéritos e inclusive seus restos biológicos. O patrimônio arqueológico é assim integrado não só por bens materiais (artefatos de pedra, osso, cerâmica, restos de habitação, vestígios de sepultamentos funerários), mas também e principalmente pelas informações deles dedutíveis a partir, por exemplo, da sua própria disposição locacional, das formas adotadas para ocupação do espaço e dos contextos ecológicos selecionados para tal. (MENDONÇA DE SOUZA E SOUZA, 1983, apud BASTOS, 2006)

A nona sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1956, resultou na Recomendação de Nova Delhi. Essa carta patrimonial aponta princípios internacionais sobre a prática dos serviços arqueológicos nacionais e a preservação do patrimônio arqueológico. Define como princípios gerais: a proteção do patrimônio arqueológico; a instituição de órgãos governamentais de proteção às pesquisas arqueológicas; a constituição de coleções centrais e regionais e a educação do público para despertar e desenvolver o respeito e a estima ao passado. programas educativos, e criação de acervo como responsabilidades do Estado.

A Carta para a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico¹², conhecida como Carta de Lausanne (1990) reconhece a importância do conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades humanas, sendo fundamental permitir-lhes o reconhecimento de suas raízes culturais e sociais. (ICOMOS, 1990).

¹²Preparada pelo International Committee for the Management of Archaeologic Heritage (ICAHM) e aprovada pela 9.ª Assembleia Geral de Lausanne, em 1990

De acordo com Art. 1º da Carta de Lausanne, o patrimônio arqueológico compreende:

A porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associado. (ICOMOS, 1990)

A Carta enuncia princípios e recomendações nos domínios das políticas e das práticas governamentais, científicas e profissionais. Os tópicos abordados compreendem: definição e introdução; políticas de “conservação integrada”; legislação e economia; inventários; pesquisas arqueológicas; manutenção e conservação; apresentação; informação; reconstituição; qualificações profissionais; e cooperação internacional (ICOMOS, 1990).

Ambos os documentos referem-se ao uso social do patrimônio arqueológico e destacam o papel dos museus como instituições responsáveis pela conservação das coleções arqueológicas e educação do público. Destacamos um trecho da declaração de Nova Delhi sobre a destinação do produto das pesquisas arqueológicas para os museus.

O produto das pesquisas arqueológicas deveria se destinar, antes de mais nada, à constituição, nos museus do país em que são realizadas, de coleções completas, plenamente representativas da civilização, da história e da arte desse país. (UNESCO, 1956)

No próximo item abordaremos a proteção legal dos bens arqueológicos no Brasil.

2.2.1 Proteção legal dos bens arqueológicos no Brasil

Quanto à proteção legal dos bens arqueológicos no Brasil, a primeira iniciativa ocorreu em 1937, com o Decreto-Lei nº 25 de 30/02/1937, que definiu o que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional e organiza a sua proteção por meio da instituição do tombamento, estabelecendo os seguintes Livros Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Neste contexto, os bens arqueológicos só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos em um ou mais dos livros tomo, conforme apresentado no Art. 1º e parágrafo 1º.

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei. (BRASIL, 1937)

O Art. 24 do referido Decreto, estabelece os museus como local de conservação e exposição de obras históricas e artísticas de propriedade da União:

Art. 24. A União manterá, para a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais emunicipais, com finalidades similares. (BRASIL, 1937)

A Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, estabelecendo que os mesmos fiquem sob a guarda e proteção do Poder Público, conforme previsto no seu Artigo 1º e estabelece diretrizes para o estudo e destinação deste patrimônio.

Art. 1o Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o

art. 175 da Constituição Federal¹³. (BRASIL, 1961)

Nas alíneas de “a” a “d” do Artigo 2º, da legislação acima referida, são relacionados os bens arqueológicos que são considerados monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente;

b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;

c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;

d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

Já no Capítulo II - Das Escavações Arqueológicas Realizadas por Particulares e no Capítulo III - Das Escavações Arqueológicas Realizadas por Instituições Científicas Especializadas da União, dos Estados e dos Municípios desta lei, definem os procedimentos para solicitar permissão das escavações e as obrigações do permissionário, ficando a cargo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN a sua liberação por meio de portaria do Ministério da Educação e Cultura, hoje Ministério da Cultura.

Como esta Lei não foi posteriormente regulamentada, as suas lacunas vêm sendo suplementadas pela emissão de portarias

¹³ Refere-se à Constituição Federal de 1946: “Art 175 - As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público.”

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

administrativas do IPHAN. A seguir apresentamos as portarias que julgamos ter relação com este trabalho:

- a) PORTARIA SPHAN nº 07, de 01 de Dezembro de 1988, regulamenta os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações em sítios arqueológicos;
- b) PORTARIA IPHAN Nº 241, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998. Aprova a Ficha de Registro de Sítio Arqueológico e Respectivo Manual de Preenchimento, Anexos à Portaria.
- c) PORTARIA IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002, compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia, estabelece obrigatoriedade de realização de Educação Patrimonial; e que a guarda do material arqueológico coletado dos sítios deve ser realizada por unidades museológicas.
- d) PORTARIA IPHAN nº 28, de 31 de janeiro de 2003, determina que a renovação de licenças ambientais de operação de empreendimentos hidroelétricos, que não foram objeto de levantamento arqueológico prévio, podem ser objetos de estudos arqueológicos no ato de renovação de suas licenças, visando a suprir lacuna legal
- e) INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 25 DE MARÇO DE 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe e revoga a Portaria IPHAN nº 230/2002. No seu Art. 2º define os bens que são acautelados em âmbito federal:

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa são os seguintes os bens culturais acautelados em âmbito federal:

I - tombados, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;

II - arqueológicos, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de Julho de 1961;

III - registrados, nos termos do Decreto nº 3.551¹⁴, de 4 de agosto de 2000; e

¹⁴Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm

IV - valorados, nos termos da Lei nº 11.483¹⁵, de 31 de maio de 2007.

- f) PORTARIA IPHAN Nº 137, DE 28 DE ABRIL DE 2016, estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.
- g) Portaria IPHAN Nº- 195, DE 18 DE MAIO DE 2016. Dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional;
- h) PORTARIA IPHAN Nº 160, DE 11 DE MAIO DE 2016, dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do IPHAN, utilizados primordialmente como instrumentos de produção de conhecimento;
- i) PORTARIA IPHAN Nº - 196, DE 18 DE MAIO DE 2016, dispõe sobre recomendações para a conservação de bens arqueológicos móveis, na forma do Anexo I, que disciplinam os procedimentos adotados pelo Iphan, pesquisadores, Instituição de Guarda e Pesquisa e demais agentes envolvidos na gestão dos bens móveis arqueológicos. Cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel (Anexo II).

Com a Constituição Brasileira de 1988, os sítios arqueológicos foram incluídos como bens da União:

Art. 20. São bens da União:

(...)

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

Há previsão também no art. 23:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

¹⁵ Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Disponível e: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111483.htm

A seguir, nos Artigos 215 e 216 se reconheceram os sítios arqueológicos como patrimônios da União, incluindo-os no conjunto do Patrimônio Cultural Brasileiro, conforme Art. 216, alínea V.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC no 42/2003)

(...)

V—os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O parágrafo 1º deste mesmo artigo estabelece algumas formas de acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro que incluem: inventário, registros, vigilância, tombamento e desapropriação.

§ 1o O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

O parágrafo 2º delega à administração pública a responsabilidade pela gestão da documentação governamental e a disponibilização destas informações.

§ 2o Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

O parágrafo 3º trata de incentivos para a produção e conhecimento de bens e valores culturais, deixando, porém, este tema em aberto.

§ 3o A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

O parágrafo 4º estabelece que os danos e as ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei, desta forma, a destruição, mutilação e inutilização física do patrimônio cultural são infrações puníveis por lei.

§ 4o Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

O parágrafo 5º tomba todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

5o Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

E por último faculta aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento (0,5%) de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais.

§ 6o É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I–despesas com pessoal e encargos sociais; II–serviço da dívida; III–qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

Em 2012, por meio da Emenda Constitucional nº71/2012, é incorporado o Art.216-A, onde estabelece o Sistema Nacional de Cultura.

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (EC no 71/2012)

Também guardam pertinência e aplicabilidade quanto à matéria as seguintes Resoluções do CONAMA:

- a) Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, prescrevendo as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da avaliação de impacto ambiental, que inclui no Artigo 6º, alínea I, item c, o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto considerando entre outros a presença de sítios e monumentos arqueológicos;

- b) Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que trata dos procedimentos e critérios utilizados nos estudos, relatórios e licenciamento ambiental.

A consolidação do processo de licenciamento ambiental de atividades potencialmente causadoras de impacto no Brasil acaba por configurar o campo de atuação da Arqueologia Preventiva, conhecida, também, como “Arqueologia de Contrato”.

Com a prática da Arqueologia Preventiva cresce o número de autorizações para pesquisa arqueológica e, conseqüentemente, a geração de materiais arqueológicos provenientes destes trabalhos, “gerando acervos significativos, quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo, os quais podem e devem ser alvo de processos museológicos” (WICHERS, 2013. p.27).

Em 2016, Wichers volta a chamar a atenção sobre o distanciamento entre os museus e os profissionais da Museologia no que concerne ao patrimônio arqueológico.

Em 2002, a Portaria IPHAN 230/02 normatizou a pesquisa arqueológica no âmbito de estudos de impacto e de licenciamento ambiental. (...) Entretanto, a referida portaria estabeleceu rotas de distanciamento entre Arqueologia e Museologia, as quais foram ainda mais aprofundadas a partir da recente publicação da Instrução Normativa N. 01 de 25 de Março de 2015, que revogou a portaria anterior e consagrou o hiato entre práticas arqueológicas e museológicas no âmbito jurídico, uma vez que não menciona o papel dos museus e dos profissionais de Museologia no campo da preservação do patrimônio arqueológico, fazendo menção apenas aos profissionais da conservação no campo da salvaguarda e aos pedagogos no campo da educação patrimonial. Cabe apontar que no Brasil o IPHAN é responsável pelo patrimônio arqueológico, enquanto o IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus está direcionado aos museus e processos museológicos. (WICHERS, 2016. p.36-37)

No item seguinte apresentamos a instituição responsável pela proteção dos recursos arqueológicos, bem como as ações de proteção deste tipo de patrimônio.

2.2.2 O IPHAN e seu papel na proteção do Patrimônio Arqueológico

Este item tem como objetivo apresentar a instituição governamental responsável pelo patrimônio no país, bem como as ações de proteção do patrimônio arqueológico e as ferramentas utilizadas.

A primeira instituição governamental a tratar do Patrimônio no país foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Até 2009, o IPHAN teve sob sua responsabilidade administrativa, política e técnica um conjunto de expressivos museus brasileiros que passaram para a tutela do Instituto Brasileiros de Museus - IBRAM.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan é o órgão encarregado da tutela e gestão do Patrimônio Arqueológico Brasileiro por meio do Centro Nacional de Arqueologia (CNA). O Iphan¹⁶ é uma autarquia federal constituída pela Lei nº 8.113/90 e pelo Decreto nº 99.492/90, vinculada ao Ministério da Cultura, tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, jurisdição administrativa em todo o território nacional.

A finalidade e as competências do IPHAN são descritas no Art. 2º do Anexo I do Decreto Nº 6.844/2009:

Art. 2º O IPHAN tem por finalidade institucional proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro, nos termos do art. 216 da Constituição Federal, e exercer as competências estabelecidas no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, na Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965, no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 e no Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007 e, especialmente:

- I - coordenar a implementação e a avaliação da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura;
- II - promover a identificação, a documentação, o

¹⁶ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-6844-7-maio-2009-588075-publicacaooriginal-112145-pe.html>. Acessado em 20/03/2017.

reconhecimento, o cadastramento, o tombamento e o registro do patrimônio cultural brasileiro; III - promover a salvaguarda, a conservação, a restauração e a revitalização do patrimônio cultural protegido pela União; IV - elaborar normas e procedimentos para a regulamentação das ações de preservação do patrimônio cultural protegido pela União, orientando as partes envolvidas na sua preservação; V - promover e estimular a difusão do patrimônio cultural brasileiro, visando a sua preservação e apropriação social; VI - fiscalizar o patrimônio cultural protegido pela União, com vistas a garantir a sua preservação, uso e fruição; VII - exercer o poder de polícia administrativa, aplicando as sanções previstas em lei, visando à preservação do patrimônio protegido pela União; VIII - desenvolver modelos de gestão da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma articulada entre os entes públicos, a sociedade civil e os organismos internacionais; e IX - promover e apoiar a formação técnica especializada em preservação do patrimônio cultural.

O CNA¹⁷, vinculado ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, é responsável pela elaboração de políticas e estratégias para a gestão do Patrimônio Arqueológico Brasileiro, modernização dos instrumentos normativos e de acompanhamento das pesquisas arqueológicas. Entre as principais atividades do CNA estão o desenvolvimento de ações de acautelamento (tombamento e proposição de medidas diversas para a proteção e valorização do patrimônio arqueológico); a autorização e a permissão para realização de pesquisas arqueológicas, o acompanhamento e fiscalização dessas pesquisas; e a implementação de diversas ações de socialização do patrimônio arqueológico.

De acordo com o apresentado no site do IPHAN¹⁸, em 1997 foi concebido o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico

¹⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/cna>. Acessado em 20/03/2017.

¹⁸ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/236/>. Acessado em 20/03/2017.

(SGPA) com o objetivo de estabelecer padrões nacionais no âmbito da identificação dos sítios, das coleções arqueológicas e do registro da documentação arqueológica produzida, subsidiando as ações de gerenciamento, em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924/61. O sistema foi projetado para ser implementado em módulos, compreendendo: o: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA; Banco de Imagens; o Inventário Nacional das Coleções Arqueológicas – INCA; Projetos e Relatórios de Pesquisa Arqueológica – PPA/RPA.

No site do IPHAN foi possível ter acesso ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, ao Banco de Portarias de Arqueologia, ao Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP), não foi possível encontrar o Banco de Imagens; o INCA e o PPA/RPA.

2.2.2.1 Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)¹⁹

O primeiro módulo do SGPA a ser criado foi o CNSA sendo disponibilizado na página do IPHAN, em 1998, com cerca de 10.000 fichas de sítios. O modelo oficial da Ficha para Registro de Sítios Arqueológicos foi definido pela Portaria IPHAN nº 241, de 19/11/1998.

O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA/SGPA²⁰ é uma base de dados on-line onde estão disponibilizadas as informações técnicas e filiação dos sítios arqueológicos já identificados no Brasil. O modelo oficial da Ficha de Registro de Sítio Arqueológico e respectivo Manual de Preenchimento utilizados pelo CNSA foram definidos por meio da Portaria IPHAN Nº 241, de 19/11/1998²¹. O CNSA foi o primeiro módulo do SGPA, sendo disponibilizado na página do IPHAN, em 1998, com cerca de 10.000 fichas de sítios. Em 20/03/2017, o CNSA contava com 26.394 sítios cadastrados.

A pesquisa na página do CNSA é inicialmente delimitada por Estado, onde se tem a opção de selecionar o município, o nome do sítio, o responsável e o tipo de sítio (pré-coloniais, de contato e históricos). Não está disponível a busca por outra tipologia como “sambaqui”, a não ser que este termo faça parte do nome do sítio, o que nem sempre acontece, sendo necessário abrir vários arquivos para se identificar os sambaquis registrados. A Figura 5 apresenta a página de consulta do CNSA.

¹⁹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/236/>. Acessado em 20/03/2017

²⁰ <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>. Acessado em 12/03/2017.

²¹ http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_241_de_19_de_novembro_de_1998.pdf. Acessado em 12/03/2017.

Figura 6: Imagem da página do CNSA/IPHAN na internet



Fonte: IPHAN²²

Cabe salientar que as informações contidas nas fichas cadastrais são bastante superficiais e grande parte dos campos está em branco, principalmente aqueles relacionados com a documentação proveniente dos projetos de pesquisa.

Quanto à documentação expedida pelo IPHAN, o cadastro também não prevê a inclusão de ofícios e outras deliberações referentes a cada sítio.

No formulário disponibilizado com informações sobre o sítio não há campo disponível sobre o destino do material retirado do sítio arqueológico, considerando que o Art. 1º da Lei nº 3.924/1961 define que além dos sítios arqueológicos “todos os elementos que neles se encontram” também ficam sob a guarda e proteção do Poder Público. Ao final deste trabalho, conseguimos uma cópia da planilha de dados do CNSA/IPHAN-2017 e lá identificamos um campo para esta informação. No entanto, a maior parte estava em branco ou incompleta.

O formulário disponibilizado também não prevê campo para indicação da localização dos sítios arqueológicos, apenas a indicação do município, dificultando a localização dos mesmos.

O cadastro prevê a inserção de atualizações, no entanto, nas várias fichas que tivemos acesso só constavam informações referente ao registro, mesmo no caso do Sambaqui Jaboticabeira II (CNSA SC00651²³), considerado um dos mais estudados e datados da região sul de Santa Catarina (DE BLASIS et al, 2007) e do sambaqui Cabeçuda, Laguna – SC, que vem sendo pesquisado desde a década de 50. Na

²² <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>

²³ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?13392, acessado em 16/04/2017.

medida que as informações de pesquisas posteriores não são registradas, dificulta ou impossibilita a reconstituição da história da pesquisa de um determinado sítio arqueológico, bem como a localização do material retirado do mesmo.

2.2.2.2 Banco de Portarias de Arqueologia (BPA)²⁴

O Banco de Portarias de Arqueologia foi criado como suporte às atividades de licenciamento relativas ao uso dos sítios arqueológicos. De acordo com informações disponibilizadas na página do IPHAN, estão disponíveis no BPA as portarias do Diário Oficial da União de 1991 até 2009 com as respectivas imagens e informam que em breve os documentos de 2010 estarão disponíveis “visando agilizar a consulta dos processos em tramitação (Figura 6). Este instrumento traz agilidade e economicidade aos trâmites atualmente empregados, em benefício do cidadão” (IPHAN, 2017). No entanto, em consulta ao BPA verificamos que o mesmo não é atualizado desde 2010.

2.2.2.3 Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP)

O Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP) foi previsto pela Portaria IPHAN No 196/2016²⁵. Segundo informações disponibilizadas no site do IPHAN²⁶, esse cadastro surgiu “da necessidade de controle interno e externo das instituições que têm a guarda das coleções oriundas de 10.490 projetos de pesquisa arqueológica”.

Em consulta ao site do IPHAN em 20/03/2017, identificamos que o mesmo não tem página específica para consulta, o link abre como um arquivo Excel. Quando do acesso, tinham registradas 357 instituições no Brasil, onde é apresentado: a unidade da federação (UF); nome da instituição; nome do responsável e a situação das instituições, qualificadas em: (i) “Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan”; (ii) Inapta; (iii) Apta; (iv) Descadastrada. O estado de Santa Catarina tem 30 instituições listadas, sendo 1 Descadastrada, 1 Inapta e 28 Aptas, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan.

²⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/236/>. Acessado em 20/03/2017.

²⁵ http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_196_de_18_de_mairo_de_2016.pdf, acessado em 25/05/2016

²⁶ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1309/>, acessado em 16/04/2017.

A Portaria IPHAN No 196/2016²⁷ estabelece que as “Instituições de Guarda e Pesquisa devem ser capazes de conservar, proteger, estudar e promover a extroversão dos bens arqueológicos, atendendo o trinômio pesquisa, conservação e socialização”. Na sua grande maioria as instituições cadastradas compreendem museus, núcleos/laboratórios/grupos de pesquisa e departamentos vinculados a universidades, fundações culturais, mas também encontramos o cadastro de prefeituras municipais e a Secretaria de Transporte e Obras Públicas, que no nosso entender não condizem com a definição de Instituições de Guarda e Pesquisa prevista.

É interessante salientar que a Portaria IPHAN No 196/2016 cria, também, a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, no entanto, não foi possível encontrar no site do IPHAN informações sobre a existência de um Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Além disso, a ficha proposta, não permite uma relação direta com o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, pois prevê apenas campo para o nome do sítio e não para a inscrição deste no CNSA, desvinculando estas informações.

2.2.2.4 Instrumentos de Proteção ao Patrimônio Arqueológico

O parágrafo 1º do Art. 216 da Constituição Federal de 1988, estabelece algumas formas de acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro que incluem: inventário, registros, vigilância, tombamento e desapropriação.

Segundo o IPHAN²⁸, os instrumentos de proteção do patrimônio material utilizados pela instituição visam garantir, legalmente, a preservação dos bens de interesse cultural para o Brasil. Os instrumentos de proteção que se aplicam ao patrimônio arqueológico, na perspectiva de ação do IPHAN são: o Tombamento e o Plano Diretor Estratégico.

O instrumento do **Tombamento** foi instituído pelo Decreto Lei nº 25/1937, que inicialmente organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Neste Decreto é definido o que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional e organiza a sua proteção por meio da instituição do tombamento, estabelecendo os seguintes Livros Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do

27

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_196_de_18_de_maiode_2016.pdf, acessado em 25/05/2016

²⁸ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1239/>, acessado em 17/04/2017.

Tombo das Artes Aplicadas. Assim, o tombamento, se constitui de um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei os bens de valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, artístico, arquitetônico e ambiental para a nação, de modo a impedir que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

O **Plano Diretor Estratégico** caracteriza-se como um instrumento para orientação das ações do CNA. De acordo com o disponibilizado no site do IPHAN²⁹,

o Plano Diretor Estratégico, que está em fase de construção e deverá definir uma política nacional para o Patrimônio Arqueológico Brasileiro, em todos os seus aspectos: identificação, pesquisa, proteção, promoção e socialização. O Plano também deverá construir um modelo institucional de gestão para esse patrimônio e desenvolver um programa de tombamento de bens de natureza arqueológica, dentre outras ações. (IPHAN, 2017)

A partir das descrições anteriores desenvolvemos a Figura 7, no sentido de estruturar estas informações, onde podemos perceber a centralidade do IPHAN no que diz respeito às ações e informações sobre o patrimônio arqueológico nacional, denotando a relevância da atuação desta instituição para a preservação deste patrimônio.

²⁹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1239/>, acessado em 17/04/2017

Figura 7: IPHAN e seu papel na proteção do Patrimônio Arqueológico



Fonte: Elaborado pela Autora, desenhado por Gabriela Orofino

2.2.2.5 Bens Arqueológicos Tombados

De acordo com informações disponibilizadas no site do IPHAN³⁰, o Brasil possui 18 bens arqueológicos tombados em todo o território nacional, sendo 11 sítios e seis coleções arqueológicas localizadas em museus. Dentre esses destacamos dois sítios arqueológicos do tipo Sambaqui e quatro coleções que podem ter relação com o presente estudo:

- a) **Sambaqui do Pindaí** - Tombado em 1940, situa-se entre os quilômetros 22 e 23 da rodovia que liga as cidades de São Luís e São José de Ribamar, na Região Metropolitana de São Luís, capital do Estado. É uma jazida de grande importância por ser uma das primeiras do gênero na região e apresenta abundância de vestígios de índios extintos. Em 1927, foram encontrados fragmentos de cerâmica que estão expostos no Museu Nacional, no Rio de Janeiro.
- b) **Coleção Arqueológica e Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)** - A Coleção foi tombada em 1940. Em 1985, no Departamento de Ciências Humanas do Museu, as coleções somavam 13.370 peças, assim distribuídas: indígenas 12.004 peças, africanas 593 peças, nativas 110 peças e 663 diversas. As coleções arqueológicas constituem um acervo valioso, do ponto de vista científico e histórico, reunindo 2.476 peças de cerâmica, completas ou não, e mais

³⁰ Site IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/895/>, acessado em 25/05/2016.

de um milhão de fragmentos. As coleções geológicas reuniam o seguinte acervo: rochas e minerais, 914 amostras; fósseis, 3.846 amostras.

- c) **Coleção Etnográfica, Arqueológica, Histórica e Artística do Museu Paranaense** - Esta Coleção possui aproximadamente 400 mil itens, entre objetos de uso pessoal, mobiliário, armas, uniformes, indumentárias, documentos, mapas, fotos, filmes, discos, máquinas, equipamentos de diversas espécies, moedas, medalhas, porcelanas, pinturas em diversas técnicas e esculturas, além de grande acervo arqueológico (lítico, cerâmico e biológico), antropológico (cestaria, plumária, armas, adornos e cerâmicas indígenas), retratos a óleo da antiga Pinacoteca do Estado.
- d) **Coleção Arqueológica Balbino de Freitas** - Integra o acervo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, tombado em 1938. O tombamento inclui esta Coleção. Um dos primeiros museus arqueológicos do Brasil foi a casa de Balbino Luiz de Freitas que, por iniciativa própria, coletava e colecionava artefatos indígenas nos arredores de Torres, no Estado do Rio Grande do Sul. Ele reuniu peças fundamentais para pesquisas que contam a história dos habitantes do município na época da sua formação. Um dos destaques da Coleção é um cesto (artefato sambaqui) que foi revestido internamente com resina, conservada apenas em parte e foi coletada em um sambaqui do litoral meridional brasileiro. Trata-se de uma peça rara, em virtude da dificuldade de preservação de materiais orgânicos em climas tropicais.
- e) **Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr** - Tombada pelo Iphan, em 1986, integra o acervo do Museu do Homem do Sambaqui (antigo Museu Arqueológico do Colégio Catarinense), criado pelo padre jesuíta e professor João Alfredo Rohr. A Coleção contém, aproximadamente, 8.000 objetos dos sambaquis, inclusive esculturas de animais em pedra (zoólitos), cerca de 80.000 fragmentos e algumas vasilhas de cerâmica Guarani. No Museu, há uma coleção de esqueletos com aproximadamente 1.000 anos, além de cerâmicas da tradição Tupi-Guarani e pontas de flechas.

- f) **Sambaqui na Barra do Rio Itapitangui**³¹- Este sítio arqueológico foi tombado em 1955. É um testemunho da presença de grupos de coletores e pescadores no atual município de Cananéia, no Estado de São Paulo. Apresenta-se como pequena elevação arredondada e constituída, exclusivamente, por carapaças de moluscos. (...). O sambaqui está situado a cerca de um quilômetro da barra do rio, que se estende pela região da Serra do Itapitangui, localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) Cananéia - Iguape, no litoral paulista.

Com a publicação da Lei Federal nº 3.924/61 e a Constituição de 1988, as quais determinam que os sítios arqueológicos constituem-se “bens públicos” e fazem parte do patrimônio cultural brasileiro, tornou-se praticamente desnecessária a utilização de instrumentos jurídicos específicos de tutela, tais como, o tombamento, o inventário, a desapropriação etc., para que fiquem investidos no regime jurídico especial de proteção.

A implicação deste enquadramento pode ser observada na própria lista dos bens arqueológicos tombados em todo o território nacional do IPHAN, onde os dois últimos tombamentos ocorreram em 1993 (Parque Nacional da Serra da Capivara, São Raimundo Nonato - PI, também inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1991, pela UNESCO) e 1998 (Ilha do Campeche, Florianópolis-SC), sendo que dos 26.394 sítios cadastrados no CNSA, apenas 11 são tombados, o que significa uma parcela de apenas 0,042%.

Podemos dizer, também, que outra implicação é o quase total abandono dos sítios arqueológicos, não fosse a obrigatoriedade da inclusão dos estudos desses sítios nos estudos de avaliação de impacto ambiental necessários ao licenciamento ambiental, previsto pela Resolução CONAMA001/1986 e a Portaria IPHAN 230/2002, substituída pela IN IPHAN Nº 001/2015, que vincula os estudos arqueológicos às diferentes fases do licenciamento ambiental.

A falta de atualização das bases de dados do IPHAN referentes aos bens arqueológicos, à ausência de controle do destino do material arqueológico que é retirado dos sítios, bem como sua conservação e documentação específica, que discrimina este material e lhe contextua,

³¹ Nº inscr. 015, vol. 1, f. 004, 17/06/1955. Fonte: Infopatrimônio: preservação do patrimônio brasileiro. Disponível em: <http://www.infopatrimonio.org/?p=653#!/>, acessado em 20/03/2017.

nos apontam para a ausência de gestão do patrimônio arqueológico brasileiro pelo IPHAN.

Esse contexto demonstra que o Brasil não tem um projeto nacional de gestão de seu patrimônio arqueológico, como afirmou a arqueóloga Rhoneds Perez, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) numa entrevista ao jornal *Estadão* 28/09/2003.

Falta uma política pública para isso. O País tem uma quantidade muito grande de sítios, mas não tem estrutura para mantê-los, preservá-los e estudá-los. A consequência é a destruição de muitos deles, como os sambaquis, que é o tipo que eu estudo.³²

No próximo subcapítulo abordaremos os temas Museu e Museologia e sua interface com a Arqueologia.

2.3 MUSEU E MUSEOLOGIA

Segundo o Dicionário de Conceitos Chaves em Museologia, o termo “museu” (do grego *mouseion*: templo das musas) “tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio.” (DESVALLÉES, André. MAIRESSE, François, 2014, p. 64)

Existem muitas definições do que vem a ser museu. Para esse tópico escolhemos a do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que segundo Desvallées e Mairesse (2014) é o conceito de museu mais conhecido: “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”. (ICOM, 2007, apud, DESVALLÉES, André. MAIRESSE, François, 2014, p. 64)

Historicamente os museus se constituíram em torno dos mais diversos tipos de coleções. Suano (1986) ao falar das coleções, afirma que estas, provavelmente, são tão antigas quanto o homem e ressalta sua importância.

Estudiosos do colecionismo creem que recolher aqui e ali objetos e “coisas” seja como recolher pedaços de um mundo que se quer compreender e do qual se quer fazer parte ou então dominar. Por

³² Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-perde-pistas-de-seu-passado-pre-historico,20030928p36248>. Acessado em 23/03/2017.

isso, é que a coleção retrata, ao mesmo tempo, a realidade e a história de uma parte do mundo, onde foi formada, e também, a daquele homem ou sociedade que o coletou e transformou em “coleção”. (SUANO, 1986, p.12)

Para Suano, até o século XV o “cerne das coleções era constituído por manuscritos, livros, mapas, gemas, porcelanas, instrumentos óticos, astronômicos, musicais, moedas, armas, especiarias, peles” (Suano, 1986, p.14). Com o advento do Renascimento “cresce a criação de obras de arte, sobretudo nos domínios da pintura, escultura e arquitetura” (Suano 1986, pg.16). É nesse período que inicia o financiamento de artistas contemporâneos (Leonardo Da Vinci, Botticelli, Michelangelo, entre outros) pelos príncipes das casas reinantes européias. “Essa coleções eram o símbolo vivo do poderio econômico das famílias principescas e serviam como verdadeiro termômetro das rivalidades entre elas” (Suano 1986, pg.16).

As coleções constituídas no Renascimento eram organizadas em espaços privados destinados à meditação, contemplação e ao estudo. (GIRAUDY; BOUILHET, 1990, p.23, apud ROSA BARBOSA, 2009). “Alguns dos espaços foram denominados de “estúdio” (*studiolo*, em italiano); “gabinete de curiosidades” (*cabinet des curiosités*, em francês), “câmara de maravilhas ou de arte” (*Wunderkammerou Kunstkammer*, em alemão) e “galerias”.” (ROSA BARBOSA, 2009, p. 29)

Segundo Rosa Barbosa (2005), as galerias eram anexos às residências dos colecionadores construídos para abrigar e expor suas coleções. Estas galerias eram frequentadas apenas por convidados do colecionador. O termo "galeria" passou a indicar coleções de obras de arte.

É só no final do século XVII e começo do século XVIII que a instituição museu vem a se consolidar no sentido da sua função social, de expor objetos que documentassem o passado e o presente e celebrassem a ciência e a historiografia oficiais. Durante esse período foram criados vários museus e galerias abertos à visitação, embora seus regimes de acesso ainda fossem restritos. Como exemplos destacamos: Ashmolean Museum, Oxford, Inglaterra (1683), Galeria Apolo, no Palácio do Louvre, Paris, França (1681); galerias do Palácio de Luxemburgo, Paris (1750), galerias do Palácio Hermitage, São Petersburgo, Rússia e Museu Britânico, Londres, Inglaterra (1759). (SUANO, 1986).

Segundo Barbosa (2005), é após a Revolução Francesa (1789), que os museus surgem com finalidades políticas e ideológicas. Neste período são criados, na França, o Museu do Louvre (1793), o Museu dos Monumentos (1793), o Museu de História Natural (1793), e o Museu de Artes e Ofícios (1794). As coleções reais passam a pertencer ao povo, instituindo-se assim a noção de patrimônio. É nessa época que os museus começam a serem criados por áreas de conhecimento, tornando-se necessário classificar os acervos, constituir coleções a partir de critérios e organizar de forma mais sistematizada os espaços dos museus. Para os museus de arte surgem os critérios cronológico, temático e técnico para ordenar as obras.

Cândido chama a atenção sobre as obrigatoriedades que implicam a posse de coleções para os museus e da importância de conhecê-las.

A posse das coleções implica, para os museus, obrigações legais, sociais e éticas quanto ao armazenamento, à conservação e documentação adequados, além do compromisso com sua extroversão. É necessário que a instituição esteja familiarizada com o que possui, saiba onde se encontra, para que serve cada um dos itens do seu acervo, e tenha uma noção de suas lacunas. (CÂNDIDO, 2014, p.30)

De acordo com Desvallées e Mairesse o termo museologia, etimologicamente, significa “o estudo do museu” e não a sua prática – que remete à “museografia”. No entanto, para os autores este termo bem como o seu derivado “museológico” apresentam cinco acepções bem distintas, onde para efeito desse trabalho descreveremos a última.

a museologia, segundo uma quinta acepção aqui privilegiada por englobar todas as outras, inclui um campo muito vasto que compreende o conjunto de tentativas de teorização ou de reflexão crítica ligadas ao campo museal. O denominador comum desse campo poderia, em outros termos, ser designado por uma relação específica entre o homem e a realidade, caracterizada como a documentação do real pela apreensão sensível direta. Tal definição não rejeita, a priori, qualquer forma de museu, desde as mais antigas (Quiccheberg) até as mais recentes (museus virtuais), uma vez que ela tende a se interessar por um domínio voluntariamente aberto a qualquer experiência sobre o campo museal. Ela

não se restringe, ainda, a qualquer um daqueles que reivindicam o título de museólogo. Convém enfatizar, com efeito, que certos protagonistas fizeram desse campo o seu domínio de predileção, ao ponto de se apresentarem como museólogos; outros, ligados a suas disciplinas de referência e abordando apenas pontualmente o domínio museal, preferem manter certa distância dos “museólogos”, exercendo ou tendo exercido uma influência fundamental no seio do desenvolvimento desse campo de estudos (Bourdieu, Baudrillard, Dagognet, Debray, Foucault, Haskell, McLuhan, Nora ou Pomian). As linhas diretrizes de um mapeamento para o campo museal podem ser traçadas em duas direções diferentes, seja pela referência às principais funções inerentes ao campo (documentação, indexação, apresentação ou ainda preservação, pesquisa, comunicação), seja considerando as diferentes disciplinas que o exploram mais ou menos pontualmente. É nessa última perspectiva que Bernard Deloche sugeriu definir a museologia como a filosofia do museal: “A museologia é uma filosofia do museal, investida de duas funções: (1) Serve de metateoria à ciência documental intuitiva concreta; (2) É também uma ética reguladora de toda instituição encarregada de gerar a função documental intuitiva concreta” (Deloche, 2001). (DESVALLÉES e MAIRESSE p. 63) (Grifo nosso)

Para Waldisa Rússio Camargo Guarnieri a “museologia é uma disciplina científica e é uma ciência em construção” (RÚSSIO, 1984 apud WICHERS, 2010, p.34), e seu objeto de estudo é o fato museológico, que define como:

“Fato museológico é uma relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho da realidade. Uma realidade da qual o homem também participa e sobre a qual ele tem o poder de agir, de exercer a sua ação modificadora” (RÚSSIO, 1984, p.60, apud WICHERS, 2010, p.34)

Ao tratar do campo da Museologia, Bruno (2013/2014) refere-se à hierarquia epistemológica como sendo organizada em torno da Museologia Geral, Museologia Especial e Museologia Aplicada.

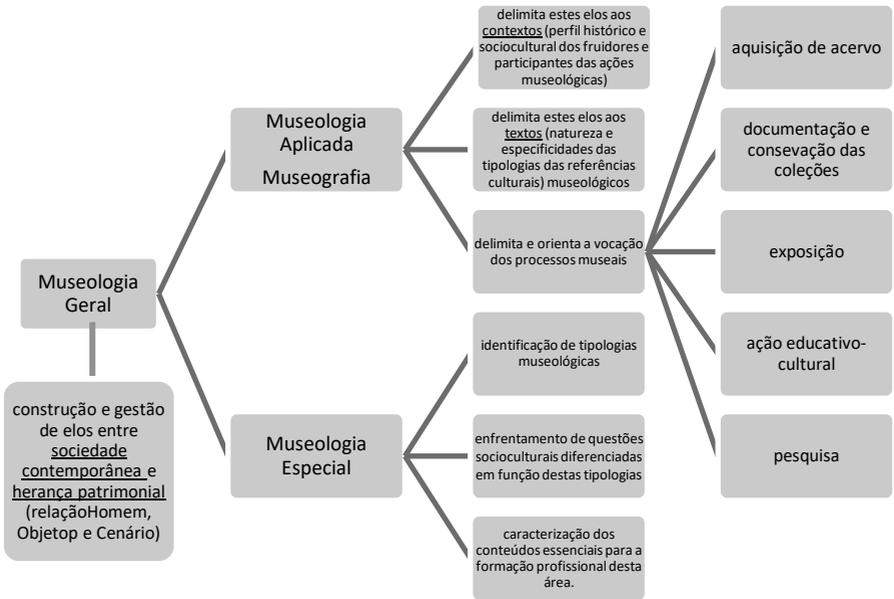
(...)sua hierarquia epistemológica é organizada em torno da Museologia Geral, Museologia Especial e Museologia Aplicada, tendo como eixo gerador e definidor a compreensão que o seu objeto central de estudo está voltado para a compreensão da relação entre o Homem (público / comunidade / sociedade) e o Objeto (referência cultural / indicador da memória) em um Cenário (instituição / espaço construído / território de intervenção), (...). O desenho dessa hierarquia parte da Museologia Geral, no que se refere aos princípios elementares atrelados aos domínios da construção e gestão de elos entre herança patrimonial e sociedade contemporânea, mas encontra a sua base referencial na Museologia Aplicada que delimita estes elos aos contextos (perfil histórico e sociocultural dos fruidores e participantes das ações museológicas) e textos (natureza e especificidades das tipologias das referências culturais) museológicos, delimitando e orientando a vocação dos processos museais. (BRUNO, 2013/2014, p.10) Grifo do autor

Ao se referir aos processos museológicos, Bruno (2013/2014), indica que os mesmos estão inseridos na dimensão da Museologia Aplicada ou Museografia, de tal forma que,

um conjunto articulado de técnicas voltadas para as formas de aquisição de acervos, documentação e conservação das coleções adquiridas, exposição e ação educativo-cultural dos bens selecionados e preservados, encontre eco junto às políticas públicas de educação, cultura e ciência, justificando a sua função social. (BRUNO, 2013/2014, p.10)

Na Figura 8, procuramos esquematizar a Hierarquia da Museologia a partir da descrição de Bruno (2013/2014).

Figura 8: Hierarquia Epistemológica da Museologia



Fonte: Autora, a partir de Bruno (2013/2014)

2.3.1 Musealização como Processo

Na perspectiva de Bruno, para o avanço do campo epistemológico da Museologia é necessário inserir uma “outra perspectiva a partir da discussão sobre o conceito de pedagogia museológica, como resultante das operações intrínsecas ao fato, fenômeno e processo, entendendo-o como elemento relevante e definidor de sua vocação social no que tange a educação para a memória e o patrimônio.” (BRUNO, 2013/2014, p.11). Compreende, também, que o conjunto de procedimentos de salvaguarda e comunicação, aplicados aos distintos contextos museológicos implica em ações com as seguintes potencialidades:

identificação da musealidade: que é responsável pelas proposições de incentivo à observação e à percepção; aprimoramento da percepção seletiva: que reitera a potencialidade do exercício do olhar e da identificação do que é visto; tratamento dos bens selecionados: que representa a indução ao uso qualificado das referências culturais, potencializando as rotas constitutivas da herança

patrimonial; valorização dos bens patrimoniais: a partir de estratégias de interpretação, extroversão e difusão dos bens selecionados. (BRUNO, 2013/2014, p.11) (Grifo nosso)

Para Brulon a musealidade não implica apenas no significado que um objeto pode conter, mas o que ela pode despertar nas pessoas no ato da sua transmissão.

A musealidade é o que pode haver de significativo no objeto, e existe nele (em suas características materiais) assim como existe para além dele (na realidade a que ele faz referência, na relação em que desempenha o papel de mediador). Isso significa que ela não é simplesmente “encontrada” nas coisas, mas naquilo que as coisas despertam nas pessoas no ato da transmissão. A musealidade pode ser definida, ainda, como a razão mesma (ou a justificação) da musealização. (BRULON, 2016, p.39)

Ao tratar de musealização Bruno (2013/2014), se utiliza da conceituação de Shanks e Tilley (1992) e Waldisa Rússio (1990) conforme segue:

De acordo com Shanks e Tilley (1992) pode-se compreender por musealização a elaboração de um sistema estético para criar significados. Já Waldisa Rússio Guarnieri (1990) aponta que ao projetarmos as intenções de documentalidade e fidelidade quando musealizamos os objetos e artefatos estamos procurando construir informações, o que pressupõe a transmissão de conhecimento (afetivo/cognitivo), a realização do registro (daquilo que foi identificado) e o acesso aos mecanismos da memória (sistematização de ideias). Entre as colocações desses autores, pode-se inferir que os processos de musealização estão vinculados à valorização e à sistematização dos sentidos e significados extraídos das referências culturais que são alvo da atenção museológica. (BRUNO, 2013/2014, p.7)

Para Desvallées e Mairesse, a partir de um ponto de vista mais estritamente museológico, “a musealização é a operação destinada a extrair, física e conceitualmente, uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem e a lhe dar um

estatuto museal, transformá-lo em musealium ou museália, (...) fazê-la entrar no campo do museal.” Para os autores, esse processo não se resume a transferir um objeto para o museu, mas pressupõe uma mudança de contexto por meio da qual se opera uma transformação no estatuto do objeto que, “de objeto de culto, objeto utilitário ou de encantamento, animal ou vegetal” torna-se “testemunho material e imaterial do homem e seu ambiente, fonte de estudo e exposição, adquirindo assim uma realidade cultural específica”. (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2014, p. 56-57)

Ainda segundo esses autores, a musealização como processo científico compreende necessariamente:

o conjunto das atividades do museu: um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão e conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.) ou, segundo outro ponto de vista, das atividades ligadas à seleção, à indexação e à apresentação daquilo que se tornou musealia. (...) A musealização ultrapassa a lógica da coleção para estar inscrita em uma tradição que repousa essencialmente sobre a evolução da racionalidade, ligada à invenção das ciências modernas. (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2014, p. 57-58)

Assim, o “objeto portador de informação” ou “objeto-documento” estaria, para esses autores, “no cerne da atividade científica do museu tal como se desenvolve a partir do Renascimento, a qual visa explorar a realidade por meio da percepção sensível, através da experiência e estudo de seus fragmentos”. (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2014, p. 58)

Santos e Loureiro apresentam as sete dimensões do objeto propostas por Stocking:

(...) as três primeiras dimensões relacionam-se com a materialidade; a quarta com o tempo ou a história; a quinta dimensão refere-se à constituição da instituição museu - são as relações de poder envolvidas no processo de expropriação de objetos de seu contexto e a sua consequente reapropriação pelo outro em um contexto completamente diferente -; a sexta dimensão é a

riqueza - os objetos passam a ter um valor monetário depois de identificados como objetos culturais; e uma última dimensão é a estética, resultado da relativização dos padrões estéticos ocidentais e do processo de recontextualização dos itens da cultura material. (STOCKING apud GRANATO et al, 2007, p. 7, apud SANTOS e LOUREIRO, 2012, pg. 61)

As autoras também apresentam a visão de Ulpiano Bezerra de Menezes, na qual “o eixo da musealização é a transformação do objeto em documento”. A musealização, para o autor, introduz “referências a outros espaços, tempos e significados”. (MENEZES, 1992, p. 111, apud SANTOS e LOUREIRO, 2012, pg. 61)

Peter Van Mensch enfatiza tanto o ato de seleção como também a separação do contexto original que caracteriza o processo de musealização. Nesta perspectiva os objetos de museus são

objetos separados de seu contexto original (primário) e transferidos para uma nova realidade (o museu) a fim de documentar a realidade da qual foram separados. Um objeto de museu não é só um objeto em um museu. Ele é um objeto coletado (selecionado), classificado, conservado e documentado. Como tal, ele se torna fonte para a pesquisa ou elemento de uma exposição. (VAN MENSCH, 1992 apud SANTOS e LOUREIRO, 2012, pg. 62)

Neste item procuramos abordar a musealização enquanto processo de criação de significados e trazer elementos que falem da importância dos dados referentes aos contextos e história dos objetos para que o processo de musealização possa ocorrer com fidedignidade. No próximo item abordaremos a relações entre Museologia e Arqueologia e as implicações para a musealização da Arqueologia.

2.3.2 - Museologia e Arqueologia

Gaspar (2000, p.7) descreve a Arqueologia com sendo “a ciência que estuda as culturas a partir do seu estado material, construindo suas interpretações através da análise de artefatos, seus arranjos espaciais e sua implantação na paisagem”. Destaca, ainda, que no início concentrava seu estudo nos “grupos pré-históricos e dedicava-se especialmente à formação de coleções que constituíram os importantes museus de história natural”, a que nos referenciamos neste trabalho como os acervos *ex situ*. O critério de escolha desses materiais devia-se

“ao seu apelo estético e por remeterem a culturas distantes no tempo ou no espaço”.

Ao relacionar Museologia e Arqueologia, Bruno (2009) ressalta que “as coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus” (BRUNO, 2009, p.36). E segundo Pomian (1988), citado por Bruno, a arqueologia musealizada nos dias atuais é herdeira de duas expressivas tendências:

Por um lado, é possível identificar os museus arqueológico-artísticos que valorizam os apelos estéticos das coleções, a partir de objetos que já foram criados como semióforos, marcam os chamados grandes momentos civilizatórios e se valem de aproximações com os campos da História, Filosofia e Artes. Por outro lado, despontam os museus arqueológico-tecnológicos, voltados para os acervos pré-históricos, que priorizam as técnicas e as funções dos artefatos de seus acervos, projetando análises etnográficas, geográficas e geológicas. (POMIAN, 1988 apud BRUNO, 2013/2014, p.7)

Wichers relaciona Arqueologia e Museologia como criadoras de significados.

A Arqueologia constrói narrativas baseadas nos contextos arqueológicos, a Museologia, por sua vez, interage com essas narrativas, sendo a exposição a elaboração de um sistema estético para criar novos significados (Shanks & Tilley, 1987/1992, apud WICHERS, 2010, p.250).

Na visão de Wichers, “todo objeto arqueológico tem a potência para compor o fato museológico”, no entanto, esses objetos são “alvo de uma dupla antropofagia: arqueológica e museológica.” (WICHERS, 2011, p.31)

Para adentrar ao mundo dos museus os objetos arqueológicos passaram por uma seleção(a antropofagia arqueológica), realizada por uma ‘ótica científica’ baseada na hierarquia de valores do pesquisador. Entretanto, para que o fato museal ocorra é necessário a argumentação museal, uma antropofagia museológica. (WICHERS, 2011, p.31)

Dito de outra maneira, Wichers (2016) exemplifica essa dupla antropofagia:

A antropofagia arqueológica é iniciada na coleta dos vestígios que fizeram parte da dinâmica social, econômica ou cultural das sociedades estudadas, são evidências que sobreviveram ao tempo e que conformam o contexto arqueológico. Essa antropofagia opera seleções, projetando apenas parcelas do contexto arqueológico na esfera patrimonial. No contexto museológico, os processos de salvaguarda e comunicação desses vestígios arqueológicos, também são antropofágicos, operam recortes e têm o poder de resignificar essas evidências. Para adentrar ao mundo dos museus os objetos arqueológicos passaram por uma seleção, realizada por uma 'ótica científica' baseada na hierarquia de valores do pesquisador e no seu posicionamento. Entretanto, para que o fato museal ocorra é necessário a argumentação museal, uma antropofagia museológica. (WICHERS, 2016, p.52)

Para Wichers (2010) no contexto contemporâneo, o patrimônio arqueológico encontra-se inserido em uma multiplicidade de instituições, desde aquelas que trazem algumas peças arqueológicas desconectadas de outros segmentos patrimoniais, ou ocupando papel coadjuvante, até aquelas instituições especializadas, os museus de Arqueologia propriamente ditos, que traduzem heranças distintas dentro do quadro histórico desenhado pela Museologia.

Segundo Bruno (2013/2014), o conceito de Musealização da Arqueologia está vinculado a essa reciprocidade entre instituições museológicas e os vestígios arqueológicos ao longo dos tempos.

Dentro do contexto da Musealização da Arqueologia, Bruno também chama a atenção da importância da Museologia Especial para a criação de estratégias específicas relacionadas a extroversão do patrimônio arqueológico.

A Musealização da Arqueologia contextualizada nos domínios dos campos epistemológico e operacional da Museologia exige atenção particular, correspondente à identificação e análise em relação ao perfil da Museologia Especial, que caracteriza as potencialidades patrimoniais dos vestígios arqueológicos e suas respectivas interlocuções com distintos contextos culturais e, no que diz respeito à Museologia Aplicada ou às

técnicas museográficas, cabe mencionar que o tratamento e a extroversão de bens arqueológicos exigem estratégias metodológicas específicas o que tem contribuído com a expansão do escopo das experimentações museológicas. BRUNO, 2013/2014, p.11)

Quanto à consolidação da musealização da Arqueologia nos dias de hoje, Wichers (2011) descreve as características apontados por Bruno (2005) como sendo:

- a) a inserção patrimonial em museus de distintas tipologias;
- b) musealização das áreas de pesquisa *in loco*, por meio da constituição de museus de sítio, da reconstituição de vestígios construídos e do salvamento arqueológico de áreas vulneráveis aos processo de desenvolvimento;
- c) implantação de depósitos de pesquisa, com estruturas de apoio tanto das pesquisas quanto dos museus;
- d) gerenciamento informatizado dos acervos e da documentação primária dos trabalhos de campo e laboratório;
- e) apresentação de discursos expositivos embasados na contextualização dos objetos arqueológicos no tempo e no espaço, como também, a divulgação simultânea dos processos de trabalho e da análise dos resultados;
- f) vinculação entre os princípios da Educação Patrimonial e da Arqueologia Experimental para a sensibilização e apropriação dos bens arqueológicos em relação ao grande público, a partir de museus e monumentos. (BRUNO, 2005, p.242, apud WICHERS, 2011, p.34)

Neste sub-capítulo procuramos apresentar os museus enquanto instituições que preservam, pesquisam e comunicam os objetos (os acervos *ex situ*), no caso específico a sua relação com a Arqueologia. No capítulo seguinte iremos apresentar informações e estratégias referentes à conservação, interpretação dos sítios arqueológicos propriamente ditos, os acervos *ex situ*.

2.4 CONSERVAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE SÍTIOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O objetivo deste sub-capítulo é discorrer sobre a importância dos sítios arqueológicos enquanto fontes de informação, bem como apresentar diretrizes encontradas para sua conservação, apresentação e interpretação dos mesmos. Neves (1998) define sítio arqueológico como:

o resultado de uma ou mais intervenções em um determinado espaço por uma população no passado. Esse espaço pode ser um abrigo sob rocha, o topo de uma colina, uma planície aluvial, uma praia, etc. As formas e o tempo da intervenção variavam: uma cidade, uma aldeia habitada por vários anos, um acampamento de caça ocupado por algumas horas, um cemitério, um santuário visitado durante décadas por sucessivas gerações... Como resultado dessas ocupações ficam os restos materiais ou as evidências indiretas das atividades ali realizadas: fragmentos cerâmicos, lascas de pedra, lâminas de machado, pontas de projéteis, conchas, restos de plantas, ossos, carvões, manchas escuras de fundo de cabanas, etc. Após abandonados, esses objetos sofrem a ação de agentes naturais e humanos – enxurradas, buracos de tatu, cupinzeiros, raízes, a abertura de uma estrada – que em alguns casos modificam sua distribuição original de deposição. (NEVES, 1998, P.173)

Com base na definição proposta por Neves (1998) verificamos que os sítios arqueológicos estão relacionados a um “espaço”, a uma “forma” como ele se apresenta, o “tempo da intervenção”, “restos materiais” ou “evidências indiretas” das atividades ali realizadas. Outro fato apontado são as transformações e intervenções que ocorrem nestes espaços, sejam elas naturais ou humanas.

A partir da consideração de que os sítios arqueológicos são considerados patrimônio cultural de uma Nação³³, julgamos importante entender no que eles se compõem, quais são os seus valores e as relações que estabelecem com o passado, com o presente e com o futuro.

No nosso entendimento, um sítio arqueológico, enquanto patrimônio, está situado num território (um município, estado, país ou vários) e também faz parte da cultura de uma comunidade humana, apresentando uma dimensão física e outra conceitual. Ainda que este sítio arqueológico não seja o único patrimônio existente em tal território ele faz parte do ambiente cultural presente neste território e nesta comunidade e como tal deve representar um papel, seja na dimensão cultural, social ou econômica. Entender as relações entre a dimensão

³³ Os sítios arqueológicos no Brasil são considerados patrimônio nacional e são protegidos pela Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

física e conceitual nos ajuda a compreender os diferentes aspectos do patrimônio e com isso criar estratégias para preservá-lo.

Quanto à importância dos sítios arqueológicos Mason e Avrami comentam que “como patrimônio de uma civilização passada, como um conjunto de artefatos e cenários com poder narrativo inerente, os sítios arqueológicos têm um potencial intrínseco para fornecer, entre outras coisas, informações históricas” (MASON e AVRAMI, apud TEUTONICO e GAETANO, 2002, p.21).

Ainda segundo Mason e Avrami (2000) os sítios arqueológicos constituem uma importante forma de patrimônio cultural por fornecerem informações e experiências valiosas as quais devem estar disponíveis também para as futuras gerações. Consideram um desafio tornar possível a conservação destes sítios de forma significativa e sustentável em longo prazo. Para isso sugerem incorporar a noção de valores no planejamento da conservação dos sítios arqueológicos.

A conservação de sítios arqueológicos na perspectiva dessas autoras, é um processo complexo e muitas vezes controverso que envolve várias determinações do que vem a ser patrimônio e que, também, refere-se a nós na medida em que indica o que é importante, como valorizamos, conservamos e transmitimos a nossa história para gerações futuras.

Conservation is a complex and often controversial process that involves determinations about what constitutes heritage; how it is used, cared for, interpreted, and invested in; by whom and for whom. Decisions about what and how to conserve are largely defined by cultural contexts, societal trends, and political and economic forces, which themselves are continually changing. (...) Social groups are embedded in certain places and times, and, as a matter of routine, use things (material heritage) to interpret their past and their future. In this sense, conservation is not merely about saving the physical remains of the past; it is about telling something about ourselves to present and future generations—what is important to us, what we value about our history, and why we are connected to our various groups. Because social attitudes and beliefs can change with time, one would expect the meaning and values ascribed to

cultural heritage to change as well. (MASON and AVRAMI 2000, p. 17-18)³⁴

Aqui fazemos referência novamente à Recomendação de Nova Delhi, que já em 1956, reportava a importância da manutenção dos sítios arqueológicos para pesquisas futuras.

Cada Estado Membro deveria considerar a conveniência de manter intactos, total ou parcialmente, determinado número de sítios arqueológicos de diversas épocas, para que sua exploração possa beneficiar-se dos progressos da técnica e do avanço dos conhecimentos arqueológicos. (UNESCO, 1956, s/p)

A Recomendação de Nova Delhi também trata da importância da conservação das coleções arqueológicas nos museus, da manutenção de sítios arqueológicos como testemunhos representativos e da relação dos sítios e dos museus.

Sendo a arqueologia uma ciência comparativa, dever-se-ia levar em conta, na criação e organização dos museus e das coleções procedentes de pesquisas, a necessidade de facilitar, o mais possível, o trabalho de comparação. Para isso, coleções centrais e regionais, ou mesmo excepcionalmente, locais, representativas dos sítios arqueológicos particularmente importantes, poderiam ser constituídas, o que seria melhor do que pequenas coleções dispersas com e com acesso restrito. (...) Deveria ser criado, junto aos sítios arqueológicos

³⁴ A conservação é um processo complexo e muitas vezes controverso que envolve determinações sobre o que constitui o patrimônio, como é usado, cuidado, interpretado e investido, por quem e para quem. As decisões sobre o que e como conservar são largamente definidas por contextos culturais, tendências societárias e forças políticas e econômicas, que estão mudando continuamente. (...) Os grupos sociais estão inseridos em certos lugares e tempos e, como uma questão de rotina, usam coisas (patrimônio material) para interpretar seu passado e seu futuro. Nesse sentido, a conservação não se limita apenas a salvar os restos físicos do passado; trata-se de dizer algo sobre nós mesmos para as presentes e futuras gerações - o que é importante para nós, o que valorizamos sobre nossa história e por que estamos conectados aos nossos vários grupos. Porque as atitudes e crenças sociais podem mudar com o tempo, podemos esperar que o significado e os valores atribuídos ao patrimônio cultural também mudem.

importantes, um pequeno estabelecimento de caráter educativo – eventualmente um museu – que permita aos visitantes compreender melhor o interesse dos vestígios que lhe são mostrados. (UNESCO, 1956, s/p)

Apresentamos a Carta de Burra (versão de 2013) como exemplo de diretrizes para a conservação e para a gestão dos sítios com significado cultural (sítios patrimônio cultural), a qual tem como princípio “uma abordagem cautelosa às alterações: fazer tão pouco quanto seja necessário para cuidar do sítio e torná-lo utilizável, mas, por outro lado, alterar tão pouco quanto seja possível para que o seu significado cultural fique retido”. (AUSTRALIA ICOMOS, 2013) Esta Carta está baseada nos conhecimentos e na experiência dos membros do ICOMOS da Austrália. Escolhemos esta carta por apresentar um fluxograma do seu processo proposto.

A Carta define conservação “como todos os processos de prestação de cuidados a um sítio por forma a que ele retenha o seu *significado cultural*”, sendo que este termo significa

valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, atual ou futuras. O significado cultural está incorporado no próprio sítio, na sua fábrica, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registos, nos sítios relacionados e nos objetos relacionados. Os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes. (AUSTRALIA ICOMOS, 2013)

A Carte de Burra apresenta as definições utilizadas, os princípios de conservação e os processos de conservação previstos. A Figura 9 apresenta o fluxograma do processo da carta de Burra, alinhando a sequência de investigações, decisões e ações propostas.

Figura 9: Processo da Carta de Burra (2013)

The Burra Charter Process

Steps in planning for and managing a place of cultural significance

The Burra Charter should be read as a whole.

Key articles relevant to each step are shown in the boxes. Article 6 summarises the Burra Charter Process.



Fonte: ICOMOS, 2013

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios³⁵ - ICOMOS, ligado a UNESCO, em 2007 lançou o documento “Carta para Interpretação e Apresentação do Patrimônio Cultural”. Neste documento, referem-se ao Sítio do Patrimônio Cultural³⁶ como “um lugar, localidade, paisagem natural, área de assentamento, complexo arquitetônico, sítio arqueológico, ou estrutura que é reconhecida e, muitas vezes, legalmente protegida como um local de importância histórica e cultural” (ICOMOS, 2007). Também estabelece sete princípios para interpretação e apresentação de sítios do patrimônio cultural como meio de reforçar a apreciação do público e a compreensão desses espaços. Os sete princípios enfatizam o papel da comunicação pública e educação na preservação do patrimônio, são eles:

- a) *Princípio 1- Acesso e compreensão:* Os programas de interpretação e apresentação devem facilitar o acesso físico e intelectual do público aos sítios do patrimônio cultural. (...)
- b) *Princípio 2 - Fontes de Informação:* A Interpretação e a apresentação devem ser baseadas em evidências obtidas através de métodos científicos e acadêmicos aceitos, bem como a partir de tradições culturais vivas. (...)
- c) *Princípio 3 - Contexto e Configurações:* A interpretação e a apresentação de sítios do patrimônio cultural devem estar relacionadas aos seus contextos e configurações sociais, culturais, históricos e *naturais mais amplos*. (...)
- d) *Princípio 4 –Autenticidade:* *A interpretação e apresentação de sítios do patrimônio cultural devem respeitar os princípios básicos de autenticidade previstos no Documento de Nara (1994).* (...)
- e) *Princípio 5 – Sustentabilidade:* *O plano de interpretação para um sítio do patrimônio cultural deve ser sensível ao seu ambiente*

³⁵ “O ICOMOS, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, é uma organização não governamental global associada à UNESCO. A sua missão é promover a conservação, a proteção, o uso e a valorização de monumentos, centros urbanos e sítios. Participa no desenvolvimento da doutrina, evolução e divulgação de ideias, e realiza ações de sensibilização e defesa. O ICOMOS é o organismo consultor do Comitê do Patrimônio Mundial para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO”. (<https://www.icomosbr.org/>)

³⁶ Cultural Heritage Site refers to a place, locality, natural landscape, settlement area, architectural complex, archaeological site, or standing structure that is recognized and often legally protected as a place of historical and cultural significance.

natural e cultural, tendo como seus objetivos centrais a sustentabilidade social, financeira e ambiental. (...)

- f) *Princípio 6 - Inclusão: A interpretação e apresentação do patrimônio cultural devem ser o resultado de uma colaboração significativa entre os profissionais do patrimônio, comunidades anfitriãs e associadas e outras partes interessadas. (...)*
- g) *Princípio 7 - Investigação, Formação e Avaliação: Investigação, formação e avaliação continuadas são componentes essenciais da interpretação do patrimônio cultural. (...)*

Outra carta patrimonial importante para a temática deste TCC é a Carta de Siena – Museus e Paisagens Culturais, documento proposto pelo ICOM Italy na Conferência Internacional de Siena em 2014. Este documento apresenta a visão italiana sobre as responsabilidades dos museus em relação ao patrimônio e suas paisagens culturais circundantes. “Implicar os museus na gestão e no cuidado da paisagem cultural significa desenvolver a sua vocação natural, alargando sua responsabilidade desde as coleções até ao patrimônio e ao território.” (ICOM Italy, 2014)

Na Carta de Siena (ICOM Italy, 2014) identificamos alguns propósitos que tem aderência com a temática deste TCC, que são: desenvolver a percepção de que as paisagens culturais diferem de país para país e estão ligadas a diferentes contextos culturais; indicar as paisagens culturais como responsabilidade dos museus, no sentido de que estas instituições se tonem centros de interpretação do patrimônio e do território; demonstrar que o desenvolvimento das relações entre museus e paisagens culturais impõe aos museus compartilhar a responsabilidade pela paisagem numa lógica de parceria com outras entidades públicas e privadas; indicar que a responsabilidade da paisagem implica dever: de um lado, a gestão e o cuidado do patrimônio no quadro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável do território; de outro, a atenção acordada à imagens e às representações que identificam e conotam a própria paisagem.

Susan Boyle (2004) sugere que o planejamento de um projeto de interpretação de sítio leve em conta três fases: (a) estabelecer uma visão de longo prazo para o programa, (b) determinar as ações de curto prazo necessárias para alcançar essa visão, e (c) montagem de um banco de dados.

Para esta autora, a visão de longo prazo requer a participação de gestores, comunidades públicas e locais, bem como de agências parceiras e estudiosos. As ações de curto prazo envolvem três etapas principais: (a) desenvolver temas interpretativos; (b) identificar os

públicos; e (c) identificar os meios mais adequados (brochura, vídeo, exposição, palestra interpretativo, fitas de áudio, etc.) para alcançar diferentes audiências. A terceira, a mais cara e demorada, é geralmente conduzida por especialistas no assunto, quer trabalhem através de uma universidade, uma entidade pública ou privadamente. (BOYLE, 2004)

Na perspectiva de Guimarães e Nascimento, a transformação de sítios arqueológicos em espaços institucionais “poderia dar a eles uma visibilidade capaz de sensibilizar a população e as autoridades para a necessidade de preservá-los” (GUIMARÃES e NASCIMENTO, s/d, p.2) e, também, de se reconhecer que a musealização de um sítio arqueológico “seria o ponto de partida para a implementação de medidas mais eficazes para sua proteção”. (GUIMARÃES e NASCIMENTO, s/d, p. 2-3).

Ainda, segundo Guimarães e Nascimento, os resultados que podem ser atingidos pela transformação de sítios arqueológicos em museus referem-se à “possibilidade de dimensão visual, à contextual/ambiental referida à noção de espaço/tempo, e finalmente à realização de pesquisas”. (GUIMARÃES e NASCIMENTO, s/d, p. 6)

Mgomezulu (2004), ao escrever o editorial da publicação “The Site Museum”, faz a diferenciação entre “sítio” e “museu” em que considera

o **sítio** como um espaço e o **museu** como um lugar que produz conhecimento e que simboliza a relação entre as sociedades e seu patrimônio em um dado momento. Deste ponto de vista, o museu ancora simultaneamente esta relação e funciona como uma zona de mediação. Ou seja, um museu não é apenas um instrumento que explica o local numa relação estática que é atualizada de acordo com o ritmo de novos desenvolvimentos museográficos. O local e o museu designam cada um, um espaço de herança cujos limites se adaptam e se transformam, ocasionalmente sobrepostos quando um espaço patrimonial assume as características de um museu. MGOMEZULU (2004, p.4).

Corroborando com Guimarães e Nascimento, Raposo entende que “os sítios musealizados oferecem, sobre os museus, as vantagens do contacto “direto” com os vestígios do passado, nos seus respectivos contextos, podendo, além disso, servir necessidades sociais estimáveis”. (RAPOSO, 2009, p. 77)

Trazendo para o contexto dos sítios arqueológicos do tipo sambaquis, Machado (2013, p.108) justifica que os sítios arqueológicos são monumentos na medida em que “anunciam outros “agoras” que contribuem para sermos o que somos, o que desejamos e sonhamos”. E continua dizendo da importância dos monumentos vistos como documentos. Neste sentido exemplifica que os sambaquis

são documentos-monumentos já que possuem uma série de informações consolidadas a partir das relações desses lugares com os mais variados seres, através dos tempos. Quero dizer, com isso, que os sambaquis continuam a guardar, em suas muitas camadas de conchas, informações. Eles não estão mortos na paisagem, seja no sentido físico, pois eles ainda se transformam, seja no sentido simbólico, pois eles ainda seduzem para a atribuição de significados. (MACHADO, 2013, p.108)

Finalizo este capítulo com uma citação de Cristina Bruno que nos inspirou no desenvolvimento deste referencial teórico e na busca de construir um diagrama (Figura 10), ainda incipiente que correlacionasse o conteúdo deste referencial teórico. No diagrama podemos perceber a importância das diferentes atividades e fluxos de informação para a comunicação e preservação do patrimônio, destacando: os arqueólogos como principais geradores de informações sobre os sítios arqueológicos e seus respectivos acervos *ex-situ*; o IPHAN como instituição responsável pela regulamentação e fiscalização das atividades arqueológicas e intervenções nos sítios, bem como, pela atualização e gerenciamento das informações referentes ao patrimônio arqueológico; os museus como instituições de salvaguarda e comunicação dos acervos *ex situ*.

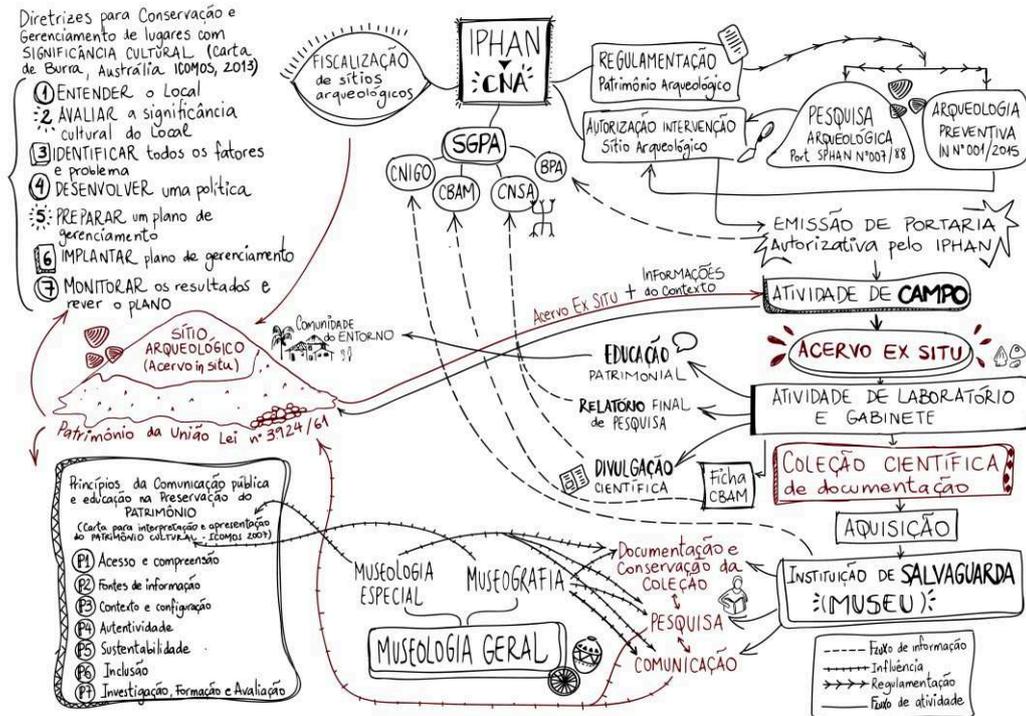
Para Bruno (2013), o legado das pesquisas arqueológicas e suas questões preservacionistas faz com que nos defrontemos com a realidade dos artefatos, das paisagens e dos restos humanos:

a realidade do diálogo entre as *coisas* e os *lugares*, a realidade do cruzamento entre *espaço* e *tempo*, a realidade que permite reflexão sobre o *momento atual* alavancada por uma forte *expressão do passado*, entre outras possibilidades. Essas realidades, também são permeadas por conjunturas institucionais, por parâmetros acadêmicos e por oscilações político

administrativas que não podem ser negligenciadas. (BRUNO, 2013, p.29-30)

No capítulo seguinte é realizado o delineamento do processo da pesquisa, bem como os seus resultados.

Figura 10: Diagrama de relações entre temáticas do referencial teórico



Fonte: Elaborado pela Autora, desenhado por Gabriela Orofino.

3 - LEVANTAMENTO DE CAMPO E RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar o delineamento das atividades de campo, a compilação dos dados levantados durante o levantamento de campo, bem como sua análise. O levantamento de campo foi delineado em dois blocos no sentido de visualizarmos as duas situações que queremos abordar: os sítios arqueológicos, configurando os acervos *in situ* e as exposições museológicas, demonstrando os acervos *ex-situ*.

3.1 DELINEAMENTO DO LEVANTAMENTO DE CAMPO

O levantamento de campo foi delineado em dois blocos no sentido de visualizarmos as duas situações que queremos abordar: os sítios arqueológicos, configurando os acervos *in situ* e as exposições museológicas, demonstrando os acervos *ex-situ*. Para isso, identificamos museus com exposições sobre sambaquis e sítios arqueológicos, do tipo sambaqui, com estrutura para visitação. Embora apresentadas em sequência, elas não ocorreram numa ordem pré-determinada.

Na pesquisa de campo também foram realizadas conversas com especialistas em Museologia e Arqueologia, no sentido de discutir e aprofundar os conhecimentos levantados durante as fases anteriores. O protocolo das conversas foi sendo elaborado ao longo do trabalho. Não foi realizada uma análise efetiva do resultado destas conversas já que elas foram realizadas para elucidar questões relativas à etapa de levantamento de campo.

3.1.1 Visita a sítios arqueológicos com estrutura para visitação

O **primeiro bloco** foi a visita técnica aos sítios arqueológicos, do tipo sambaqui, com estrutura para visitação que teve como objetivo verificar como o patrimônio arqueológico dos sambaquis são evidenciados *in situ*.

Para orientar estas visitas, inicialmente, foi elaborado um modelo de roteiro de visita, que ao final deste trabalho foi transformado numa ficha técnica dos sítios, onde procuramos incluir, num mesmo documento, os dados do CNSA, características apresentadas nos estudos sobre sambaquis, na identificação dos valores do sítio arqueológico e os princípios da “Carta para Interpretação e Apresentação do Patrimônio Cultural”, do ICOMOS. A Ficha Técnica, elaborada pela autora, para essa pesquisa foi dividida em 8 tópicos: i. Identificação do sítio (Fonte CNSA); ii. Visita de campo; iii. Histórico; iv. Contexto de pesquisa; v. Valores; vi. Bibliografia; vii. Notícias; viii. Imagens. O modelo da ficha

utilizada, denominada de “Ficha técnica de sítios arqueológicos tipo sambaquis” é apresentado no Apêndice A.

Para esta etapa foi previsto inicialmente a visita a dois sítios arqueológicos: o Sambaqui da Tarioba, no município de Rio das Ostras; Sambaqui da Beirada, no município de Saquarema. Durante o levantamento de campo verificou-se que o Sítio Duna Grande apresentava elementos que caracterizavam elementos de acervos in situ e ex situ e, além disso, integrava-se ao Museu de Arqueologia de Itaipu. Por isso, escolhemos este sítio para fazer uma descrição detalhada e uma análise mais aprofundada do seu contexto. Ambos os sítios estão localizados no estado do Rio de Janeiro.

Foram realizadas as seguintes atividades preparatórias para a visita a campo dos sítios arqueológicos com estrutura para visitação:

- a) Levantamento das fichas dos sítios arqueológicos junto ao CNSA/IPHAN e verificação sobre os estudos realizados, procurando identificar pontos específicos que pudessem ser explorados durante a visita;
- b) Busca de informações na internet sobre contexto histórico e de gerenciamento sobre sítio arqueológico, evolução do sítio como patrimônio cultural;
- c) Identificação da instituição responsável pelo sítio arqueológico e verificação do horário de funcionamento.

As informações de localização dos sítios arqueológicos, horários de funcionamento e datas da realização das visitas são apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1: Relação dos sítios arqueológicos visitados

Sítio Arqueológico	Endereço	Data
Sítio Arqueológico Duna Grande	Niterói, RJ Praia de Itaipu, s/nº Itaipu Telefone: (021) 3701-2966 E-mail: mai@iphan.gov.br	26/04
Sambaqui da Beirada	Rua do Sambaqui da Beirada, s/n, Barra Nova Telefone: (22) 99921-8364 (Vanderléa)	26/04
Sambaqui da Tarioba	Rua Bento Costa Jr., 70 – Centro, Rio das Ostras, RJ Telefone: (22) 2764-6350	27/04

Fonte: Autora

Em cada sítio arqueológico procuramos identificar as instituições responsáveis informações e as estruturas de interpretação e apresentação

disponíveis para cada sítio, bem como as características atuais do seu entorno.

3.1.2 Visita aos museus

O **segundo bloco** consistiu na visita técnica a duas instituições museológicas que têm exposições e/ou acervos sobre sambaquis. O objetivo desta etapa foi levantar quais são as informações e os artefatos dos sambaquis que são apresentados nas exposições museológicas.

Para direcionar esta atividade foi criado um roteiro de visita técnica baseado no “Roteiro de Observação para Visita a Museus”, elaborado pela professora Dra. Marília Xavier Cury (2005). O instrumento desenvolvido pela autora deste TCC foi denominado Roteiro de Observação de Exposições sobre Sambaqui, que é apresentado no Apêndice B. Nesta atividade procuramos identificar quais são as temáticas e os artefatos que estão sendo utilizados para representar os sítios arqueológicos do tipo sambaqui.

Cury (2005, p.100) ao referir-se à fase de Planejamento e de Ideia de uma exposição, sugere a visita a outras exposições. “A busca de soluções competitivas manifesta-se no levantamento de outras exposições pertinentes, analisando conteúdo e forma. Podemos aprender com essas exposições e tentar superá-las em termos de qualidade e proposta”.

Os museus e as exposições selecionadas para esta etapa da pesquisa tiveram como primeiro critério a presença de exposições que abordassem na sua totalidade, ou parcialmente a temática dos sambaquis. O segundo critério foi procurar englobar instituições com perfis diferenciados. Foram selecionadas duas instituições por apresentarem exposições com artefatos provenientes do sítio arqueológico Duna Grande: o Museu Histórico Nacional e o Museu de Arqueologia de Itaipu, ambos vinculados ao IBRAM e localizados no Estado do Rio de Janeiro.

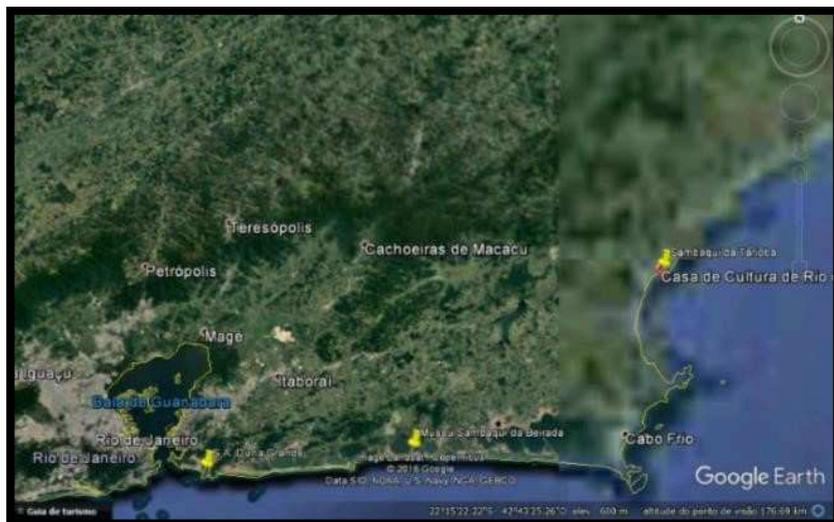
As atividades preparatórias para a visita aos museus arqueológicos escolhidos consistiram de busca na internet de informações sobre museu/instituição responsável e verificação do horário de funcionamento. A seguir descreveremos os dados provenientes do levantamento de campo.

3.2 VISITA AOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Para esta etapa foram visitados três sítios arqueológicos: o Sambaqui da Tarioba, no Município de Rio das Ostras; Sambaqui da Beirada, no Município de Saquarema, e o sítio arqueológico Duna

Grande, em Itaipu, no Município de Niterói, ambos localizados na Região dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro. A Figura 11 apresenta a localização dos referidos sítios.

Figura 11: Indicação da localização dos sítios arqueológicos visitados na Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Autora

As informações apresentadas serão organizadas em dois tópicos: Identificação do sítio (Fonte CNSA); Histórico e Visita de campo.

3.2.1 Sítio Arqueológico Sambaqui da Beirada

3.2.1.1 Identificação do Sítio (Fonte CNSA)

O sítio arqueológico Sambaqui da Beirada está cadastrado no CNSA/IPHAN³⁷ sob o número RJ00279, localizado no município de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro. Está classificado na categoria pré-colonial, como sendo do tipo “sambaqui, berbigueiro, concheiro”. A altura máxima indicada é 5m e tem uma área estimada de 1.890m². Quanto aos artefatos encontrados registram o “lítico lascado” e “sobre material orgânico”. Como outros vestígios indicam “carvão, malacológico (Anomalocardia, Ostrea sp.) e adorno de osso de peixe”. O registro do sítio foi feito por Lina Kneip, em 05/06/1975.

³⁷ http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?8885

3.2.1.2 Histórico

O Sambaqui da Beirada, registrado em 1975, foi descoberto pelo pescador Manoel Venceslau, o “Juca”. Foi pesquisado no decorrer de 1987 pela Profa. Dra. Lina Maria Kneip e equipe, sendo datado de 4520 anos A.P. (antes do presente), constituindo a mais antiga ocupação humana no município de Saquarema. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA E MUSEU NACIONAL, 2003).

No período de 1975 a 1978, Lina Kneip apresentou às autoridades municipais de Saquarema, um projeto sugerindo a criação de uma “Reserva Arqueológica e Ecológica de Barra Nova” que, no entanto, não foi outorgado na época. O sambaqui da Beirada foi pesquisado no decorrer de 1987, por uma equipe coordenada pela própria professora, através do projeto “Pesquisa Pré-histórica e Paleoambiente de Saquarema” e “Preservação do Patrimônio Pré-histórico do Estado do Rio de Janeiro”, do Museu Nacional. (BERTOLOTO et. al, 2015)

O projeto, coordenado pela Professora Lina Maria Kneip (Museu Nacional/UFRJ), contou com a participação de uma equipe interdisciplinar constituída de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JB-RJ). As entidades patrocinadoras da pesquisa foram o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB/UFRJ) e Prefeitura Municipal de Saquarema. (KNEIP et al, 1997)

A Praça do Sambaqui da Beirada, inaugurada em 31 de maio de 1997, é identificada como a primeira exposição arqueológica ao ar livre de um Sambaqui no Brasil. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA E MUSEU NACIONAL, 2003).

3.2.1.3 - Visita de campo

Este item será apresentado a partir de três perspectivas diferenciadas, que são: a percepção do lugar; informações do local e interpretação e apresentação do sítio.

3.2.1.3.1 - Percepção do lugar

O sítio arqueológico Sambaqui da Beirada está localizado num terreno que ocupa uma quadra, dentro de um loteamento de casas. O terreno está cercado com tela e tem um portão que dá acesso ao mesmo. Este terreno é denominado “Praça do Sambaqui da Beirada” e podemos

dizer que o mesmo está dividido em três ambientes. O primeiro refere-se à área do sítio que foi escavada e que hoje está disponível para visitação (Figura 12). O segundo compreende uma edificação onde funciona a sede da Praça do Sambaqui da Beirada (Figura 13), a qual tem uma sala utilizada para atividades de educação patrimonial (Figura 14). O terceiro compreende o resto do terreno que ainda preserva remanescente da vegetação de restinga, no qual foram abertas trilhas onde se pode observar várias espécies características da região (Figura 15). O sítio é bem maior do que a área escavada, que está evidenciada pela exposição, atingindo boa parte da área de entorno. Esse lugar tranquilo está numa rua que termina numa lagoa (de Saquarema, Figura 16) há cerca de 200m.

Figura 12: Estrutura de apresentação do Sambaqui da Beirada que consiste de dois módulos



Fonte: Autora

Figura 13: Sede da Praça do Sambaqui da Beirada



Fonte: Autora

Figura 14: Sala para educação patrimonial detalhe do expositor com artefatos provenientes de sambaqui



Fonte: Autora

Figura 15: Área de restinga na Praça do Sambaqui da Beirada



Fonte: Autora

Figura 16: Vista da Lagoa de Saquarema (final da rua do Sambaqui da Beirada)



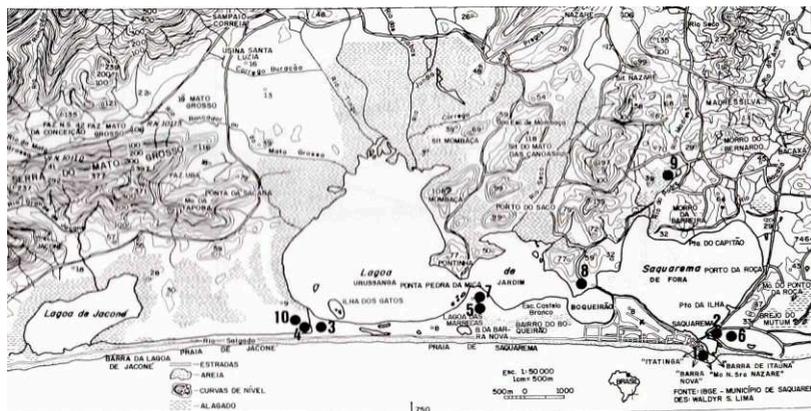
Fonte: Autora

3.2.1.3.2 *Informações do local*

Quanto às informações do local, o sítio está localizado numa antiga área de restinga entre a praia de Saquarema (em torno de 500 m) e a Lagoa de Saquarema (200m). Nessa mesma região existiam mais

nove sítios arqueológicos do tipo sambaqui: Saquarema, Hotel Yatch Club, Manitiba I, Manitiba II, Beirada, Moa, Pontinha, Saco, Madressilva e Jaconé. A localização destes sítios pode ser visualizada na Figura 17.

Figura 17: Representação parcial do recôncavo de Saquarema, observando-se os ambientes litorâneos, lagunar e fluvial (rios Roncador ou do Mato Grosso, Tingui, Jundiá e Seco) de encosta e interflúvio. Sambaquis: 1-Saquarema, 2- Hotel Yatch Club, 3-Manitiba I, 4-Manitiba II, 5-Beirada, 6-Moa, 7-Pontinha, 8-Saco, 9-Madressilva e 10-Jaconé



Fonte: KNEIP, et. al., 1997

3.2.1.3.3 Estrutura de interpretação e apresentação do sítio

A estrutura de visitação do sítio está organizada em dois módulos. No módulo maior (Figura 18) é possível observar a estratigrafia do sítio por meio dos diferentes patamares que foram deixados pela escavação realizada com a técnica de decapagem³⁸. Neste módulo são evidenciados “restos alimentares e objetos de pedra utilizados para raspar, cortar e bater”, “sepultamento de jovem com artefatos de pedra de uso doméstico” e “sepultamento de mulher adulta, de brucos, mãos sob a bacia acompanhada de corantes e conchas”. No módulo menor (Figura 19) é apresentado o “sepultamento de adulto jovem, de brucos, com conchas e sedimentos”. Pode-se observar que, em comparação com a altura do sítio indicada no momento do registro (5m), estima-se que atualmente ele possua em algumas partes em torno 1m de altura, o que

³⁸ A decapagem ocorre com a retirada lenta, detalhada e sistemática de sedimentos em níveis artificiais (5 a 10 cm) ou naturais, acompanhando o contorno das estruturas encontradas.

comprova a sua destruição. Como dito anteriormente, o terreno está fechado e está constituído como área pública municipal e disponível para visitação e atividade de educação patrimonial.

Figura 18: Vista da área cercada do Sambaqui da Beirada (módulo maior)



Fonte: Autora

Figura 19: Sepultamento de adulto jovem, de bruços, com conchas e sedimentos (modulo menor)



Fonte: Autora

3.2.2 Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba

3.2.2.1 Identificação do Sítio (Fonte CNSA)

O sítio arqueológico Sambaqui da Tarioba está cadastrado no CNSA/IPHAN³⁹ sob o número RJ00373, localizado no município de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro. Está classificado na categoria pré-colonial, como sendo do tipo “sambaqui, berbigueiro, concheiro”. A altura máxima indicada é 1,4 m e não há indicação de outra dimensão.

³⁹ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?8979. Acessado em 23/04/2017.

Quanto à estrutura, está presente a informação “De Combustão; Estacas, buracos de fossas”. Como artefatos estão listados “Sobre concha; lítico ocre”. Os outros vestígios orgânicos compreendem “ósseo humano e ósseo animal”. Como medida de proteção está indicado “Transformado em Museu do Sítio”. O registro do sítio foi feito por Ondemar F Dias, mas não tem data de referência. A data que aparece na ficha refere-se ao preenchimento da ficha, realizada em 23/12/1997.

3.2.2.2 Histórico

Em 1967, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) registrou a existência de um sítio arqueológico na região, mas não se tem notícia de ações neste sítio. O sítio arqueológico foi registrado com o nome de Sambaqui da Tarioba pela equipe do Pronapa em virtude de terem encontrado a concha *Anomalocardia* na área do sítio, popularmente chamada de Tarioba. (OLIVEIRA e ABREU, 2010)

Na década de 1990, a recente Prefeitura de Rio das Ostras, emancipada do Município de Casimiro de Abreu em 1992, adquiriu a casa que era do médico Bento Costa Júnior. Esta aquisição deveu-se à sua localização privilegiada - em frente à Praça São Pedro, uma das mais importantes da cidade - e, pelo valor histórico regional atribuído ao imóvel, por tratar-se de uma tradicional construção colonial. A casa passou, então, a ser a primeira unidade cultural da cidade, denominada de “Casa da Cultura de Rio das Ostras”, que a partir da criação da Fundação Rio das Ostras de Cultura, em 1997, passou a ser gerenciada por esta Fundação. (OLIVEIRA e ABREU, 2010)

O Sambaqui da Tarioba foi reencontrado, por acaso, quando surgiu a ideia de se criar um teatro a céu aberto nos fundos da Casa de Cultura, que era uma demanda da região no início da década de 1990. (OLIVEIRA e ABREU, 2010).

Em virtude do achado, as autoridades municipais fizeram contato com o Instituto Brasileiro de Pesquisas Arqueológicas- IBPA, conforme relatado por Teixeira (2004, apud Oliveira e Abreu).

“...as autoridades municipais contataram a equipe de pesquisadores do Instituto, para avaliar a situação do sítio, sua delimitação e possibilidade de tal expansão. Verificou-se então, que somente a parte do sítio que ficava no quintal daquela casa, permanecem em bom estado de conservação, exceto por decapagens superficiais provenientes da capina do terreno, enquanto que todo o restante foi ocupado por inúmeras outras construções.”

(TRINDADE 2004, 39, apud OLIVEIRA e ABREU, 2010)

Após as escavações o Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba foi inaugurado em 1999. Em 30/06/ 2015 o Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba reabriu as portas à visitação pública, após um período de reformas.

3.2.2.3 Visita de campo

Este item será apresentado a partir de três perspectivas diferenciadas, que são: a percepção do lugar; informações do local e estrutura de interpretação e apresentação do sítio.

3.2.2.3.1 *Percepção do lugar*

O sítio arqueológico Sambaqui da Tarioba está localizado no terreno da casa da Cultura de Rio das Ostras (Figura 20). A parcela que foi escolhida para ser escavada e transformada em museu está dentro de uma construção de alvenaria, madeira e vidro com filme de proteção (Figura 21). Não é possível enxergar o sítio de fora. Para ter acesso ao sítio é necessário pagar ingresso no valor de R\$ 5,00 (cinco reais). A Casa da Cultura fica próxima à praia numa região bastante urbanizada.

Figura 20: Casa da Cultura de Rio das Ostras



Fonte: Autora

Figura 21: Estrutura de visitação do Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba



Fonte: Autora

3.2.2.3.2 *Informações do local*

Quanto às informações do local, o sítio estava localizado provavelmente numa antiga área de manguezal, próximo à praia, em torno de 50 metros. A área já está bastante urbanizada, não sendo possível identificar as características naturais do local a partir da localização do sítio. Não conseguimos uma imagem aérea da área no Google Earth, nem por fonte bibliográfica. No texto de apresentação da exposição do sítio arqueológico Sambaqui da Tarioba é feita referência a mais cinco sítios resgatados pela pesquisa regional em arqueologia: Salgado, Serramar, Remanso, Itapebussus, Massangana. No local da exposição há um mapa com referência de sítios arqueológicos e históricos, onde há apenas a indicação de dois sambaquis: da Tarioba e da Itapebussus.

3.2.2.3.3 *Estrutura de Interpretação e apresentação do sítio*

A edificação do Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba foi construída no entorno de uma parte do respectivo sítio. O material apresentado na exposição é quase todo referente aos sambaquis, mas há também duas peças cerâmicas atribuídas à tradição Tupiguarani e um expositor com vestígios encontrados em outros sítios históricos da região. Na ficha técnica da exposição são apresentadas três instituições: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, Fundação Rio das Ostras de Cultura, Instituto Brasileiro de Pesquisas Arqueológicas. Como apoios à revitalização estão contempladas as seguintes instituições: o IPHAN, o IBRAM e a Prefeitura Municipal de Rio das Ostras.

A exposição sobre o Sambaqui da Tarioba tem um circuito linear e inicia com a apresentação da escavação de uma trincheira, tendo atrás

uma pintura mural que procura reconstituir a paisagem do local na época dos sambaquis (Figuras 22 e 23). A trincheira esta demarcada em quadriculas, nas quais há diferentes perfis do solo em que se observa a formação de cinco camadas (I, II, III, IVA, IVB), até a chegada ao solo original (Figuras 24 e 25). As camadas são sinalizadas com linhas ao longo da trincheira. Nesta trincheira também é possível observar a presença de sepultamentos, uma variedade de conchas, artefatos e alguns pedaços de madeira. Durante o salvamento foram realizadas datações, quando se obteve 3620 e 3.440 A.P. para a segunda camada e 3.300 AP para a terceira camada.

Figura 22: Trincheira escavada no Sambaqui da Tarioba



Fonte: Autora

Figura 23: Pintura mural que procura reconstituir a paisagem do local na época dos sambaquis



Fonte: Autora

Figura 24: Setor 5 da escavação do Sambaqui da Tarioba



Fonte: Autora

Figura 25: Placa com descrição do perfil do Setor 5 da escavação do Sambaqui da Tarioba



Fonte: Autora

Depois da trincheira tem três expositores. No primeiro, de um lado são apresentados os acompanhamentos funerários encontrados e do outro lado os artefatos e adornos. No segundo há o busto de um homem sambaquiiano (Figura 26) que foi desenvolvido por uma artista plástica da região. No terceiro expositor são apresentados artefatos líticos lascados e polidos de um lado (Figura 27) e uma variedade de conchas e osso de animais do outro.

Figura 26: Busto de homem sambaquieiro



Fonte: Autora

Figura 27: Artefatos líticos lascados e polidos



Fonte: Autora

Há também uma maquete que procura representar a vida cotidiana no entorno do Sambaqui da Tarioba (Figura 28). Essa maquete foi construída pela artista plástica Roberta Sá, que se baseou numa fotografia do ano de 1954, data que antecede a dragagem do Rio das Ostras. Nesta época, via-se ainda o manguezal na sua forma primitiva, o mar, mais próximo deste local, e o rio serpenteando entre os dois.

Figura 28: Maquete - vida cotidiana no entorno do Sambaqui da Tarioba



Fonte: Autora

É possível observar, ainda, outro sepultamento de um indivíduo feminino, jovem, em posição semi-fletida com acompanhamentos funerários, que está protegido por uma vitrine de vidro (Figura 29).

Figura 29: Indivíduo feminino, jovem em posição semi-fletida com acompanhamentos funerários: 1 lâmina de machado, 2 batedores e 3 pigmentos vermelho e amarelo



Fonte: Autora

Segundo Trindade “a musealização do Sambaqui da Tarioba incentivou a preservação do sítio e de seu material arqueológico *in situ*, além de promover o desenvolvimento econômico do município através do atrativo turístico decorrente” (TRINDADE, 2001, apud BERTOLOTO et al, 2015).

3.2.3 Sítio Arqueológico Duna Grande – um estudo de caso

Como esse sítio não estava cadastrado no CNSA como sambaqui, o mesmo não estava contemplado no início da pesquisa. Ao visitar o Museu de Arqueologia de Itaipu, vimos a área do sítio e verificamos que

a sinalização presente fazia referência aos sambaquis e grupos sambaquieiros. Julgamos oportuno recolher algumas informações sobre o sítio. Durante a análise dos dados resolvi considerá-lo em função de constar da sinalização do sítio e, também, pelo sítio estar referenciado na exposição do Museu Histórico Nacional como o “Símbolo da Pré-história Brasileira”.

As informações apresentadas para este sítio serão organizadas em cinco tópicos: i. Identificação do sítio (Fonte CNSA); ii. Histórico; iii. Visita de campo; iv. Contexto de pesquisa; v. Valores.

3.2.3.1 Identificação do Sítio (Fonte CNSA)

O sítio Arqueológico Duna Grande está cadastrado no CNSA/IPHA⁴⁰N com o nome de “Sítio Arqueológico Itaipu”, sob o número RJ00132, localizado no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Está classificado na categoria pré-colonial, como sendo do tipo “sítio sob dunas”. A altura máxima indicada é 30m (a partir do nível do solo) e tem uma área estimada de 10.000m². Quanto aos artefatos encontrados registram o “lítico lascado” e “sobre material orgânico”. O registro do sítio foi feito por Lina Kneip e Maria da Conceição M. Coutinho, em 11/04/1968.

3.2.3.2 Histórico

De acordo com Araujo (2014), a proposta de um museu de arqueologia só começa a ser pensada para a região após a descoberta do sambaqui Duna Grande em 1962. “Criado sobre as bases de um conflito entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, o Museu de Arqueologia de Itaipu inicia suas atividades 22 anos após o tombamento, no dia 22 de março de 1977”. (ARAÚJO, 2014, p.53)

O Museu é instalado nas ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, que foi tombado em 08/01/1955, com sua inscrição no Livro de Tombo de Belas Artes. Fazem parte do acervo do museu vestígios coletados no sítio arqueológico Duna Grande, que compõem a Coleção Hildo de Mello Ribeiro.

“A praia de Itaipu foi tombada em seu conjunto paisagístico pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1985, salvaguardando o canto sul da Praia, composto pelo Pontal do Morro das Andorinhas e pelas ilhas do Pai, da Mãe e da Menina.” (ARAÚJO, 2015 p.165)

Em 1987 foi dada entrada no IPHAN um processo para tombamento do sítio arqueológico Duna Grande (Processo nº 1.216-T-87 – Sítio: Arqueológico Duna Grande, Itaipú, Niterói, Estado do Rio de

⁴⁰ http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?8738

Janeiro, p.42). Este processo está parado no IPHAN. (SANTIAGO, 2015)

O governo municipal de Niterói através do decreto municipal nº 9.060/2003, considera o sítio arqueológico como área de interesse ambiental e ecológico e considera que é atribuição municipal a preservação do sítio e seu entorno (HERINGER, 2014, pg.86)

Em 2008 o decreto Estadual Nº 41226, de 16/04/2008, amplia o perímetro do Parque Estadual da Serra da Tiririca e inclui o Duna Grande em sua área de proteção. (ARAUJO, 2014, pg.62)

3.2.3.3 Visita de Campo

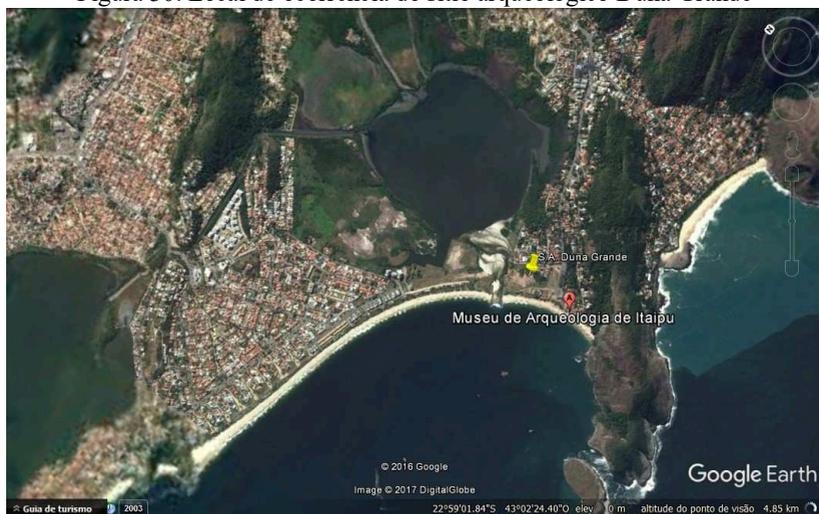
Este item será apresentado a partir de três perspectivas diferenciadas, que são: a percepção do lugar; informações do local e estrutura de interpretação e apresentação do sítio.

3.2.3.3.1 *Percepção do lugar*

Quando cheguei ao local do sítio, fiquei impressionada com a beleza do lugar. O que pude ver foi uma grande duna cercada, de frente para a praia de Itaipu. Do lado direito fica próximo a um terreno que também está cercado e depois a estrada que dá acesso à praia de Itaipu e o Museu de Arqueologia de Itaipu. O sítio encontra-se a pouco mais de 500 m do museu. Do lado esquerdo há um canal⁴¹, a Lagoa de Itaipu e, atrás existem casas que parecem ter sido construídas sobre a Duna. O dia da visita era uma terça-feira e tinha poucas pessoas na praia e na lagoa. Na beira da praia tinha restaurantes e na areia muitos barcos de pesca. A Figura 30 apresenta uma vista aérea com a indicação da localização do sítio arqueológico Duna Grande e o Museu de Arqueologia de Itaipu. O ambiente é de muita tranquilidade e inspirador pela sua beleza sem igual. Destaco aqui a praia de Itaipu (Figura 31), o pontal do morro da Andorinha e a Lagoa de Itaipu (Figura 32). As Figuras 33 e 34 apresentam duas vistas do sítio.

⁴¹ Este canal foi aberto no final da década de 1970 quando fizeram a urbanização da praia de Cambinhas para a construção de uma marina. Este empreendimento nunca foi construído, mas separou definitivamente a praia de Itaipu da praia de Cambinhas.

Figura 30: Local de ocorrência do sítio arqueológico Duna Grande



Fonte: Autora

Figura 31: Vista da Praia de Itaipu



Fonte: Autora

Figura 32: Vista da Lagoa de Itaipu



Fonte: Autora

Figura 33: Vista do S.A. Duna Grande (I)



Fonte: Autora

Figura 34: Vista do S.A. Duna Grande (II)



Fonte: Autora

3.2.3.3.2 *Informações do local*

Quanto às informações do local, o sítio está localizado numa “área de interseção ambiental” (GASPAR, 2000) que se caracteriza pela proximidade do mar (praia de Itaipu), da lagoa de Itaipu, das ilhas (Pai, Mãe e Menina), da restinga e da floresta (Serra da Tiririca). Nessa mesma região haviam mais dois sítios arqueológicos, o Duna Pequena - RJ00133 (registrado no CNSA em 1978) e o Sambaqui de Camboinhas - RJ00133 (registrado no CNSA em 1979). De acordo com Araujo (2015), o IPHAN autorizou a sua destruição, sendo que o Sambaqui de Camboinhas era o último remanescente arqueológico desse tipo de sambaqui na região. Antes da destruição o Sambaqui foi escavado por uma equipe do Museu Nacional. Na primeira observação o sítio parece ser apenas uma duna. Andando no entorno, pode-se perceber a presença de conchas em alguns pontos. Não percebi a presença de nenhuma

estratigrafia aparente ou outros vestígios. Não pude avaliar as condições do sítio em função de não conhecê-lo anteriormente. No entanto, ele não apresenta mais trinta metros de altura como relatado na ficha do CNSA/IPHAN. Atualmente a área está cercada, mas o MAI utiliza o seu entorno para desenvolver atividades educacionais. No local estão disponibilizadas quatro placas de sinalização, uma de advertência, com indicações do que é proibido fazer na área e três que disponibilizam informações sobre o sítio arqueológico, que serão apresentadas no item a seguir.

3.2.3.4 Estrutura de Interpretação e apresentação do sítio

O sítio não apresenta estrutura de visitação e o acesso ao sítio está impedido pelo cercamento, dificultando a visualização de sua dimensão e características. A sinalização fixada na cerca é que faz a interface entre o sítio e o público.

Os significados do sítio arqueológico que são comunicados aos diferentes públicos são os que estão disponíveis na sinalização (Figuras 35 a 38), informando que a área é um sítio arqueológico cuja importância se deve ao seu valor cultural em virtude dos registros encontrados que podem ajudar a entender o passado. É um dos sítios arqueológicos mais importantes do Brasil, sendo considerado o Monumento símbolo da pré-história Brasileira. Descreve o que são os sambaquis e os sambaqueiros. Informa sobre salvamento ocorrido em 09/2010, por meio de uma parceria entre o Museu Nacional/UFRJ e Museu de Arqueologia de Itaipu, quando foram retiradas cinco ossadas humanas datadas de, no mínimo dois mil anos. As ossadas são formadas por quatro crianças e um adulto e hoje se encontram sob a guarda do Museu Nacional (MN)/UFRJ.

Figura 35: Placa de Advertência S.A. Duna Grande



Fonte: Autora

Figura 36: Placa Informativa S.A. Duna Grande (I)



Fonte: Autora

Figura 37: Placa Informativa S.A. Duna Grande (II)



Fonte: Autora

Figura 38: Placa Informativa S.A. Duna Grande (III)



Fonte: Autora

Na perspectiva da autora os valores tangíveis e intangíveis são salvaguardados nos seus contextos naturais, culturais e sociais da seguinte maneira:

- a) No contexto natural é salvaguardado na medida em que a área do sítio e parte do seu entorno hoje fazem parte do Parque Estadual da Serra da Tiririca e da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu (Resex Itaipu), limitando institucionalmente as ações no local, embora na prática isso nem sempre ocorra. Esse contexto natural nos permite observar como se configura uma zona de interseção ambiental, local escolhido pelos sambaquieiros para a construção dos sambaquis.
- b) O contexto cultural é salvaguardado na medida em que o contexto natural é preservado, seu acervo *ex situ* está salvaguardado nos museus (MAI e MN), comunicado por meio de exposições (MAI e MHN) e são divulgadas as pesquisas realizadas com estes materiais.
- c) O contexto social pode ser salvaguardado na medida em que este patrimônio possa também continuar a ser usado como referência pela comunidade local.

Para a autora deste trabalho não ficou clara a comunicação da autenticidade do sítio enquanto um sambaqui. Esse sítio está classificado no CNSA, como “sítio sob duna” e a informação presente nas placas remete ao mesmo como sendo um sambaqui.

Para este trabalho não foi pesquisada a origem dos recursos para a conservação/manutenção do sítio e dos serviços correlatos. A informação que tivemos junto ao MAI é que este último cercamento foi realizado com recursos provenientes de um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, relacionado ao Parque Estadual da Serra da Tiririca.

3.2.3.5 Contexto de pesquisa

Em uma parceria entre o Museu Nacional/UFRJ e Museu de Arqueologia de Itaipu, foi realizado, em setembro de 2010, no Sítio Arqueológico da Duna Grande o salvamento de cinco ossadas humanas datadas de, no mínimo, 2 mil anos, as quais se encontram sob a guarda do Museu Nacional/UFRJ.

3.2.3.6 - Valores

A partir do levantamento de campo, complementado por uma pesquisa bibliográfica expedita, destacamos os seguintes valores para este sítio.

Quanto aos **valores históricos e artísticos** elencamos:

- a) “As descobertas arqueológicas pré-históricas na região de Itaipu indicam que a ocupação humana no local data de cerca de 8.000 anos”. (ARAUJO, 2015, pg. 59) estas descobertas referem-se ao Sambaqui de Camboinhas.
- b) ”Até o início da colonização europeia no Rio de Janeiro, a região era habitada por tribos Tamoios e não ficou de fora da rota da exploração do pau-brasil. No início da colonização, os tamoios e seus aliados franceses realizaram intensa exploração de pau-brasil durante o século XVI na Serra da Tiririca. A madeira era escoada para a cidade do Rio de Janeiro por embarcações através da praia de Itaipu.”(VALLEJO, 2005, p.193-194)
- c) O sítio está vinculado à criação do MAI e a preservação do Recolhimento de Santa Tereza e transformação deste sítio em museu. (ARAUJO, 2014, p.53)
- d) Por ocasião do cinquentenário do IPHAN, foi escolhido como monumento símbolo da Pré-História brasileira. Embora sua proteção seja assegurada pela Lei Federal nº 3.924/61, o seu tombamento encontra-se em processo desde 1986. (ARAUJO, 2015, p. 60)
- e) Exposições relacionadas:
 - PERCURSOS DO TEMPO: Revelando Itaipu” – Museu de Arqueologia de Itaipu (2010 ao presente)
 - ORERETAMA – Museu Histórico Nacional (2006 ao presente)

Quanto aos **valores de pesquisa** elencamos:

- a) O sítio propriamente dito (acervo *in situ*) e seu entorno, que guardam as características dos ambientes de “interseção ambiental”.
- b) Artefatos provenientes do Duna Grande que fazem parte da Coleção Hildo de Mello Ribeiro e que estão na exposição e na reserva técnica do MAI e na exposição do Museu Histórico Nacional.
- c) Remanescentes ósseos humanos provenientes dos sepultamentos que foram escavados no Duna Grande em 2010 pela equipe do Museu Nacional/ UFRJ e que estão no acervo deste Museu.
- d) “(...) os sambaquis possuem vários significados para elaboração de pesquisas em áreas diversas, desde as ciências

da Terra até a sua utilização como atrativo turístico.” (ALMEIDA e SUGUIO, 2011, p.117).

Quanto aos **valores naturais** elencamos:

- a) O sítio propriamente dito (acervo in situ) e seu entorno, que guardam as características dos ambientes de “interseção ambiental”.
- b) Sítio foi integrado ao Parque Estadual da Serra da Tiririca.
- c) “A praia de Itaipu foi tombada em seu conjunto paisagístico pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1985, salvaguardando o canto sul da Praia, composto pelo Pontal do Morro das Andorinhas e pelas ilhas do Pai, da Mãe e da Menina.” (ARAUJO, 2015 pg.165)

3.3 VISITA AOS MUSEUS COM EXPOSIÇÕES SOBRE SAMBAQUIS

Foram escolhidos dois museus para a fase do levantamento de campo: o Museu Histórico Nacional – MHN, com a exposição Oreretama, e o Museu de Arqueologia de Itaipu com a exposição Percursos do Tempo: Revelando Itaipu. A descrição e análise dos dados é apresentada a seguir.

3.3.1 Museu Histórico Nacional (MHN)

O Museu Histórico Nacional é uma instituição pública federal vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM/MINC, localizada na região central da cidade do Rio de Janeiro. Foi criado em 1922, sendo que o início de suas atividades coincide com a inauguração do Pavilhão das Grandes Indústrias da Exposição Internacional de 1922, no mesmo prédio. Tem como função preservar e difundir a cultura e a história da Nação brasileira. O acervo museológico abrange temas variados como filatelia, numismática, heráldica, genealogia, mobiliário, meios de transporte, armas, canhões, pinturas históricas, dentre outros. Um dos destaques é a coleção de numismática com cerca de 150 mil itens, a maior do gênero existente na América Latina e uma das mais importantes do mundo. Abrigou o primeiro curso de museus do país, criado por Gustavo Barroso em 1932, atual Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, primeira instituição de ensino superior em Museologia na América Latina.⁴²

42

O MHN apresenta seis exposições de longa duração: Oreretama; Portugueses no Mundo – 1415 a 1822; A Construção da Nação – 1822 a 1889; A Cidadania em Construção – 1889 à Atualidade; Farmácia Homeopática Teixeira Novaes e Do Móvel ao Automóvel, sendo que a primeira aborda o patrimônio arqueológico brasileiro. (MHN, 2017)⁴³

A exposição “Oreretama⁴⁴” (Figura 39), inaugurada em 2006, é organizada em quatro módulos: dois dedicados à Arqueologia – denominados Pré-História, e dois dedicados à Etnologia – denominados Artes da Vida e Rituais. Vamos nos ater ao segundo módulo da Pré-História, por fazer referência aos sambaquis.

Figura 39: Apresentação da Exposição Oreretama



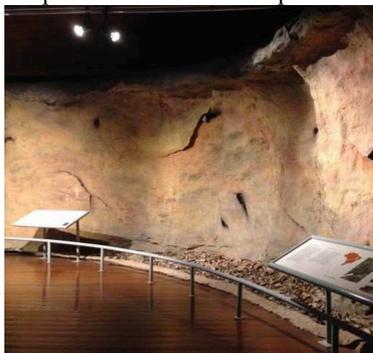
Fonte: Autora

O primeiro módulo da Pré-história é composto pela representação de um paredão da Serra da Capivara com pinturas rupestres (Figura 40). Destaca a antiguidade da ocupação humana no território, a presença de mais de 400 sítios arqueológicos, o acervo de pinturas rupestres e as pesquisas realizadas, sob a coordenação da arqueóloga Niède Guidon, no Parque Nacional Serra da Capivara, localizado no sudeste do Piauí.

⁴³ <http://mhn.museus.gov.br/index.php/exposicoes/>

⁴⁴ Palavra que significa *nossa terra* ou *nossa gente*, sendo originária do tronco linguístico tupi. (MHN, 2017)

Figura 40: Primeiro módulo da exposição Oreretama, representação de um paredão da Serra da Capivara



Fonte: Autora

O segundo módulo da exposição é constituído por painéis com textos, fotografias e imagens que são dispostos nas paredes, enquanto as vitrines com artefatos, organizados por matérias primas, com a identificação da origem, estão no centro da sala e fixadas nas paredes (Figuras 41, 42 e 43). Os artefatos estão relacionados aos sítios em duna, sambaquis e cerâmicos amazônicos.

Figura 41: Segundo módulo da exposição Oreretama (I)



Fonte: Autora

Figura 42: Segundo módulo da exposição Oreretama (II)



Fonte: Autora

Figura 43: Segundo módulo da exposição Oreretama (III)



Fonte: Autora

Embora não tenha a indicação de um circuito, iniciando-se pela esquerda em sentido horário há a apresentação de um mapa (Figura 44) no qual a pré-história brasileira é dividida nos seguintes itens: Norte – Cerâmica Amazônica; Nordeste – Sítios de Arte Rupestre; Centro-Oeste - Sítios de pintura rupestre; Sudeste – Sítios em Duna; Sul – Sambaquis e Casas Subterrâneas. Apesar de o mapa indicar diferentes tipologias, os textos presentes referem-se aos sambaquis e as duas fotografias apresentadas também.

Figura 44: Vestígios do passado brasileiro



Fonte: Autora

Ao fundo é apresentada uma linha do tempo com informações acerca da pré-história do Brasil e do mundo, onde situa o aparecimento dos sambaquis no litoral brasileiro, bem como numerosos povoamentos no Brasil Central, no Nordeste, na Amazônia e na Região Sul, a partir de oito mil anos atrás (Figura 45). A referência no mundo para esta data são os primeiros assentamentos urbanos (Jericó, Palestina).

Figura 45: Linha do tempo



Fonte: Autora

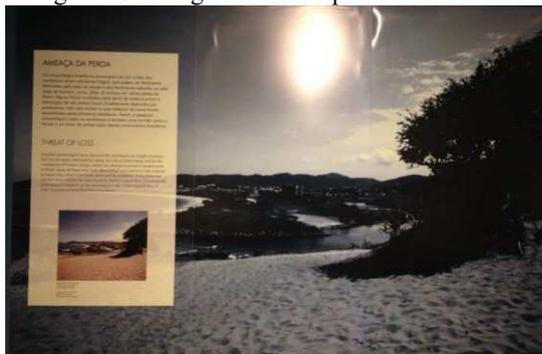
Os textos apresentados nos painéis que se referem aos sambaquis têm os seguintes títulos: Sambaquis, Sambaqueiros, Ameaça da Perda e Vestígios da Ocupação. Entre os dois primeiros junto a uma vitrine havia um texto em papel que tinha como título Enigmas e Possibilidades.

O texto sobre Sambaquis apresenta o significado desta palavra, descrevem a composição dos sambaquis, que eles são ocupações que ocorreram no litoral do Atlântico e em menor número no Pacífico e norte da Europa. As datações indicam que os sambaquis possuem mais de cinco mil anos e estimativas apontam oito mil. A fase de maior atividade deve ter ocorrido entre o quarto e o terceiro milênio A.C. quando deve ter iniciado o declínio em função de possível esgotamento dos mariscos, devido a coleta predatória ou que foram absorvidos ou dizimados por grupos procedentes da Amazônia, como os tupi-guarani.

O texto Sambaquieiros remete aos sambaquis do litoral de Santa Catarina com até 30 metros de altura para indicar a possibilidade de esses primeiros povos serem sedentários ao invés de caçadores/coletores nômades, como supõem alguns estudiosos. Este texto acompanha duas fotos de sambaquis de Santa Catarina.

No texto Ameaça da Perda há referência à destruição dos sambaquis para fabricação de cal e outros predadores. O texto destaca que poucos restaram tal como foram encontrados pelos primeiros estudiosos. Este texto acompanha uma foto da praia de Camboinhas, Niterói, tirada de cima do sítio arqueológico Duna Grande, com a legenda: Sambaqui de Camboinhas, Niterói, Rio de Janeiro, Foto: Andréa Capela (Figura 46).

Figura 46: Fotografia Sambaqui de Camboinhas



Fonte: Autora

A grande parte dos artefatos líticos apresentados é proveniente do sítio arqueológico Duna Grande. As Figuras 47 e 48 mostram artefatos líticos (lâminas de machado) do sítio arqueológico Duna Grande. As informações contidas na legenda, atribui-se aproximadamente 7.000 anos para o sítio arqueológico Duna Grande e indicam como sendo ocupado por sociedades indígenas. Informa, também, que este sítio, em

1987 foi declarado Monumento Símbolo da Pré-história Brasileira. Os artefatos relacionados ao Duna Grande além das lâminas de machado são: fragmentos de quartzo, núcleo de quartzo, almofariz e fragmento de almofariz. Há também a apresentação de uma vitrine com vários artefatos líticos, mas não há a indicação de procedência dos mesmos.

Figura 47: Artefatos líticos (machados) coletados no S.A. Duna Grande. Acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu/ 6º SR/IPHAN



Fonte: Autora

Figura 48: Almofariz e fragmento de almofariz coletados no S.A. Duna Grande. Acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu/ 6º SR/IPHAN



Fonte: Autora

Cinco considerações podem ser feitas a essa exposição em relação à temática dos sambaquis. A primeira refere-se ao mapa apresentado, a segunda a imagem referente ao Sambaqui de Cambainhas, a terceira por não apresentar uma imagem do sítio arqueológico Duna Grande e a quarta a seleção dos objetos. O mapa apresentado é problemático por reduzir as diferentes tipologias de sítios arqueológicos pré-históricos existentes no Brasil, invisibilizando as

demais tipologias. Como exemplo, cito como referência a escolha dos “Sítios em Duna” para representar a região sudeste, invisibilizando os sítios arqueológicos do tipo sambaqui que são muito superiores em número na região. A segunda refere-se à apresentação de uma foto com a legenda do Sambaqui de Camboinhas, um sítio que não existe mais, desde 1979, sem a indicação de que o mesmo foi destruído. A terceira refere-se à ausência de imagens do sítio com mais vestígios na exposição (Duna Grande) perpetuando o distanciamento entre os artefatos e os locais de origem. Duas fotos expostas são de sambaquis em Santa Catarina e uma com legenda dizendo ser do Sambaqui de Camboinhas (que não existe mais), porém esta informação foi omitida. A quarta refere-se à seleção dos objetos: são mostrados fragmentos de quartzo e fragmento de almofariz ao invés de peças mais elaboradas produzidas pelos sambaqueiros, a saber, zoólitos, acompanhamentos funerários confeccionados a partir de conchas, artefatos de pesca como anzóis entre outros, onde poderia se mostrar a habilidade técnica deste grupo.

Uma quinta consideração é apontada por Saladino e referenciada por Wichers (2011), onde menciona que

cerca de vinte peças apresentadas nessa exposição – cuja identificação destaca sua procedência do sítio arqueológico Duna Grande - pertencentes ao Museu Arqueológico de Itaipu, não são identificadas como oriundas da Coleção Hildo de Melo Ribeiro do referido museu, revelando um silenciamento da atuação desse indivíduo no Museu Arqueológico de Itaipu. (SALADINO , 2010, p.242, apud WICHERS , 2011, p. 262)

3.3.2 Museu de Arqueologia de Itaipu -MAI

O Museu de Arqueologia de Itaipu é uma instituição federal vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. O MAI está sediado nos remanescentes do antigo Recolhimento de Mulheres de Santa Teresa, localizado em Itaipu, Niterói, RJ, cujo tombamento (do prédio) foi solicitado pela comunidade de pescadores nos anos 1940 e concluído em 1955. O museu, criado em 22 de março de 1977, possui como principal coleção de seu acervo cerca de mil peças doadas por Hildo de Mello Ribeiro, arqueólogo amador e agente federal de pesca da Colônia. A coleção foi composta por Seu Hildo durante as décadas de 1960 e 70 através da coleta de vestígios arqueológicos, principalmente no sítio Duna Grande, onde afloravam devido às intempéries. Cercado pelo mar e a montanha, o museu está situado no complexo do Parque

Estadual da Serra da Tiririca, ao lado da colônia de pescadores e em frente a uma das praias mais visitadas na região.⁴⁵

No dia da visita o MAI exibia duas exposições que tinham informações sobre sambaquis. A primeira, denominada Arqueologia em Maquetes, apresenta uma série de maquetes com diferentes tipos de sítios arqueológicos e procedimentos de escavação arqueológica. Desta exposição destacamos duas maquetes: um sítio arqueológico pré-histórico em duna (Figura 49) e um sítio arqueológico pré-histórico (sambaqui) (Figura 50).

Figura 49: Sítio arqueológico pré-histórico em duna. Caracterizado por colinas de areia onde há pouca quantidade de conchas de moluscos.



Fonte: Autora

Figura 50: Sítio arqueológico pré-histórico (sambaqui). Vestígios de grupos humanos caracterizados pela predominância de conchas de moluscos por colinas de areia onde há pouca quantidade de conchas de moluscos.



Fonte: Autora

A segunda exposição é de longa duração e denominada “PERCURSOS DO TEMPO: Revelando Itaipu”, inaugurada em janeiro de 2010. Esta exposição apresenta três momentos da história de Itaipu: o período pré-histórico, o funcionamento do Recolhimento de Santa Teresa e o momento atual representado pela pesca.

A exposição não tem um circuito definido. Só existe uma porta para entrada ou saída, sendo que a entrada da exposição é parcialmente bloqueada por um painel, podendo o visitante fazer o percurso entrando pela esquerda ou pela direita. Pela esquerda vai do período mais antigo para o mais recente e vice-versa.

A exposição conta com quatro vitrines posicionadas ao longo das paredes laterais, três ao centro e uma ao fundo do painel de entrada (Figuras 51 e 52).

Entrando pela esquerda, as duas primeiras vitrines, posicionadas ao longo da parede, estão relacionadas à pré-história, bem como as três vitrines centrais, uma moldura com quatro fotos e a vitrine ao fundo do painel de entrada.

A primeira vitrine, com o título “O povoamento litorâneo e seus testemunhos culturais”, disserta da importância da indústria lítica para os grupos que povoaram o território brasileiro e apresenta em torno de dezesseis artefatos líticos provenientes do sítio arqueológico Duna Grande, entre eles: lâmina de machado, percutor, fragmento de implemento passivo de moagem, implemento ativo de moagem, polidor/bigorna (Figura 53).

Figura 51: Exposição PERCURSOS DO TEMPO: Revelando Itaipu (I)



Fonte: Autora

Figura 52: Exposição PERCURSOS DO TEMPO: Revelando Itaipu (II)



Fonte: Autora

Figura 53: O povoamento litorâneo e seus testemunhos culturais



Fonte: Autora

A segunda vitrine, intitulada “Pré-história: legado e tradição”, disserta sobre um glossário de autoria de Karl Friedrich Philipp von

Martius (1794-1868), que dá o significado da palavra Itaipu, *lapis sonans* ou pedra que soa, isto é, rochedo de água rumorejante e o vocábulo *sernambio* como *locus concharum* ou “lugar de conchas”. Também fornece informações sobre os grupos que ocuparam a região até a chegada dos europeus (sambaqueiros, Una e Tupi Guarani) Apresenta cerca de 12 conjuntos de artefatos formados por conchas, vértebras de peixes trabalhadas, ossos de animais, material carbonizado, material corante, entre outros, provenientes do sítio arqueológico Duna Grande (Figura 54)

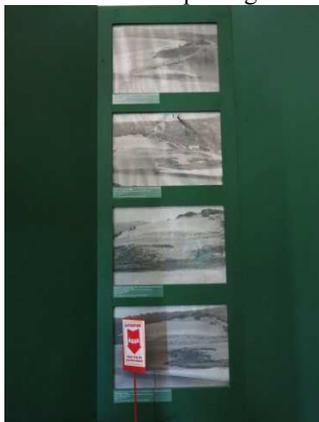
Figura 54: Pré-história: legado e tradição



Fonte: Autora

As quatro fotos da moldura referenciadas como: Antigo Recolhimento de Santa Teresa, Dunas Sambaqui e dependência do Museu de Arqueologia de Itaipu, são de 1976, sendo uma da praia de Itaipu e as outras três do sítio arqueológico Duna Grande (Figura 55 e 56).

Figura 55: Antigo Recolhimento de Santa Teresa, Dunas Sambaqui e dependência do Museu de Arqueologia de Itaipu (1976)



Fonte: Autora

Figura 56: Sítio arqueológico Duna Grande (1976)



Fonte: Autora

As três vitrines na região central são compostas por blocos testemunhos provenientes do Sambaqui de Camboinhas (Figura 57).

A última vitrine, sobre a pré-história, reconstrói de um sepultamento em área de duna, a partir de materiais originais recuperados na região de Itaipu. Faz referência também às características dos indivíduos que ocupavam a região. As informações referem-se ao desgaste dos dentes, ausência de cáries, estatura baixa, tendo os homens não mais que 1,65m de altura e as mulheres em torno de 1,55m, esqueletos são robustos, apresentando inserções musculares bem marcadas (Figura 58). Atrás dessa vitrine, há um painel intitulado “Pré-história: história em movimento”, que descreve a teoria sobre as

migrações humanas, acompanhado de um pequeno mapa com o esquema dessa mesma teoria migração no DNA mitocondrial.

Figura 57: Blocos testemunhos do Sambaqui de Camboinhas Coleção Pesquisa de Salvamento em Itaipu (1979)



Fonte: Autora

Figura 58: Pré-história: história em movimento e vitrine com reconstrução de sepultamento em duna



Fonte: Autora

3.4 ANÁLISE DOS DADOS PROVENIENTES DO LEVANTAMENTO DE CAMPO

Esta etapa tem como objetivo fazer uma síntese do caminho percorrido ao longo da elaboração deste TCC. A visita aos sítios arqueológicos e aos museus e a etapa de compilação dos dados suscitaram muitas questões que tiveram de ser deixadas para trás em função do tempo disponível para este trabalho.

A análise será feita em duas partes: a primeira refere-se à descrição dos dados levantados nas visitas aos sítios arqueológicos e a segunda apresenta uma síntese das relações entre o sítio arqueológico Duna Grande, seu acervo *ex situ* e informações correlatas, aproveitando para fazer um contraponto com o Sambaqui de Camboinhas.

3.4.1 Visita aos Sítios Arqueológicos

Para a análise dos dados, referentes aos sítios arqueológicos, escolhemos as seguintes temáticas: instituição vinculada e outras instituições partícipes, características atuais do sítio e seu entorno, estrutura de apresentação e interpretação, interface com museus, o instrumento utilizado e o planejamento do levantamento de campo.

Quanto à temática *instituição vinculada e outras instituições partícipes* observamos que os três sítios visitados estavam vinculados diretamente a instituições públicas, uma no nível federal (Museu de Arqueologia de Itaipu, pertencente ao IBRAM) e duas municipais (Fundação Rio das Ostras de Cultura e Prefeitura Municipal de Saquarema). Na sinalização do sítio arqueológico Duna Grande encontramos as seguintes instituições: MAI, IBRAM, Prefeitura Municipal de Niterói e Unidade de Conservação do Parque da Serra da Tiririca. O sítio arqueológico Sambaqui da Beirada recebe apoio do Museu Nacional/UFRJ e dos familiares de Lina Kneip que imprimem os folders do local e publicações das pesquisas da arqueóloga que são vendidas para obtenção de recursos para a sua manutenção. Na sinalização da exposição do sítio arqueológico Sambaqui da Tarioba, ao lado da Fundação Rio das Ostras de Cultura estava o IBRAM e o Instituto Brasileiro de Pesquisas Arqueológicas - IBPA. A partir destes três exemplos pode-se verificar que apesar do apoio de outras instituições as iniciativas são pontuais e não existe a preocupação da integração destas iniciativas. Dos três sítios visitados o IPHAN aparece apenas na ficha técnica da exposição do Sambaqui da Tarioba.

Quanto às *características atuais do sítio e seu entorno*, o sítio arqueológico Duna Grande é o que ainda preserva um pouco da sua monumentalidade e ainda se consegue observar as características de como se constitui uma área de interseção ambiental, sem contar a beleza do lugar. O sítio arqueológico Sambaqui da Beirada, está localizado no meio de uma área de loteamento, do local não se avista o mar e tem-se uma visão estreita da lagoa em virtude da rua que passa o lado do sítio e vai em direção à lagoa de Saquarema. Este sítio já está bastante destruído, mas ainda preserva numa parte do terreno, a vegetação de restinga originária do local. O remanescente do sítio arqueológico

Sambaqui da Tarioba está localizado dentro do terreno da Casa de Cultura de Rio das Ostras, numa região bem próxima à praia, mas já urbanizada, uma região de mangue que foi dragada e aterrada. A estratégia utilizada na expografia do sítio foi a pintura mural da possível paisagem local bem como a construção de uma maquete.

Quanto à *estrutura de apresentação e interpretação*, encontramos três situações diferenciadas. O sítio arqueológico Duna Grande apresentava cercamento da área do sítio com a presença de placas de advertência e informativas. O Sambaqui da Beirada está situado dentro de um terreno cercado, denominado “Praça do Sambaqui da Beirada”, destinado à preservação do sambaqui e do remanescente da vegetação de restinga, cujo acesso parcial permite ver a área escavada, cercada e sinalizada indicando os diferentes vestígios presentes. O Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba, situa-se numa estrutura de visitação construída em alvenaria, com demonstração de uma área escavada, vitrines com artefatos encontrados, maquete e pintura mural para reconstituição do antigo contexto local.

Quanto à temática interface com museus, apenas o Duna Grande tem essa vinculação direta, sendo que o MAI utiliza o entorno do sítio para atividades de educação patrimonial. Não foi possível participar de uma dessas atividades.

Quanto ao *planejamento do levantamento de campo* verificamos que uma visita de uma hora e meia não foi suficiente para perceber os detalhes de cada sítio. O pouco tempo deveu-se à distância entre o Rio de Janeiro e esses locais e a distância entre eles. O tempo sugerido é de 4 horas para cada local permitindo explorar o entorno, conversar com pessoas do local, preencher o formulário e tirar dúvidas.

Quanto ao *instrumento utilizado para coleta de dados em campo*, o mesmo ficou longo e repetitivo. Algumas questões relacionadas à estrutura de apresentação e interpretação só começaram a ficar claras durante a compilação dos dados. No entanto, ele se tornou muito útil para organizar os dados recolhidos para cada sítio, facilitando a compreensão do contexto de cada sítio.

No item seguinte faremos a avaliação das exposições visitadas.

3.4.2 Sítios arqueológicos, seus acervos *in situ* e *ex situ* e informações correlatas

Neste último item procuraremos descrever por meio de um diagrama como observamos a situação dos sítios arqueológicos e os caminhos que seus acervos *ex situ* podem seguir até chegar aos museus.

Para isso tomaremos como exemplo dois sítios arqueológicos de Niterói, mais especificamente da região de Itaipu.

O primeiro deles é o sítio arqueológico Duna Grande já descrito neste trabalho e o outro é sítio arqueológico Sambaqui de Camboinhas, que após uma operação de salvamento realizada por uma equipe do Museu Nacional, foi destruído com a construção de um loteamento na praia de Camboinhas. Segundo Mello e Coelho (1989) ao citar Kneip et al.(1981) informam que o Sambaqui de Camboinhas é considerado o sítio arqueológico com datação mais antiga do litoral do Estado do Rio de Janeiro correspondente a 7968 ± 224 AP na camada mais antiga, correspondendo à base do sambaqui.

Como apresentado na descrição sobre o sítio arqueológico Duna Grande, identificamos duas fontes de constituição do acervo *ex situ* baseadas nas formas de retirada de material do sítio arqueológico. A primeira, que denominamos de coleta assistemática, geralmente, é realizada por frequentadores do local que recolhem os objetos que acabam se perdendo, constituindo coleções particulares ou ainda sendo doadas ou vendidas para os museus. Esse é o caso da Coleção Hildo de Mello Ribeiro, que hoje faz parte do acervo do MAI, guardado na sua reserva técnica. A segunda que denominamos de coleta sistemática, dão origem às coleções científicas, entendidas aqui como todas aquelas provenientes de pesquisas arqueológicas sistemáticas, realizadas por profissionais da área com aval do IPHAN, as quais também acabam sendo direcionadas para as reservas técnicas dos museus. Esse é o caso do material proveniente dos salvamentos ocorridos nos sítios arqueológicos Duna Grande (2010) e Sambaqui de Camboinhas (1979) estão sob a guarda do Museu Nacional. No caso específico de Camboinhas, alguns blocos testemunhos retirados durante o salvamento estão na reserva técnica do MAI. O acervo presente na reserva técnica pode ser utilizado para exposições no próprio museu ou emprestado para pesquisa e exposição em outros museus. Foi o que identificamos durante a visita ao MAI e ao MHN, onde encontramos materiais provenientes dos sítios arqueológicos Duna Grande e Sambaqui de Camboinhas.

Durante o caminho do acervo *ex situ* aos museus, muitas vezes tornam-se objeto de estudos, ampliando as informações referentes a estes materiais, na forma de relatórios de pesquisa, artigos, livros, teses, dissertações, vídeos, entre outros enriquecendo a compreensão que se tem sobre o sítio arqueológico e consequentemente ampliando o seu valor enquanto patrimônio cultural.

Ao pensar sobre as relações entre acervo *in situ* e *ex situ* e os caminhos que podem tomar os acervos *ex situ* dos sítios arqueológicos percebi que, embora algumas vezes consigamos por meio de uma peça ou coleção identificar o sítio que lhe deu origem, a partir do sítio arqueológico a identificação do seu acervo *ex-situ* é bem mais trabalhosa em virtude dos mesmos estarem espalhados por diversas instituições museológicas.

A justificativa para este fato pode ser atribuída à lógica dos processos de estudos arqueológicos e de musealização dos objetos, pois segundo Loureiro (2012) a forma clássica de musealização baseia-se na preservação *ex situ*, remetendo, portanto ao colecionismo. Isto é, este processo trata de uma forma específica de apropriação da realidade baseada na descontextualização.

Ao abordar a questão da descontextualização, Loureiro (2012) sugere o conceito de “centro de cálculo” proposto por Latour (2004)⁴⁶ como “uma interessante perspectiva para a reflexão sobre coleções e museus como espaços de produção de informação”, possibilitando, ainda, “iluminar alguns aspectos sobre o deslocamento característico da musealização (*ex situ*), que motivou inúmeras críticas sobre descontextualização” (LOUREIRO, 2012, p.206).

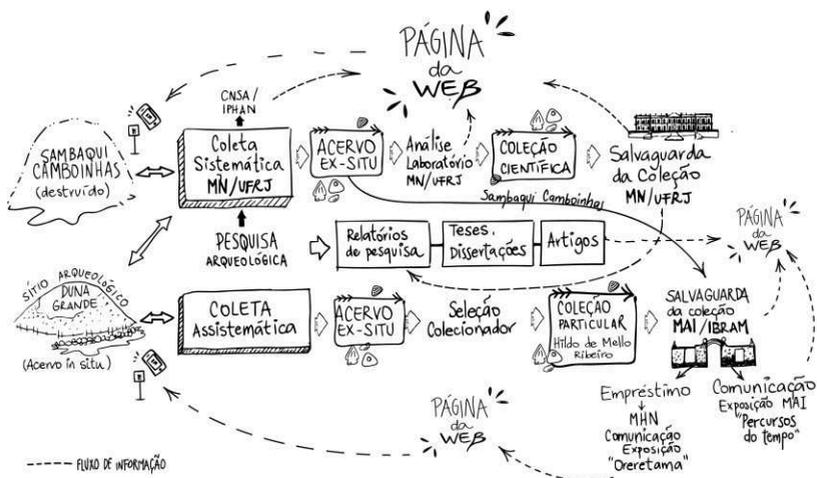
Embora o sítio arqueológico Duna Grande não tenha uma estrutura de apresentação e interpretação, seu acervo *in situ* é utilizado para práticas de educação patrimonial, que podem ser ampliadas com a disponibilização de informações sobre a existência do acervo *ex situ*, exposições e informações correlatas. Esta disponibilização pode ser mediada por uma página da WEB que reúna as informações sobre o sítio arqueológico, podendo ser acessada do local do sítio arqueológico por um Código QR⁴⁷, mas o desenvolvimento dessa ferramenta já é outra pesquisa.

⁴⁶ Esta referência utilizada neste texto é a versão em português (Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. Bruno Latour (com a colaboração de Émilie Hermant). in André Parente Editor Tramas da Rede Sulina, Porto Alegre Brazil, 39-63, 2004)

⁴⁷ **Código QR**(sigla do inglês *Quick Response*) é um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado usando a maioria dos telefones celulares equipados com câmera. Esse código é convertido em texto (interativo), um endereço URI, um número de telefone, uma localização georreferenciada, um e-mail, um contato ou um SMS

A Figura 59 apresenta uma síntese da descrição acima, procurando demonstrar as relações dos sítios arqueológicos, seus acervos *in situ* e *ex situ* e informações correlatas.

Figura 59: Relações entre os sítios arqueológicos, seus acervos *in situ* e *ex situ* e informações correlatas: Caso do sítio arqueológico Duna Grande e Sambaqui de Camoinhas



Fonte: Elaborado pela Autora, desenhado por Gabriela Orofino

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste trabalho foi direcionado pela pergunta de pesquisa: Quais são as relações e as possibilidades de articulação entre os acervos *in situ* e *ex situ* dos sambaquis e os museus com o fim de auxiliar nos programas de interpretação, pesquisa e educação destes sítios de maneira a ampliar a comunicação com os públicos e, conseqüentemente, contribuir para a sua preservação?

Inicialmente procuramos caracterizar os sítios arqueológicos, do tipo sambaqui, e levantar informações sobre a distribuição destes sítios no Brasil, que apresentamos no capítulo 2. Os itens abordados sobre os sambaquis compreenderam: diferentes denominações, locais de ocorrência, definições, pesquisas realizadas, natureza da formação, tempo de ocupação dos sambaquis, Tecnologia, arte e domínio do mar e sistema de assentamento dos sambaqueiros. Exploramos, também, o conceito de Patrimônio Cultural, inserindo o sambaqui como um elemento tutelado pelo IPHAN, sendo, portanto, legalmente considerado patrimônio nacional. Além disso, apresentamos temas referentes à legislação e fiscalização dos sítios arqueológicos e o entendimento do IPHAN como um órgão, que além de responsável pela proteção dos sítios é, também, o gerenciador das principais informações geradas pelas diversas pesquisas arqueológicas que ocorrem em todo o território nacional.

Os museus ao longo do tempo têm se configurado como instituições responsáveis pela guarda dos acervos *ex situ* provenientes dos sítios arqueológicos, tornando-se também responsáveis pela conservação e comunicação destes patrimônios. O desenvolvimento e a articulação entre as disciplinas de Museologia e Arqueologia que trabalham com a cultura material são essenciais para que as informações e os objetos preservem os seus contextos, auxiliando na conexão entre os acervos *in situ* e *ex-situ* e, conseqüentemente, colaborando para a preservação dos sítios arqueológicos propriamente ditos (os acervos *in situ*).

Na visita aos dois museus com exposições sobre sambaquis, identificamos que estas exposições priorizam o uso de artefatos líticos (lâminas de machado, artefatos de bater, moer, triturar, entre outros) para representar esses grupos. As informações referem-se à descrição dos sambaquis propriamente ditos (composição, tamanho, função), os sambaqueiros como grupos de pescadores-caçadores-coletores e sua dieta baseada preferencialmente na pesca, coleta de moluscos. As imagens apresentadas referem-se a sítios em particular, não explorando

o sistema de assentamento dos sambaquieiros que compreendiam sempre mais de um sítio, nem o que configura as áreas de interseção ambiental escolhidas para a construção dos sambaquis. Não observamos nas exposições visitadas a preocupação de situar estes sítios arqueológicos como patrimônio nacional e o IPHAN como o principal órgão responsável para a sua preservação. Embora nas exposições haja referência a sítios arqueológicos, não percebemos a intenção de vinculá-los às estruturais atuais ainda existentes. Podemos verificar, também, que os museus têm um grande potencial e papel vital como espaços de guarda de vestígios provenientes dos sambaquis, bem como disseminador de informações desses vestígios e dos sítios arqueológicos que lhe deram origem. Além disso, como prevê a Carta de Siena, “os museus podem constituir o ponto de equilíbrio de um novo modelo de tutela como centros territoriais de uma proteção ativa do patrimônio cultural” (ICOM Italy, 2014, p.2).

Durante a pesquisa foi possível perceber a importância da infraestrutura e estratégias de apresentação e interpretação em sítios arqueológicos do tipo sambaqui, propiciando conhecer *in loco* uma parcela do que sobrou desses monumentos. Além de poder perceber a forma construtiva dos sambaquis, a forma dos enterramentos, a presença dos artefatos, o que é mais impressionante na visita é justamente a beleza desses locais, embora alguns já bastante transformados. Essas iniciativas promovem não apenas o conhecimento desses locais e da cultura material relacionada, mas também incentivam projetos de pesquisa e a criação de documentos voltados à produção, registro e disseminação das informações a eles relacionadas.

Ao longo do trabalho procuramos criar dois diagramas, o primeiro ao final do capítulo do Referencial Teórico, onde se buscou representar as correlações entre os diferentes conteúdos abordados. O segundo, ao final do capítulo Resultados, utilizando como exemplo os sítios arqueológicos Duna Grande e Sambaqui de Camboinhas, procuramos exemplificar as possibilidades de articulação dos acervos *in situ* e *ex situ* dos sambaquis e os museus com o fim de auxiliar nos programas de interpretação, pesquisa e educação destes sítios de maneira a ampliar a comunicação com os públicos e, conseqüentemente, contribuir para a sua preservação.

A preservação dos sítios arqueológicos e dos acervos *ex-situ* que os compõem depende de uma série de articulações e apoio de diferentes atores sociais. O IPHAN enquanto instituição responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, e neste caso específico seu

departamento CNA, precisa ser fortalecido para que tenham estrutura e pessoal para poder manter os cadastros atualizados, desenvolver inventários e realizar vistorias programadas, ao invés de ter como foco a Arqueologia preventiva, demandada pelos processos de licenciamento. As instituições e os pesquisadores responsáveis pelas pesquisas acadêmicas em Arqueologia preventiva devem primar pela prestação de informações sobre os trabalhos desenvolvidos e a indicação do destino dos acervos *ex situ*, se responsabilizando de cobrar do IPHAN a sua atualização e disponibilização para a sociedade.

A necessidade de um olhar abrangente sobre os diferentes agentes que atuam com o patrimônio arqueológico pode ser notada na Carta de Siena (2014), em contraponto a Recomendação de Nova Delhi (1956). Se na segunda sugeriu-se a presença do Estado como responsável pelo patrimônio arqueológico, a Carta de Siena pede um Estado orientador, com modos de operação fundados na coerência e no compartilhamento, buscando convergência na utilização dos recursos públicos e privados para alcançar metas comuns.

A seguir apresentamos algumas sugestões de implementações e trabalhos futuros que não foram possíveis contemplar neste TCC, mas que com certeza vão inspirar novos caminhos.

- Levantamento dos museus que tem artefatos/vestigios provenientes dos sambaquis e relacionar estes artefatos com os sítios de origem;
- Organizar as informações sobre sambaquis a partir dos ecossistemas litorâneas e vincular estas informações aos museus regionais.
- Promover uma exposição itinerante sobre Sambaquis, que fosse desde o Rio Grande do Sul até o Pará, onde houvesse a participação dos museus que tem acervo sobre sambaquis.
- Fazer um levantamento na reserva técnica do Museu Nacional/UFRJ para identificar os vestígios que fazem parte dos sambaquis de Santa Catarina.
- Promover uma pesquisa sobre o Sambaqui de Camboinhas, no sentido de preservar a sua memória e relacioná-la ao espaço físico onde era localizado.
- Aprofundar os conhecimentos relacionados à gestão por valores proposta por (Mason e Avrami, p.26) à Carta do Icomos e a Carta de Burra.

- Atuar junto ao IPHAN para disponibilizar um campo de pesquisa no CNSA relacionado ao tipo de sítio e também relacionar a ficha de bens materiais móveis com o CNSA.

Procurei escrever este trabalho usando a primeira pessoa do plural, mas vou finalizá-lo com a primeira pessoa do singular, por acreditar que a expressão dos sentimentos e percepções neste momento é individual, fazem parte da minha trajetória.

O resultado deste trabalho foi uma surpresa para mim. Ao longo do caminho foi ficando claro que a pesquisa precisa de um método e também precisa ter coração, sentimentos, intuições. Embora tendo como guia a pergunta de pesquisa, surgiu para mim, de uma forma intuitiva, a pergunta: “Onde estão as conchas?” e a indicação: “Olhe para fora, não para dentro dos sambaquis.” A pergunta me inspirou a viajar, conhecer outros lugares e auxiliou a visualizar os acervos *in situ* e as trajetórias dos acervos *ex situ*. A indicação fez com que eu procurasse enxergar além dos sambaquis, na tentativa de compreender a complexidade ambiental dos ambientes escolhidos para viver e enterrar seus mortos, as chamadas áreas de “interseção ambiental”, de grande abundância de alimentos, sem contar a beleza desses lugares. Muitas são as perguntas sem, contudo, termos respostas. Um dos pensamentos que mais me marcaram foi: Será que os sambaquieiros ao construírem os sambaquis, não estariam mandando informações para o futuro, da mesma forma que mandamos informações da nossa civilização para o espaço?

Ao finalizar este trabalho sinto que só toquei uma pontinha do iceberg quanto às possibilidades que a Museologia oferece para a construção do conhecimento em várias áreas. Concluo as considerações finais desse trabalho com uma citação de Mason e Avrami (2000) que me inspira a seguir em frente.

If we believe in the possibilities heritage conservation provides for reinforcing communities, fostering tolerance, creating meaningful attachment to places, and making us better citizens, we will have to make for ourselves a strong role to ensure that those possibilities can become a reality⁴⁸. (MASON and AVRAMI, 2000, p.26)

⁴⁸ Se acreditarmos nas possibilidades que a conservação do patrimônio provê para fortalecer as comunidades, promover a tolerância, criar vínculo significativo com os lugares e tornar-nos melhores cidadãos, teremos que

estabelecer para nós mesmos um forte papel para garantir que essas possibilidades possam tornar-se realidade.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Clarissa Martins. Poéticas do Porvir: os estudos de tendências como práticas entre o Design e a Antropologia. **Dissertação**. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Design e Expressão Gráfica da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2016.

ARAUJO, Mirela Leite de. As narrativas, o território e os pescadores artesanais: políticas e processos comunicacionais no Museu de Arqueologia de Itaipu. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. São Paulo, 2015. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde.../Mirela_AraujoREVISADA.pdf. Acesso em: 30/05/2017.

AUSTRALIA ICOMOS. **The Burra Charter: Australia ICOMOS charter for places of cultural significance Australia**. Burwood, 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf

BARROS, A. LEHFELD, N. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2007.

BASTOS, Rossano Lopes. Patrimônio Arqueológico. In: **Dicionário de Direitos Humanos**. ESMPU. 2006. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Patrim%C3%B4nio+arqueol%C3%B3gico>. Acessado em 22/02/2017.

BERTOLOTO, Alícia et. al. Sambaquis do estado do rio de janeiro: musealização como forma de preservação. **Anais do II Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação. Turismo, recreação e educação: caminhos que se cruzam nos parques. Niterói, RJ / Brasil - 01 a 04 de julho de 2015** Disponível em: www.rjusopublico.uff.br. Acesso em 10/05/2017.

BO, João Batista Lanari. Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003. Disponível em:

<http://www4.unirio.br/museologia/textos/protecao_patrimonio_na_unesco.pdf>. Acesso em: 18/03/2017.

BOYLE, Susan Calafate. Opening Minds: interpretation and conservation. In: **Museum International The site museum** Vol LVI, n 3/223, september 2004 (p.85-93). Published by Blackwell Publishing, 9600 Garsington Road, Oxford, OX4 2DQ (UK) and 350 Main Street, Malden, MA 02148 (USA). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001367/136709e.pdf>>. Acessado em 17/03/2016.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acessado em 12/06/2017.

BRASIL. Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm. Acesso 10/05/2017

BRULON, Bruno. Entendendo a Musealização como conceito social: entre o dar e o guardar. In: MENDONÇA, Elizabete de Castro (Org.). **Museologia, musealização e coleções: conexões para reflexão sobre o patrimônio**. Rio de Janeiro: UNIRIO/Escola de Museologia: Secretaria Municipal de Cultura do Matadouro de Santa Cruz, 2016.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia**: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese (Doutorado). São Paulo: MAE/USP. 1995. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4477/sociomuseologia_n17.pdf?sequence=1> Acessado em: 22/04/2015.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia** Volume 26 Nº2 2013/Volume 27 Nº1 2014. Disponível em: <http://revista.sabnet.com.br/index.php/revista-de-arqueologia/article/view/17/16>. Acessado em 10/02/2017.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Coleções e sítios arqueológicos musealizados: desafios para a gestão e socialização. In: MENDONÇA, Elizabete de Castro (Org.). **Museologia, musealização e coleções: conexões para reflexão sobre o patrimônio**. Rio de Janeiro: UNIRIO/Escola de Museologia: Secretaria Municipal de Cultura do Matadouro de Santa Cruz, 2016.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte Orientações para Gestão e Planejamento de Museus / Manuelina Maria Duarte Cândido – Florianópolis: FCC, 2014. disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_153805Coleco_Vol_III_web.pdf>. Acesso: 25/03/2017.

COSTA, D. M. Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir. **Revista Habitus**, Goiania, v. 2, p. 333-360, 2004.

CRUZ. Alfredo Bronzato da Costa. O cotidiano e a prática arqueológica do Pe. João Alfredo Rohr em um conjunto de cartas com o antropólogo Luiz de Castro Faria. *Revista Mosaico*, v. 5, n. 2, p. 137-157, jul./dez. 2012. Disponível em: <seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/download/2500/1555>. Acessado em 15/05/2017.

CURY, Marília Xavier. **Exposição, concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

DEBLASIS, Paulo *et al.* **Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil**. *Arqueología Suramericana / Arqueologia Sul-americana* 3(1):29-61, 2007. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/arqueologia/docs/papers/rita/RAS2007.pdf>>. Acessado em 05/04/2015.

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2014. Disponível em: http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts

of Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf.

Acessado em: 30/04/2017.

FARIAS, Deisi Skunderlick Eloy de e KNEIP, Andreas. **Panorama arqueológico de Santa Catarina.** Palhoca: Ed. Unisul, 2010.

GASPAR, Madu. *Sambaqui: Arqueologia do litoral brasileiro.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GUIMARÃES, Carlos Magno e NASCIMENTO, Évelin L. M. **De sítio arqueológico a espaço musealizado: possibilidades e limites para a arqueologia mineira colonial.** s/d. http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/11_sitio.pdf. Acesso em: 08/05/2017

HERINGER, Pedro Colares da Silva. Museu como ferramenta de proteção a sítios arqueológicos: o caso do sítio arqueológico Duna Grande e o Museu de Arqueologia de Itaipu. **Dissertação.** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

ICOM Italy. **The Siena Charter–Museums and Cultural Landscapes.**2014. Disponível em: http://icom.museum/uploads/media/Carta_di_Siena_EN_final.pdf. Acesso em 22/07/2017.

ICOMOS. **The ICOMOS Charter for the Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites (PROPOSED FINAL DRAFT).** Quebec. 2008. Disponível: <[http://icip.icomos.org/downloads/ICOMOS Interpretation Charter ENG 04 10 08.pdf](http://icip.icomos.org/downloads/ICOMOS_Interpretation_Charter_ENG_04_10_08.pdf)>. Acesso em: 11/07/2016.

ICOMOS. Carta de Lausanne, carta para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico, 1990. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 15, n. 15, jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/344>>. Acesso em: 08/05/2017.

IPHAN. Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.
Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf> Acesso 03/05/2017.

KNEIP, et. al. Documento de trabalho, 4: 1- 67. O sambaqui do Saco Grande e de Madressilva – Saquarema, RJ. Departamento de Antropologia – Museu Nacional. Universidade federal do Rio de Janeiro, 1997.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf>. Acesso em 24/04/2016.

LIMA, Tânia Andrade de. **Luiz de Castro Faria, também um arqueólogo.** Brasília: CNPq, 2009. (Memórias da C&T – Série Produção Científica Brasileira). (Sem numeração de páginas). (Disponível em <<http://centrode-memoria.cnpq.br/publicacoes3.html>>. Acesso em 21/05/2017.

LOUREIRO, Maria Lucia De Niemeyer Matheus. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. Asensio, Moreira, Asenjo & Castro (Eds.) SIAM. **Series Iberoamericanas de Museología.** Vol. 7. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/60600714.pdf>. Acesso em: 20/05/2017.

MACHADO, Gerson. A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville/SC: liquefações contemporâneas. In: MACHADO, Gerson, SOUZA, Flávia Cristina Antunes de, STEINBACH, Judith (Orgs.) **Educação Patrimonial e arqueologia pública: experiências e desafios.** Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.

MASON, Randall and AVRAMI, Erica. Heritage Values and Challenges of Conservation Planning. in: TEUTÓNICO,

Jeanne Marie and PALUMBO, Gaetano (Ed.). Management planning for archaeological sites : an international workshop organized by the Getty Conservation Institute and Loyola Marymount University, 19-22 May 2000, Corinth, Greece. disponível em : https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/mgt_plan_arch_sites_v1_opt.pdf. Acesso em 25/03/2017

MELLO, Elisa M. B. e COELHO, Arnaldo C. dos Santos. Moluscos encontrados no sambaqui de Camboinhas, Itaipu, Niterói, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, Vol.84, Supl. IV, 377-380, 1989. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/mioc/v84s4/vol84\(fsup4\)_368-371.pdf](http://www.scielo.br/pdf/mioc/v84s4/vol84(fsup4)_368-371.pdf). Acesso 28/05/2017.

NEVES, E. **Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil**. Em Silva, A. e Grupioni, D. (org.) A temática indígena na escola. Editora Global, São Paulo, SP, 1998. p.171-196.

OLIVEIRA, Renata de Almeida e ABREU, Regina M. Rego Monteiro de. Relações entre Memória, História e o Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba: Diálogos Possíveis. **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. Unirio.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acessado em: 01/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA E MUSEU NACIONAL. **Praça Sambaqui da Beirada: visite a primeira exposição arqueológica ao ar livre do Brasil**. Folder. Saquarema, 2003.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A doação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

RAPOSO, Luís. (2009). Arqueologia e Museus: Experiências Portuguesas Recentes. **Museologia.pt**, nº3, Instituto dos Museus e da Conservação. pp. 75-103, Lisboa.

ROSA BARBOSA, Maria Helena. Museus de Arte: das origens a modernidade. In: CASTELLEN, Christiane Maria; CARLSSON, Márcia Lisboa; ROSA BARBOSA, Maria Helena. **Vamos conhecer o MASC: Caderno de Apoio**. Florianópolis: FCC, 2005.

ROSA BARBOSA, Maria Helena. Museus de Arte: desafios contemporâneos para a adoção de políticas educacionais. **Dissertação** (Mestrado em Artes Visuais). Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SAMBAQUI. Museu Nacional. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/7/sambaquis.htm>>. Acessado em 20/05/2017.

SANTIAGO, Djalma Guimarães. A proteção do patrimônio arqueológico: motivações, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo Iphan. **Dissertação** (Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Liliane Bispo do; LOUREIRO, Maria Lúcia de N. M. Musealização como estratégia de preservação: Estudo de Caso sobre um previsor de marés. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio|MAST - vol. 5 no 1 – 2012. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgmus>. Acessado em 07/05/2017

SCHWENGBER, Valdir Luiz. Arqueologia e Informática: uma proposta de educação patrimonial sobre os sambaquis do sul de Santa Catarina. **Dissertação** (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

SPHAN. Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações em sítios arqueológicos previstas na Lei nº 3.924/1961. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Sphan_07_1988.pdf>. Acesso em 10/04/2017.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

UNESCO. Recomendação de Nova Delhi. 1956. Versão em português disponibilizada pelo IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nova%20Dheli%201956.pdf>. Acessado em 23/07/2017.

VALLEJO, Luiz Renato. Políticas Públicas e conservação ambiental: territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. Disponível em: <<http://ilhagrandehumanidades.com.br/sites/default/files/Luiz%20Renato%20Vallejo-Politicass%20p%C3%BAblicas....pdf>>. Acesso em 26/05/2017.

VARRINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

WICHERS, Camila A. de Moraes. Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira. Tese (Doutorado). Programa de Doutorado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2010. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/camila_moraes_parte_1.pdf> e <http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/camila_moraes_parte_2.pdf>. Acesso 05/05/2017.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. Patrimônio arqueológico paulista: proposições e provocações museológicas. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-19062012-133008/pt-br.php>>. Acesso em: 12/06/2016.

WICHERS, Camila Moraes. Sociomuseologia e Arqueologia Pós-processual: conexões no contexto brasileiro contemporâneo. Cadernos de Sociomuseologia n° 7-2016. (p.31-55)

APÊNDICE A: FICHA TÉCNICA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS TIPO SAMBAQUIS

I - IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO (FONTE CNSA)	
Responsável pelo preenchimento:	
Data preenchimento dados do CNSA:	
Nome do sítio arqueológico	
Outras designações e siglas	
Nº CNSA	
Município / Estado	
Descrição sumária do Sítio	
Sítios relacionados	
Link CNSA	

Dimensões	
<ul style="list-style-type: none"> ● Comprimento: ● Largura: ● Altura máxima: (a partir do nível do solo) ● Área /Medição: 	
Unidade geomorfológica	
Compartimento topográfico	
Altitude (com relação ao nível do mar)	
Água mais próxima:	
<ul style="list-style-type: none"> ● Distância 	
Rio / Bacia	

Vegetação atual	
Uso atual do terreno	
Propriedade da terra	
Proteção Legal	
<ul style="list-style-type: none"> ● Unidade de Conservação ● Nível de Tombamento 	

Categoria	
Tipo de sítio	
Forma	
Tipo de solo	
Estatigrafia <ul style="list-style-type: none"> •Contexto de deposição •Exposição 	

Estrutura	
Artefatos	
Material histórico	
Outros vestígios orgânicos	
Outros vestígios inorgânicos	
Arte Rupestre	
Datações absolutas	
Datações relativas	
Grau de Integridade	
Fatores de destruição	
Outros fatores naturais	
Outros fatores antrópicos	
Possibilidades de Destruição	
Medidas para preservação	
Relevância do sítio	

Atividades desenvolvidas no local	
Nome do Responsável pelo registro	
Data do registro	
Ano do registro	

Nome do projeto	
Documentação produzida	
Bibliografia (publicações relacionadas ao sítio?)	
Resp. pelo preenchimento da ficha	
Data	
Localização dos dados	
Atualizações	

II - VISITA DE CAMPO

Responsável pelo preenchimento:

Data da visita:

Localização:

A. Instituição Vinculada	
Nome:	
Localização:	
Tabela:	
Natureza Administrativa	
Instituição responsável	
Tipologia de Acervo	
Descrição sumária:	
Horário de Funcionamento	

B. Percepção do Lugar
O que eu vejo?
O que eu ouço?
O que eu sinto?
O que me inspira?

O que me dá vontade de fazer?

C. Informações do Local
Tem sinalização indicando que é um sítio arqueológico?
Tem informação de que o sítio arqueológico é protegido por lei?
Instituições relacionadas nas placas
Que tipos de informações estão disponibilizadas?
O sítio está cercado ou é aberto ao público?
Qual o contexto ecológico do sítio?
Que tipos de evidências caracterizam a área do sítio arqueológico?
Proximidade de outros sítios arqueológicos de mesma tipologia?
A Estratigrafia está aparente?
Quais são as condições do sítio arqueológico?
Qual a utilização da área hj?
Fatores de destruição:

Outros fatores naturais:
Outros fatores antrópicos:
Possibilidades de destruição:
Medidas de conservação ⁴⁹ :
Há registros associados à conservação do sítio?

D. Estrutura de Interpretação e Apresentação Referem-se às ações e estruturas de apresentação do sítio
Descrição Sumária
Ficha técnica
Estrutura facilita o entendimento sobre o patrimônio cultural e leva a sua apreciação e conservação?
Quais são os significados do sítio arqueológicos que são comunicados aos diferentes públicos?
Como os valores tangíveis e intangíveis dos sítios nos seus contextos naturais, culturais e sociais são salvaguardados?
Como a autenticidade do sítio é comunicada?
Quais são as medidas tomadas para proteger o sítio do impacto adverso: <ul style="list-style-type: none"> • da infra-estrutura interpretativa intrusiva: • da pressão dos visitantes: • da interpretação imprecisa ou inadequada:
Sustentabilidade: Qual a origem dos recursos para a conservação/manutenção

⁴⁹ *Conservação* significa todos os processos de prestação de cuidados a um sítio por forma a que ele retenha o seu *significado cultural*.

do sítio e dos serviços correlatos?
Inclusão Acessibilidade para deficientes físicos e visuais
Investigação, Formação e Avaliação

III- HISTÓRICO

IV - CONTEXTO DE PESQUISA
Projeto de Pesquisa/Pesquisador /ano
Foi recolhido material?
Descrição Material recolhido
Local de guarda do material recolhido

V - VALORES
Referem-se às características e qualidades do lugar
Valores históricos e artísticos
Valores sociais ou cívicos
Valores espirituais ou religiosos?
Valores simbólicos ou de identidade?
Valores de pesquisa?
Valores naturais
Valores económicos
OBSERVAÇÕES

VI - BIBLIOGRAFIA

VII - NOTÍCIAS

VIII - IMAGENS

APÊNDICE B: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE EXPOSIÇÕES SOBRE SAMBAQUIS

Este roteiro foi elaborado para auxiliar na observação de museus arqueológicos com exposições sobre sítios arqueológicos do tipo sambaquis e respectivo acervo⁵⁰. O desenvolvimento deste documento foi baseado no roteiro proposto pela Profa. Dra. Marília Xavier Cury (2005). O objetivo da visita é identificar quais são os conteúdos abordados e os artefatos utilizados para representar os sítios arqueológicos do tipo sambaqui.

I – IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
Nome:	
Localização:	
Natureza Administrativa	
Tem Plano Museológico?	
Tipologia de Acervo	
Descrição sumária:	
Horário de Funcionamento	
Acesso ao Público	
Cobrança de Ingresso	

II - EXPOSIÇÕES	
Quantas são?	
De que tipos são (longa duração, temporárias, visitantes, itinerantes)	
É fácil localizá-las (plantas de localização, sinalização)?	
É fácil identificá-las (por título, por exemplo)?	

⁵⁰ Este item não foi contemplado neste trabalho.

A - Exposição sobre sambaquis – visita exploratória	
O que chama a atenção?	
Como se sente?	

B - Exposição sobre sambaquis – visita técnica	
Tipo de exposição: (longa duração, temporárias, visitantes, itinerantes)	
Tempo que a exposição está aberta	
Título (qual é e pertinência, se é uma boa síntese da exposição, se causa aproximação e/ou curiosidade)	
Tema (assunto) e recorte conceitual (a opção de abordagem dentro do tema)	
Desenvolvimento conceitual (como o recorte foi dividido em tópicos)	
Espaço (salas, área disponível)	
Organização/ocupação do espaço	
Caminho/trajeto/circuito proposto ao público	
A distribuição do conceito no espaço – relação entre ideia e espaço	
Período de ocupação	
Mapa com localização dos sítios	
Faz referência a nomes de sítios arqueológicos e sua localização?	
Dimensões dos sambaquis	
Atividades relacionadas aos sambaquis	
Indicação de referências bibliográficas	
A importância dada aos objetos museológicos – a relevância dos objetos para o tema, organização deles no espaço e entre si	
Recursos expográficos utilizados (Ex.: fotografias, ilustrações, maquetes, mapas, gráficos, esquemas, etiquetas, textos)	
Acessibilidade para deficientes físicos e	

visuais	
Tem visita guiada?	
Há outras ações vinculadas a essa exposição (palestras, debates etc.)?	
Público alvo/ Qual o público que visita a exposição?	
Ficha técnica	

III - ACERVO SOBRE SAMBAQUIS	
O acervo de sambaquis é proveniente de quais regiões do Brasil?	
Qual é a quantidade estimada e o tipo de peças existentes no acervo sobre sambaquis?	
Os materiais arqueológicos são provenientes de quais sítios?	
Existe um inventário dos materiais provenientes dos sambaquis?	
O acervo proveniente de sambaquis é organizado por sítio ou por tipologia? Qual é a tipologia que o Museu utiliza para designar os artefatos provenientes dos sambaquis?	
Que tipos de atividades são realizadas para salvaguardar este patrimônio arqueológico?	
Que tipos de atividades são realizadas para comunicar este patrimônio arqueológico?	